



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA

-----Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de 2022, nas instalações do Centro Cultural, Social e Recreativo “A Voz do Alentejo”, na Quinta do Conde, realizou-se pelas vinte e uma horas, a primeira reunião da sessão ordinária de dezembro da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência do Sr. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, e secretariada pelos Srs. Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes, Primeiro e Segundo-secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 2. Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal;**-----
- 3. Parecer do Representante da Assembleia Municipal de Sesimbra na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Vitor Ribeiro Antunes, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra Cacela da Conceição Graça Rodrigues, Álvaro Manuel de Aguiar Monteiro e Sónia Patricia Narciso Faria Lopes; Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho.-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Sérgio Miguel Redondo Faias, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ricardo Alves Mendes, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano e António Fernando Amiano Marques.-----

-----Pelo Grupo Municipal do Chega – Maria Madalena Cartaxo Serra e Silvia Marina Melo Montanha.

-----Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata (PPD/PSD) – Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Germano Óscar Amorim de Barros; -----

-----Pelo Grupo Municipal do BE- Carlos Alexandre Pinto Oliveira Macedo.-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU – João Miguel Mateus Castanho. -----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, a Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Maria Manuel Gomes dos Santos, e o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Alberto Pólvora Anjos Cruz.-----

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, o **Presidente da Assembleia Municipal**

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus e dos Vereadores(as) José Polido, Nelson Simplício Pólvora, Argentina Marques, Alfredo Miguel Fernandes e Márcio António de Sousa Oliveira.-----

-----**O Presidente da AMS** começou por cumprimentar todos os presentes e justificou, em seguida, a ausência do Deputado Pedro Miguel Pinto Mendes, do Grupo Municipal da CDU e da Deputada Luísa Margarida Cagica Carvalho, do Grupo Municipal do PS, que se fizeram substituir pela Deputada Ida Maria Matos Sabugueiro de Carvalho e pelo Deputado António Amiano Marques, respetivamente.-----

-----Justificou ainda a ausência da Vereadora Felícia Costa que, por motivos pessoais, não podia estar presente. -----

-----Em seguida, deu a palavra ao **Presidente da Direção do Centro Cultural, Social e Recreativo “A Voz do Alentejo”, Vitor Paixão**, que cumprimentou todos os presentes e disse que esta Associação estava sempre disponível para receber a Assembleia Municipal de Sesimbra.-----

-----O **Presidente da AMS** agradeceu a forma como a Assembleia Municipal tinha sido hoje recebida nesta casa, passando depois a dizer que havia uma proposta de divisão desta sessão em duas reuniões, com a segunda reunião a realizar-se no dia 13 de janeiro, transitando para esta mesma reunião apenas o ponto da Apreciação da Atividade Municipal e que hoje seriam deliberados o segundo e terceiro pontos da Ordem de Trabalhos, que eram as Grandes Opções do Plano e Orçamento e o Parecer do Representante da Assembleia Municipal de Sesimbra na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra. Depois de colocada à votação, a divisão da sessão foi aprovada por unanimidade.

-----Em seguida, disse não ter sido rececionado qualquer pedido de inscrição para intervenção no **“Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos”**, dando início ao **“Período da Ordem do Dia”**, com o 2º ponto da Ordem de Trabalhos: **“Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal”**. Disse tratar-se de um ponto alvo de uma reunião conjunta que contara com a presença do Vereador José Polido e de uma equipa de Técnicos formada pelo Dr. Aníbal Sardinha, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Graça Candeias, Chefe da Divisão Financeira e do Dr. António Mendonça, Coordenador da Unidade Técnica de Gestão Orçamental, onde foram tiradas algumas dúvidas. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que cumprimentou todos os presentes e disse que ao fim deste interregno de um ano, já no exercício deste mandato, felizmente que se tinha conseguido voltar, de novo, àquilo que era a descentralização, sobretudo das assembleias municipais, naquilo que eram

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

os grandes debates sobre a estratégia para o Concelho, sobre os documentos Provisionais e sobre as GOP's. Referiu que sabia melhor porque se regressava à Quinta do Conde porque, logicamente, a Assembleia Municipal estava sediada em Sesimbra, mais precisamente no Auditório Conde de Ferreira, onde tramitavam todas as suas sessões e grande parte dos seus trabalhos, e todos já sentiam também esta necessidade e esta saudade de regressar, de certa forma, a um contacto mais descentralizado. -----

-----Disse também que era sabida a dificuldade, não sendo um processo nada fácil nos dias de hoje, em que a localização daquilo que era a discussão que passara para os meios digitais em detrimento de uma discussão mais frontal e mais aberta era um problema da nossa sociedade, da nossa política em geral e infelizmente, também aqui não se fugia à regra e ao olhar-se para o público aqui hoje presente, estava-se a falar de um conjunto de caras conhecidas de todos, que mais ou menos eram presença assídua, constante ou menos constante nas assembleias municipais, até pela sua afinidade político-partidária e com alguns dos grupos aqui representados na Assembleia Municipal. Havia também as transmissões em direto e quem preferia, podia estar no conforto da sua casa, mas a participação efetiva não substituíam os meios digitais.

-----Em seguida, disse que o orçamento para 2023 era o maior de sempre da história do município de Sesimbra e não era que isso resultasse de meras circunstâncias conjunturais, admitindo-se que, do ponto de vista, sobretudo da receita, existia uma estrutura, nomeadamente de um imposto que tinha tido um comportamento ao longo dos últimos anos que tinha permitido ao município ter algum desfogo do ponto de vista orçamental e permitir chegar mais além, sobretudo ao nível daquilo que era o próprio investimento. Estava-se a falar do IMT e era uma tónica que, se acompanhássemos, particularmente, também na Área Metropolitana de Lisboa, não era exclusiva do município de Sesimbra, sendo transversal praticamente a todos os 18 concelhos da AML. Disse que a subida do IMT não era dissociada também daquilo que era o mercado imobiliário deste centralismo metropolitano mantido com a proximidade à capital do país. Por outro lado, não menos importante, até porque representava cerca de 6 milhões de euros (em números redondos) a estrutura da receita tinha, também, esta inclusão em pleno daquilo que era a previsão, pelo menos para já, e já com os valores previstos no Orçamento de Estado para 2023. Até porque a aprovação em Câmara já tinha sido, posteriormente, à votação na Assembleia da República, de todos os montantes que estavam enunciados no fundo de descentralização, fosse para a área da Educação, a área Social ou a área da Saúde, previsivelmente nos dois campos. E era um volume de grande valor e, portanto, não era menos importante referi-lo pela dimensão que representava no orçamento municipal.

-----Disse também que na elaboração dos documentos provisionais, particularmente daquilo que era o primeiro passo que tinha sempre que se dar, tinha a ver com a estrutura da receita do município, e não se

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

iria omitir que havia uma visão e uma perspetiva, de certa forma, otimista na arrecadação da receita, em linha com aquilo que, essencialmente, tinham sido os últimos anos, e porque também houvera aqui uma preocupação, por um lado, de se manter um realismo de uma execução financeira da receita sempre acima dos 85%, coisa que iria acontecer este ano, não andando muito longe dos 100% daquilo que era a previsão para 2022, mas a CMS tinha sempre essa preocupação, portanto, mesmo este otimismo teria que ser moderado, mas, por outro lado, também existia esta realidade e a prática dos últimos anos, que sempre que se tivera este otimismo, o comportamento da estrutura da receita tinha acompanhado também, essa previsão dos próprios Serviços.-----

-----Referiu depois a importância de realçar a forma construtiva que nestas GOP's, todo o Executivo Municipal tivera desde o seu pontapé de saída, começando na estrutura da receita, mas uma avaliação, ponderação e apreciação, não apenas daquilo que eram as áreas funcionais respeitando-se a cada um dos Pelouros titulados por cada um dos Vereadores, mas de uma forma completamente aberta, responsável, apreciando também aquilo que era uma perspetiva mais macro, mais do todo e mais sistémica daquilo que era o orçamento e as GOP's, não colocando a tónica na soma das partes, mas obviamente no todo, tendo misso de ser valorizado e que se era verdade que no quadro da CDU, a Presidência da Câmara teria que haver sempre essa abertura que teria que ser repartida por todas as partes e utilizando, não no sentido pejorativo, na elaboração deste orçamento, atrevendo-se a dizer que o Partido do Município tinha trabalhado bem e portanto, não tinha sido o Partido da CDU nem qualquer outro Partido, mas sim um grande sentido de responsabilidade que tornava difícil na elaboração desses documentos provisionais, não colocar aquilo que, eventualmente, todos gostariam de colocar, mas tornava mais difícil retirar aquilo que se achava que devia lá estar e que obrigatoriamente, para que outras coisas lá estivessem, teriam mesmo de ser retiradas. Continuando, disse também que mesmo neste quadro otimista da receita, tinha-se claramente, de forma deliberada, a perceção de que existiam rubricas, sobretudo as GOP's, que à partida, para o início deste ano económico estavam subvalorizadas, havendo uma clara necessidade de serem reforçadas ao longo do ano, quer fossem rubricas de investimento ou rubricas de despesa corrente, mas não deixava de ser também, dentro do quadro legal, uma estratégia do ponto de vista orçamental, por forma a poder-se lançar um conjunto de procedimentos, eventualmente na primeira metade do ano, e que não o poderia ser feito de outra forma se, eventualmente, tivesse de haver algumas rubricas mais "grossas" do orçamento, com o valor que, provavelmente, se sabia que era necessário até ao final do ano e, portanto, também se sabia por esta via, e não era omitido, que o Orçamento e as GOP's ficariam totalmente completas, o que não é dissociável de todo o acompanhamento e a execução feitos do orçamento do ano

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

anterior, ou seja, daquilo que ainda hoje estava em curso e a previsibilidade daquilo que era o saldo de gerência, por forma a olhar-se, entre abril e maio, para um orçamento naquilo que era a sua plenitude, em função daquilo que já hoje se percebera que seria o saldo de gerência a incluir no próximo ano.-----

-----Dito isto, e sabendo que o orçamento representava 77 milhões de euros, um orçamento inicial de cerca de 13 milhões de euros sensivelmente maior do que o orçamento inicial de 2022 com esta recordatória, em que o orçamento inicial para 2022, até pela opção, não tinha inscrito na sua elaboração, nenhuma previsão de receita proveniente da descentralização de competências e portanto, também se percebia que entre um e o outro, estava-se a falar destes 13 milhões de euros, em que cerca de metade correspondia, efetivamente, àquilo que era a transferência corrente, respeitante aos encargos associados ao exercício das competências delegadas que se sabia que ainda hoje, era claramente insuficiente para o exercício das despesas correntes e mais insuficiente se tornava quando havia uma clara necessidade, sobretudo naquilo que eram os equipamentos físicos, nomeadamente nas escolas de 2º e 3ºciclo e secundário, havendo uma clara necessidade, face ao desinvestimento a que tinham sido sujeitas ao longo de décadas, de haver intervenções de maior ou menor profundidade, mas claramente muito distantes dos 20 a 30.000€ que recebiam para manutenção corrente. -----

-----Quanto ao orçamento da receita, ao olhar-se para a estrutura dos 77 milhões de euros (em números redondos) verificava-se o crescimento visível nas transferências correntes, com cerca de mais 7 milhões de euros face àquilo que se tinha previsto no ano passado, mais 1 milhão de euros em receita de capital que estava associada sobretudo, àquilo que eram as participações financeiras, fosse de Projetos cofinanciados, de Fundos Estruturais de outros Programas de financiamento, ou mesmo de acordos com a Administração Central e depois, uma previsibilidade naquilo que eram os impostos diretos, e se se olhasse depois para a estrutura mais micro dos impostos diretos, verificava-se que não havia uma previsão de oscilação, sobretudo na larga maioria dos impostos, com exceção do IMT que se apontava para 2023, para valores próximos da execução que se teria até ao final do ano de 2022 e por essa razão, haver esta ligeira diferença de cerca de cerca de 1 milhão de euros. -----

-----Em relação ao orçamento da despesa disse que se tratava de despesas com o pessoal, assumindo estas cerca de 40% daquilo que era a estrutura da despesa, tendo ficado ainda mais inflacionada face àquilo que era o histórico dos anos anteriores com a inserção do processo de centralização, não sendo dissociada. O Presidente da CMS disse também que cerca de 80% daquilo que eram as transferências do Fundo de descentralização correspondiam a despesas com o pessoal e que o município de Sesimbra, como era sabido, tivera um aumento de cerca de 40% com a internalização do conjunto de trabalhadores,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

nomeadamente provenientes das escolas, e que os que estavam previstos da Ação Social eram menos, os da Saúde era um valor mais residual, apesar de serem maiores do que os da Segurança Social, julgando que haveria só dois Técnicos previstos para Abril, estando acordado entre a Associação de Municípios e o Governo e que não entraria em vigor em janeiro, mas sim em abril. Disse que esse Acordo já tinha sido aprovado em Câmara e só seria assinado no dia 3 de janeiro. -----

-----Fez ainda uma ressalva à estrutura, e referiu que as despesas correntes a subirem face àquilo que era o histórico dos anos anteriores, que mantinham uma linha mais ou menos equitativa e, obviamente, mantendo a capacidade, sendo nesta estrutura de despesa corrente, nomeadamente com despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, estando-se a falar daquilo que eram estruturas da despesa corrente que iria incidir grande parte daquilo que era o aumento da receita do orçamento, mantendo a estrutura perto dos 20 milhões de euros naquilo que eram as despesas de investimento, portanto, a capacidade de realizar não só grandes obras, mas também investimento do ponto de vista daquilo que era a própria estrutura do município.-----

-----Nas GOP's, que era no essencial, o grande instrumento que materializa as Opções, não apenas para o ano de 2023, mas também a previsão para os anos seguintes, disse que se verificava que não era dissociável do investimento que estava previsto, particularmente num equipamento e que o grande enfoque era, mais uma vez, na Educação, que assumia aqui duas grandes estruturas de despesa, em que a primeira tinha a ver com 2 milhões de euros previstos em sede das GOP's para a alavancagem definitiva da obra de ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, estando-se a falar apenas da parte nova, e que da parte de reabilitação do edificado anterior, existia um Projeto de execução, mas só seria possível depois desta ampliação e outra parte que estava também prevista nas GOP's e que representava cerca de 1,5 milhões de euros e que correspondia às transferências que o município iria fazer, tratando-se quase de uma operação de Tesouraria e que não o era porque não era classificada contabilisticamente como tal. Disse que as transferências que o município ia fazer para as Direções dos respetivos Agrupamentos que, no essencial, era pegar no dinheiro que a Administração Central transferia para aquilo que eram as despesas correntes de manutenção dos equipamentos educativos, nomeadamente as Escolas do 2º e 3º ciclo e Secundário desde água, luz, despesas com fotocópias, fotocopadoras, segurança, manutenção, refeições escolares e a Escola a Tempo Inteiro, transferindo para as Direções dos Agrupamentos, num quadro também de autonomia, sendo que se tratava de um circuito estranho porque a Câmara Municipal recebia do Ministério da Educação, entregava aos Agrupamentos, e estes tinham que voltar a entregar no Ministério da Educação, sendo depois validado para voltar aos Agrupamentos, tornando-se algo

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

contabilisticamente complexo. -----

-----Referiu que dentro da rubrica da Educação, salientava-se também, pela dimensão das verbas, porque as ações estavam previstas nas GOP's, e na questão sobretudo das refeições escolares de cerca de 1 milhão de euros, aqui já internalizando também, as escolas de 2º e 3º ciclo e secundárias, os transportes escolares, tendo havido um decréscimo face àquilo que era a comparticipação dos municípios, chegando a atingir valores na ordem do meio milhão de euros, estimando-se agora em cerca de 140.000€, não sendo dissociável daquilo que era a redução do passe, conseguida com o grande esforço dos municípios e particularmente da Câmara de Sesimbra, com o investimento de 1 milhão de euros anuais até 2029, tendo havido uma redução desta fatura, embora a esta de 140.000€ se somasse 1 milhão de euros, também transferido anualmente.-----

-----As Juntas de freguesia, no quadro da descentralização, tinham uma verba a rondar os 200.000€ para pequenas obras de conservação e para se perceber a dimensão de um encargo que não estava previsto na Transferência de competências de encargos de despesa corrente na área da Educação e que, para haver uma integração de todos os sistemas informáticos dos Agrupamentos, era preciso ter esta Plataforma com um custo de 150.000€ por ano, ou seja, a integração de todos os sistemas contabilísticos, orçamentais, de Recursos Humanos patrimoniais das escolas no sistema informático do município, também patrimonial e contabilístico, representava um encargo de 150.000€ anuais. -----

-----Relativamente à área da Cultura, definida no orçamento e integrada na área do Turismo, disse que as grandes iniciativas e os grandes eventos existentes no município, tinham sido historicamente contabilizados na área do Turismo, em que a Cultura apanhava a programação mais regular de atividade cultural, os investimentos na área da cultura, reabilitação do património, a museologia, correspondendo a 3.275.000€ no próximo ano. Relativamente à programação do Cineteatro, normalmente era este o valor também nos últimos anos, de cerca de 100.000€ EUR. Quanto à Capela de S. Sebastião, se tudo corresse bem, até ao final do mês de janeiro ou fevereiro, seria concluída. Relativamente à outra obra, de certa forma seriam os dois grandes “calcanhares de Aquiles” que a CMS tinha do ponto de vista de investimento pelos processos morosos que tinham representado, e que era o Auditório da Quinta do Conde, que surgia já com uma verba de 600.000€, cerca de menos de metade daquilo que era o investimento previsto no Auditório, tendo em conta que já pela segunda vez, o concurso Público não tivera seguimento, na primeira vez por falta de concorrentes e uma segunda vez por um conjunto de reclamações que juridicamente foram apreciadas e que obrigariam a uma alteração também do próprio Caderno de Encargos e com a indicação jurídica de que seria preferível abrir-se um novo Procedimento. O Auditório da Quinta do Conde, a par da

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Escola Navegador Rodrigues Soromenho, eram os dois equipamentos, mesmo tendo a CMS os argumentos e explicado já por várias vezes nesta casa, e às vezes publicamente, sendo bastante difícil de explicar às pessoas, que não conseguiam perceber porque é que uma escola que começara no final de 2018, tinha apenas uma execução de 12% no ano de 2022, e um Auditório que por acaso fazia parte, inicialmente em 2017, de uma escola que se tinha construído aqui bem perto, o Pólo nº2 da Escola Básica nº2 da Quinta do Conde, que tinha previsto este Auditório que, entretanto, se tinha retirado desse Concurso Público e que já andava, também, desde 2018/2019, a marcar passo. -----

-----Disse que o Centro Cultural Costeiro era uma Candidatura do *EEA Grants*, estando-se a falar de uma obra na Rua Aníbal Esmoriz que tinha de estar pronta em abril de 2024. Referiu que o mecanismo de financiamento europeu do *EEA Grants* era ainda mais complexo do que os próprios Fundos Estruturais e, portanto, sem grande margem de reprogramação financeira e temporal, no valor de 1.476.000€. -----

-----Quanto ao Anfiteatro da Boa Água e o Spot das Artes, representavam um investimento de cerca de 300.000€ com contrato de financiamento já assinado. No PRR, no âmbito das Comunidades Favorecidas, havia dois investimentos para a Quinta do Conde, entre os quais estava também a Biblioteca e a Escola do Casal do Sapo. -----

-----No Desporto, o investimento seria de 1.583.100€, no qual sobressaíam, essencialmente, três ou quatro rubricas neste valor. No valor de meio milhão de euros, havia também uma Candidatura do PRR para reabilitação dos pisos dos grandes campos de jogos do Concelho. Disse que os encargos, do ponto de vista de protocolo da piscina de Sesimbra, os encargos com a sua gestão eram de 430.000€. -----

-----Em relação ao problema do pavilhão da Quinta do Conde, pela sua expressão mediática, tinha-se mitigado com uma intervenção de menor dimensão, mas precisava de levar uma cobertura toda nova, representando cerca de 110.000€, também prevista já para o ano, estando este processo pré-contratual já em curso para a substituição integral da cobertura deste pavilhão. Como era sabido, estivera interrompido alguns dias quando chovera com maior abundância porque não estava em condições de poder ser utilizado.

-----Relativamente à Ação Social, disse estar orçamentados 1.126.000€, para a Saúde, 866.000€ que englobavam a verba que faltava para a liquidação da obra da nova Unidade de Saúde de Sesimbra. Também inscrita no orçamento com “verba residual”, estava o novo Centro de Saúde da Quinta do Conde porque não houvera ainda a aprovação da Candidatura, logo, a Câmara não podia inscrever a aprovação no seu orçamento. Esta Candidatura era de cerca de 1,5 milhões de euros, os Projetos de execução estavam prontos, e esperava-se que, no mês de janeiro, já houvesse “luz verde”. Referiu que a prioridade era a primeira indicada pelo PRR e, como era sabido, o município substituiria-se, neste caso, à Administração

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Regional de Saúde em solicitação desta para ser o dono da obra e lançar os Procedimentos, esperando-se também poder ainda incluir, nem que fosse o valor para abrir os Procedimentos do novo Centro de Saúde em 2023, que seria no local onde existia o antigo primeiro Centro de Saúde da Quinta do Conde. -----

-----Sobre a Habitação Pública, e relativamente àquilo que estava nas rubricas com valores residuais e aquilo que, eventualmente, já tinha valores fixos, disse que podia ainda haver uma inflação clara do próprio Orçamento porque aquilo que estava inscrito, sobretudo na habitação, ainda era o remanescente da obra que estava a decorrer do Bloco da Mata, que também terminaria no primeiro semestre de 2023. Referiu que uma parte de um Processo de Contratação Pública que estava a decorrer e que neste momento se encontrava na Plataforma e que a CMS tinha contrato de financiamento do PRR para a reabilitação da totalidade dos fogos do bairro da Almoinha, sendo cerca de 1,3 milhões de euros em 800.000€ previstos para 2023 e depois, também os espaços exteriores, tratando-se de uma outra Candidatura do PRR no valor de 350.000€, para os que faltavam reabilitar, das habitações públicas já construídas. -----

-----Disse haver um conjunto de outras rubricas previstas nas GOP's, e que incluíam o conjunto de intervenções, sobretudo construção e aquisição, previstas no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Referiu que a CMS não iria esconder que, neste momento existiam dificuldades, dificuldades que não eram do Concelho de Sesimbra, mas dificuldades em ter no mercado, por um lado, Projetos a tempo e horas com as exigências que, neste caso, representavam os Projetos de Habitação Pública, e por outro, a dificuldade que existia em ter empresas. Disse que a CMS tinha feito a sua equipa de Gabinete de Projetos e que já não tinha mais capacidade face àquilo que era o volume de Projetos que tinham em curso e que o que estava mais próximo e com mais maturidade, neste momento, mas como efetivamente não estava concretizado, não podia ser colocado no orçamento porque seria também necessário a aprovação do PRR, neste caso do IHRU (Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana), que gerava este fundo do PRR. Disse que a que tinha mais maturidade era a operação da Cotovia, com cerca de 90 fogos e que, aparentemente, a Câmara iria fazer uma oferta pública, podendo ser essa operação ou outra qualquer, sabendo-se que existiam interessados naquela, mas qualquer Promotor podia propor, no Aviso que esta Assembleia Municipal aprovara este mês, a aquisição de cerca de 90 fogos na Freguesia do Castelo, conseguindo a Câmara adquirir estes fogos prontos a habitar, para o mercado de renda apoiada com financiamento total e integral a 100% pelo PRR. Disse que o valor de referência para aquisição era superior ao valor de referência para construção e aquilo que estava equacionado nos Serviços era, no caso da Quinta do Conde, numa operação de maior dimensão e que era a da Augi 24, com cerca de 70 fogos inicialmente previstos, embora já se tivesse percebido que não iria além dos 60, podendo-se fazer uma operação similar em detrimento de a CMS

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

avancar para a construção, ou seja, uma alienação para custos controlados e depois a aquisição, por parte da Câmara, dos fogos prontos a habitar.-----

-----Para completar a sua intervenção, o Presidente da CMS disse que o Aviso tinha abrangido a Freguesia de Santiago com os valores de referência e que qualquer proprietário desta freguesia, e não apenas da freguesia do Castelo, poderia propor à Câmara, a partir de janeiro, vender a sua fração ou o seu prédio pelos valores de referência, o que seria obrigatoriamente integrado no mercado de arrendamento, ou renda apoiada, ou renda acessível. Explicou ainda que, no caso da habitação, havia uma *décalage* brutal e, para se ter uma ideia, o valor da aquisição de 90 fogos, provavelmente na Cotovia, apontavam para valores na ordem dos 15 milhões de euros, não sendo de todo, um investimento pequeno, sendo previsível que alguma coisa ainda tivesse de surgir na Revisão Orçamental ou, quando fossem sujeitas à Candidatura e aprovação.-----

-----Relativamente ao Planeamento Urbanístico, estava-se a falar, quer de Projetos, quer de algumas pequenas obras que tinham a ver, essencialmente, com as Augis onde estava previsto o remanescente das pavimentações da Augi 57, 58 e 65. Para a iluminação pública, estava-se a falar de meio milhão de euros, e na sua opinião, este valor era subvalorizado e insuficiente, atrevendo-se a dizer que deveria ser o dobro daquilo que estava nas GOP's, sendo o mecanismo da CMS e que, eventualmente, podia ser reforçado, sendo necessário ter este valor em rubricas para poder lançar os Procedimentos. -----

-----Para as obras de urbanização, estavam orçamentados 1.400.000€ e deste valor, havia a salientar a Candidatura da Lagoa de Albufeira que deveria estar concluída a 31 de dezembro deste ano e que estava a ser negociado com o Mar2020, falando-se de uma comparticipação de 85% sobre este valor embora estivessem os dois Concursos a decorrer, quer o da Lagoa de Albufeira, quer a valorização marítima da Vila de Sesimbra que, essencialmente, o grosso da despesa era a construção do passadiço entre a prainha e a entrada do Porto de Abrigo, correspondendo a 95% da Candidatura, mas o prazo seria curto, estando, atualmente, os Concursos a decorrer, em que o da Lagoa de Albufeira previa uma reabilitação dunar, a valorização do Centro Náutico, a valorização do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena, a criação de um novo pontão de acesso para os viveiristas, assim como novas casas para os mesmos. O Presidente disse ainda que não iria esconder que, em duas semanas, a CMS precisaria do Parecer, em parte, da APA (Agência Portuguesa do Ambiente) e, na maioria dos casos, da CCDR-LVT, estando a intervir num artigo que era propriedade do domínio privado do Estado, exceto a requalificação dunar e o pontão de acesso aos viveiristas, e que o restante do Artigo 38º rústico do Castelo, era propriedade do Estado sob gestão do ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e Florestas) e a Câmara não podia colocar uma casa-de-banho no

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Centro Náutico, quando era sabido que lá existiam as célebres casinhas com as suas próprias características com fossas ligadas, sendo as casas propriedade do ICNF e que já ninguém recebia as rendas aos mariscadores e aos pescadores. Disse ainda que a CMS estava a tentar encontrar uma solução, mas a verdade era que o Concurso estava a decorrer e não podia ser lançada uma empreitada nem a concretizar na rua, sem ter o Parecer formal da CCDR-LVT e da APA para se poder intervir, particularmente na questão do Centro Náutico e do Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena, com a substituição do observatório maior que se encontrava danificado, tendo a CCDR-LVT imposto a sua substituição, pois seria impossível fazer de novo e mais uma vez, a Câmara Municipal encontrava-se a investir em propriedade do Estado que era aquela que a CMS queria, há largos anos, concretizar o grande Projeto da área Protegida Local, desde a Mata da Amieira até ao Espaço Interpretativo da Lagoa Pequena, tendo a Casa do Infatado como a sua Sede. Referiu que em todo esse espaço, o município tinha 1/5 da Mata da Amieira. -----

-----Para as obras de urbanização na Lagoa de Albufeira estavam orçamentados 780.000€, para o saneamento, o orçamento era de 500.000€, 2.123.000€ para o pagamento do serviço em alta da Amarsul, a deposição de serviços sólidos tinha um orçamento de 500.000€ que nem chegaria para metade, sendo uma das rubricas que estavam premeditadamente subvalorizadas e depois, todo um conjunto de grandes investimentos relacionados com a questão da limpeza urbana, que era uma das questões que, muitas vezes, publicamente, a par das repavimentações ou do estado das vias de comunicação, tinha sido colocado com mais incidência nalgum grau de insatisfação que era reconhecido, tendo também de se fazer justiça a quem o colocava, de necessidades de intervenção, sobretudo naquilo que era o espaço público e na gestão corrente de manutenção de infraestruturas públicas.-----

-----Para a higiene pública, o orçamento é de 250.000€, e em relação aos cemitérios, seria necessário fazer-se uma intervenção maior, e no cemitério de Sesimbra, aquele que apresentava maior défice estrutural, estava-se apenas a fazer pequenas obras de mitigação dos ossários e, portanto, não era previsível que se fizessem as obras de fundo em 2023.-----

-----Para a Proteção Civil, estavam orçamentados cerca de 533.000€, sendo que mais de 90% eram as transferências para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra por via do Protocolo para manutenção de socorro e das equipas de intervenção permanente.-----

-----Relativamente à água, a rubrica “Sistema de gestão, adução e distribuição de água” tratava-se da segunda área do orçamento que levava a maior fatia devido aos cortes sucessivos até chegar a este valor, porque senão, seria uma fatia de 3 milhões de euros e 157.000€ era um valor quase residual para eficiência energética, estando-se a falar, sobretudo, de intervenções em edifícios municipais.-----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto ao Turismo, com cerca de 1 milhão de euros, subia relativamente aos anos anteriores e incluía os grandes eventos do Concelho.-----

-----Também os mercados tinham orçamentado 1 milhão de euros, embora não estivesse aqui a totalidade da necessidade de intervenção nestes equipamentos mercados, particularmente o da Quinta do Conde, que já tinha um Projeto com maturidade e que se podia avançar, mas que se apontava que estivesse concretizada, pelo menos uma das fases previstas de reabilitação, sobretudo no exterior do próprio mercado. -----

-----Para as Atividades económicas, o orçamento é de 180.000€ e em relação à rede viária, para que se entendesse a dimensão do problema, disse que o orçamento era cerca de 2 milhões de euros, onde se incluía a sinalética vertical, horizontal e outra, não sendo apenas pavimentações e repavimentações. Sabendo a Autarquia do índice elevado de insatisfação das pessoas, tendo estas razão nos protestos que faziam, tratou-se de uma das questões mais duras, que era ter-se com um Projeto orçamentado, um conjunto de arruamentos daqueles que já tinham estimativa de custo e condições de se lançar procedimentos, para além de outros que vinham do lançamento de Procedimentos do ano 2022, sendo que todos faziam falta e depois, havia mais alguns que não tinham ainda orçamento nem Projeto, tendo a Câmara de “olhar” para os mesmos e começar a cortar. Era uma das coisas mais difíceis, mas teria de se dizer que era assim, ou então, teria de se cortar noutro lado qualquer, particularmente nas grandes obras, o que era discutível, uma vez que resultavam todas elas, com exceção do Auditório da Quinta do Conde, que não fosse por via de ter algum financiamento. Para se perceber esta dimensão, exemplificou que uma das obras que tinha Projeto, estimativa orçamental e previa a reabilitação do piso, conversão do passeio de um dos lados e reabilitação, obviamente, da rede de águas e dos pluviais e que era uma grande extensão, era a conhecida estrada das Pedreiras, desde a escola até ao cruzamento com a estrada que vai para Argéis e neste momento, a estimativa de custos era de 2.120.000€. Referiu que esta estrada estava num estado lastimável e precisava de ser reabilitada. Para se perceber a dimensão daquilo que não se conseguia fazer, se esta estrada fosse feita, teria um custo de mais de 2 milhões de euros, estando-se a falar de uma execução de mais de 365 dias e aquilo que se tinha no orçamento eram 1.900.000€ de entre os quais, havia um conjunto de obras já a decorrer neste ano, e que iriam transitar para o orçamento de 2023, como por exemplo, a célebre rotunda da Cotovia, no valor de 400.000€ e que se se tivesse 150.000€ de execução até ao final do ano de 2022, já não seria mau e ainda ficaria a faltar cerca de 250.000€. Em relação à Rua dos Milhafres e Rua Joaquim Marques, ambas no Zambujal, eram quase mais 400.000€ e haveria de ter uma execução de 50.000€. Solicitou que houvesse paciência, pois se houvesse capacidade técnica para tal, não

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

bastando apenas a capacidade financeira, e que tendo em conta o reconhecimento de que muitas das estradas do Concelho não estavam em condições e precisavam de ser reabilitadas, ao serem associadas a intervenções no subsolo, sendo este um dos motivos pelo qual, por vezes, não se conseguia levar tão longe a requalificação daquilo que estava à vista, considerando que, mesmo sendo impopular porque não se via, tratava-se de um bom ato de gestão, , até porque do ponto de vista da eficiência de um Serviço do município, que era a questão das “Águas” e tinha tido resultados muito bons, mas a verdade era que, não sendo narcisista, tinha de se explicar às pessoas e olhar-se para o coletivo. Salientou que existia uma capacidade do município por via do saldo e se houvesse a necessidade, também se poderia recorrer a um empréstimo, indo a Câmara terminar o ano com uma dívida como a mais baixa de sempre, com um valor de 7 milhões de euros de médio/longo prazo, o que para um orçamento de 77 milhões era meramente residual. -----

-----O Presidente da CMS disse ainda que se esperava que, durante este ano, fosse possível perceber-se se seria possível fazer um pacote grande de intervenções na rede viária, não para o ano de 2023, mas sobretudo, para o ano de 2024. -----

-----Sobre “Mobilidade suave”, disse que o que estava no orçamento era aquilo que faltava pagar das obras e do Lisboa2020 e a obra do Passadiço que terá de ter uma execução alta em junho de 2023 senão, estava-se a comprometer este financiamento para o município de Sesimbra. Relativamente ao Paisagismo, disse que tinha a ver com questões do meio ambiente e espaços verdes, zonas de jardins onde se incluía a Mata da Vila Amália, em cerca de 1 milhão de euros, havendo depois um “bolo” grande que ia desde os combustíveis à aquisição de viaturas, o muro de proteção do Zambujal e obras nas instalações municipais no valor de cerca de 4 milhões de euros, que da parte de investimento e da parte das GOP`s mais relevantes em despesa corrente, fazia, na parte mais operacional, mover a “máquina”. Disse que estava previsto um conjunto de Procedimentos para lançar que, se não tivessem ainda sido lançados, dois ou três já teriam sido publicados em Diário da República para viaturas de grande volume ou bio-resíduos, bem como de uma grua, outro de RSU e uma hidro combinada, estritamente necessárias. -----

-----Relativamente aos Serviços, o orçamento era de 1,5 milhões de euros, em que grande parte deste valor dizia respeito à desmaterialização de todo o *hardware* e *software* que permitia ao município trabalhar em rede. Disse haver muito investimento cujo diagnóstico estava feito, mas depois havia a questão financeira, sendo que o previsto para o próximo ano, entre várias outras coisas, era dar alguma transformação na abordagem técnica à gestão urbanística e que era a desmaterialização total dos processos urbanísticos. Era algo que não aconteceria já no início de janeiro, mas havia a perceção que

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

durante o primeiro trimestre do ano, estar-se-ia em condições para tal. Referiu que muitas vezes não se tinha a perceção, mas era um ganho de grande eficiência dentro dos serviços municipais, assim como também para o cidadão que tinha, de certa forma, tramitação de Processos com a Câmara Municipal, não apenas de construção, porque conseguia ser mais rápido e acompanhar em tempo real, não havendo o problema de se perder documentos, tratando-se também de uma forma clara de se poder contribuir para a eficiência dos serviços públicos.-----

-----Em relação à área da Informação, disse que se reduziria o valor face ao ano passado, embora com não muita expressão, porque havia um Projeto intermunicipal que havia decorrido no âmbito dos Fundos Comunitários para a Arrábida com uma comparticipação de cerca de 50% do canal Arrábida Digital, mas que a avaliação feita pelos três municípios (Sesimbra, Palmela e Setúbal), face ao custo/benefício era um peso grande para o Projeto a 3, que se tinha mantido noutras dimensões, entre os quais se perspetivava a entrega da Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera no primeiro semestre do próximo ano. -----

-----Em seguida, tomou do uso da palavra, o **Vereador José Polido**, que cumprimentou todos os presentes e complementou aquilo que o Presidente da CMS havia dito. Disse que a base de elaboração deste orçamento cumpria todas as regras que estavam, neste momento, instituídas às autarquias, ou seja, o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), e que o Orçamento tinha de ser feito com base nas médias dos últimos anos, podendo apenas, só colocar-se alguma dívida que se tivesse em algumas das rubricas. Referiu que este Orçamento tinha incluído o Regulamento recentemente aprovado dos benefícios fiscais e que mais uma vez, não tinham sido aumentados os chamados serviços urbanos, ou seja, a fatura de água não tinha sido aumentada, portanto, desde 2015 que o município de Sesimbra não aumentava este serviço e a CMS tentava acomodar nas receitas que tinha, o que não seria fácil no futuro, ou que não vai ser fácil no futuro, pois como tinha vindo a dizer, havia a questão da faturação da Amarsul para os municípios, que iria aumentar quatro vezes desde 2019, passando a haver uma tarifa a rondar os 80€, passando a haver aqui alguma dificuldade. O Vereador disse também que as questões sociais também estavam salvaguardadas neste Orçamento, e que nunca faltaria nem faltaria todo o apoio a todo o movimento associativo e IPSS's, caso o mesmo viesse a ser necessário.

-----Referiu que este orçamento mantinha uma redução continuada da dívida e que em 2012, a CMS tinha uma dívida bastante substancial e mais uma vez, este orçamento iria reduzir a dívida de médio a longo prazo em 1.960.000€, chegando a 2027 com uma dívida praticamente residual, de médio longo prazo e isso tinha uma perspetiva de futuro para não se deixar um município endividado a quem se seguisse e poder contrair algum tipo de empréstimo, pois a CMS tinha uma capacidade de endividamento de muitos

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

milhões de euros para fazer face a algum investimento estratégico que assim se entendesse. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Oliveira**, que cumprimentou todos os presentes e disse que, depois de ter ouvido o Senhor Presidente da Câmara, ficou tremendamente confuso quando foi dito que este era o maior orçamento de sempre em termos daquilo que eram as receitas, que existiam apoios para um conjunto de coisas, Concursos e Programas. Referiu que o Orçamento do ano passado também tinha sido o maior de sempre quando foi apresentado e pensava-se que o Conselho poderia ser alavancado com um orçamento daquele tamanho e avançar, mas quando se chegasse ao fim deste ano, ver-se-ia aquilo que se tinha avançado quando chegasse a altura das contas e das execuções, mas o que é certo é que o Senhor Presidente disse que havia muito dinheiro e capacidade, mas depois referia a incapacidade de fazer, a incapacidade de acorrer a todas as obras e a incapacidade do ponto de vista técnico, ou seja, havia dinheiro, capacidade e a vontade, mas depois não se fazia. O Deputado referiu que havia obras que eram lançadas e que depois paravam e questionou o porquê de se entregar as obras a empresas em que os cadernos de encargos deviam ser um bocadinho mais apertados e devia também haver um maior rigor relativamente aos Concursos, embora se extravasasse a lei, mas o que se queria era assegurar que o investimento que vai ser feito tem um princípio, um meio e um fim, e chegando-se ao fim desta apresentação, dizia-se que havia dinheiro à vontade, não havia capacidade, mas havia algumas hesitações e muito mais para fazer, não se conseguindo fazer tudo. Na sua opinião, a pessoa mais triste com este Orçamento era o Senhor Presidente da Câmara, pois este não era um discurso de quem estava convencido de que este Orçamento “atiraria” este Concelho para a frente. Tratava-se sim, de um discurso de uma pessoa que, apesar de dizer que era bom e com muito dinheiro, não se conseguiria ir a lado nenhum, ou apenas um bocadinho.-----

-----Referiu ainda que havia certas opções que, efetivamente, tinham de ser feitas e cortar significa que se quer fazer, mas não se podia fazer, e quando se olhava para a intervenção do Presidente da CMS, via-se que não existia um caminho, mas um zigzaguear em que se ia fazendo, vendo e andando, e o Deputado não conseguia encontrar aqui uma convicção de que o Concelho iria num determinado rumo, e aquilo que se ia fazendo era “coisas” e perguntou como é que poderia acreditar neste orçamento, se achava que o próprio Presidente da Câmara não acreditava nele porque não era consistente do ponto de vista daquilo que eram as orientações daquilo que eram as opções daquilo que se pretendia atingir. -----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Vitor Antunes**, que cumprimentou todos os presentes e disse ser muito raro a Assembleia Municipal ser confrontada com um Orçamento aprovado por unanimidade na Câmara. era preciso recuar. Disse estar na Assembleia Municipal há 13 anos e que isto

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

nunca acontecera. Referiu que esta unanimidade na Câmara resultava de duas condições, sendo elas a conhecida disponibilidade dos eleitos da maioria CDU para ouvir e conjugar posições com os restantes Vereadores, e o sentido de responsabilidade de cada um deles para individual e coletivamente, colocar os interesses do Concelho e dos seus habitantes, acima de quaisquer outros. Disse também que uma análise atenta ao Orçamento, remetia, no que concerne à Quinta do Conde, para investimentos no Anfiteatro da Boa Água e no Spot Jovem do Parque da Vila, orçados em cerca de 2 milhões de euros no total, investimentos que se desejava ver concretizados e também se desejava ver replicados em outros de maior dimensão que, aliás, já aqui tinham sido anunciados. -----

-----Era desejado que não tivesse sido o tal sentido de responsabilidade que obrigara a esta orçamentação, mas ainda assim era surpreendente a inscrição de 1 milhão de euros para pavimentações, e ao mesmo tempo, ter-se conhecimento de que só pavimentação de uma via, que era absolutamente necessária, a estrada das Pedreiras estar orçada em mais de 2 milhões de euros. Para terminar a sua intervenção, o Deputado perguntou se com a integração do saldo da ótima gestão de 2022, poderia contar-se com o reforço da rubrica que pagaria os asfaltamentos. -----

-----Tomou depois do uso da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora**, que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a realização desta Assembleia Municipal descentralizada na freguesia da Quinta do Conde, lembrando que a última, devido a várias circunstâncias, tinha sido há 3 anos, mais propriamente no dia 18 de outubro de 2019, no Grupo Desportivo e Cultural do Casal do Sapo. Agradeceu ainda a cedência desta magnífica magnífica sala. Disse depois que esta intervenção não poderia deixar de ser sobre a Quinta do Conde, nunca pretendendo fazer comparações orçamentais, mas sim apresentar algumas questões que considerava pertinentes para a defesa dos interesses desta freguesia e dos seus fregueses, na perspetiva de se ter um concelho mais coeso e solidário. Começou por fazer uma pergunta porque iria condicionar, ou não, outras que tinha para fazer e que era sobre o resumo de despesas por classificação económica na conta 08050102-Freguesias, na qual era atribuído um valor de 568.120€, considerando, pelo que se tinha conhecimento, que a partir do ano de 2023 seria a DGAL a pagar os autos de transferência às freguesias. Perguntou que verba era esta e qual seria o valor atribuído à Junta de Freguesia da Quinta do Conde. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS, Francisco Jesus**, que disse que não seria a DGAL a pagar, mas sim a Câmara Municipal, ou seja, a transferência seria feita pela DGAL, deduzida aos montantes que a Câmara de Sesimbra tinha para receber, e contabilisticamente, este valor tinha que estar representado nas contas da Câmara, e tal como hoje, a Autarquia pagava 1 milhão de euros para a operação de transportes da Área

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Metropolitana de Lisboa, o Orçamento municipal tinha que lá ter a retirada deste montante porque era uma verba que viria para a Câmara Municipal de Sesimbra, mas sairia diretamente daquilo que seriam as receitas provenientes do Orçamento de Estado para o município. Disse não saber se, tecnicamente, haveria mais alguma informação, ou seja, do ponto de vista daquilo que a Câmara previa, essa verba teria que sair dos cofres da Câmara para depois ir para a Junta de Freguesia, apesar desta transferência ser feita pela DGAL.--Após esta intervenção, tomou de novo, do uso da palavra, o **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora**, que prosseguiu com a colocação de mais questões. -----

-----Começou por dizer que iria apresentar questões sobre seis rubricas incluídas no Orçamento inicial, GOP's 2023. A primeira referia-se à Cultura, em que se previa gastar no ano de 2023, na Quinta do Conde 909.100,00€ nos seguintes melhoramentos/novos equipamentos: 8.400€ no Pólo de Leitura da Quinta do Conde, 600.000€ no novo Auditório da Quinta do Conde, 1.000€ na Biblioteca Municipal da Quinta do Conde em 2023 e 1.400.000€ em 2024, 95.500€ na criação do Spot das Artes e 204.000€ na requalificação do Anfiteatro da Boa Água. Em seguida, e considerando que o novo Auditório da Quinta do Conde se havia iniciado nas GOP's de 2019 com uma verba de 60.000€, perguntou se seria agora (em 2023) que iria avançar, pois confirmava-se que, se assim acontecesse, o seu término seria em 2025, o que queria acreditar que assim fosse. De seguida, perguntou também, considerando que a Biblioteca da Quinta do Conde, no mínimo, já contava nas GOP's de 2019, com a mesma verba de 1.000€ que estava para este ano, se seria agora em 2023 que iria avançar, e que se assim fosse, se se confirmava o seu término para 2024, pois existia uma verba para 2024 no valor de 1.000.004€ e acabava aí. -----

-----Disse ainda ser um facto que estava orçamentado, para o ano de 2023, um valor de 3.275.200€ para a Cultura reconhecendo-se que 909.100€ seriam para equipamentos na Quinta do Conde. Considerando ainda que o valor restante de 2.366.100€ tinham incluído, para construções diversas, o valor de 1.476.000€, questionou quais as construções diversas perspectivadas, já que correspondiam a 45% do valor orçamentado para esta rubrica.-----

-----Acrescentou que não conseguia encontrar nenhum valor para atividades culturais na Quinta do Conde e perguntou se este valor estava incluído noutra rubrica, apelando assim ao bom senso do Executivo da Câmara Municipal para analisar as verbas atribuídas para a divulgação da cultura nesta freguesia, pois não se poderia limitar a um espetáculo no Parque da Vila uma vez por semana nos meses de julho e agosto, questionando ainda em relação aos restantes meses. Disse que a Junta de Freguesia iria pedir a colaboração à Câmara Municipal de Sesimbra para alguns eventos aprovados no seu Relatório de atividades, em que precisaria de apoio, nomeadamente para um festival de teatro, para um concurso de fotografia, para um



Assembleia Municipal de Sesimbra

festival de jazz, para uma escola de música e para o festival de folclore. -----

-----Relativamente à requalificação do Anfiteatro da Boa Água, perguntou o que é que se pretendia fazer com o dinheiro anunciado e, para terminar, sobre a área da Cultura, disse que o Pavilhão Multiusos não tinha nada previsto para o ano de 2023 e não se podia ser esquecido que, em 2017, a Junta de Freguesia referia, no seu plano de atividades, o início da construção do Pavilhão Multiusos, tendo nesse mesmo ano, gasto cerca de 23.000€ em estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria, conforme a demonstração de Contas desse mesmo ano. Em 2018 a Junta de Freguesia já dizia, no seu Plano de Atividades, defender junto da Câmara Municipal de Sesimbra, a construção do Pavilhão Multiusos, o que levava a crer que tinha havido um acordo para que a execução deste Pavilhão ficasse a cargo da Câmara Municipal de Sesimbra. Perguntou ainda para quando se perspetivava o início da construção do Pavilhão Multiusos. -----

-----Em relação ao Desporto, disse haver duas verbas para a Quinta do Conde, sendo 110.300€ para o Pavilhão Municipal da Quinta do Conde e 108.000€ para o campo de futebol da ADQC (Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde) e a sua pergunta era que com um orçamento de 1.583.100€ e reconhecendo que ao nível da intervenção dos dois equipamentos assinalados, o valor era de 218.300€, quanto aos restantes 1.364.800€ não existia nenhum compromisso desportivo organizado pela Câmara Municipal de Sesimbra na área geográfica da Quinta do Conde. Disse que a Junta de Freguesia iria também, junto da Câmara Municipal, pedir ajuda para a reparação do *Skatepark*. -----

-----Relativamente à Ação Social, disse estarem estipulados 58.000€ para a reinstalação do Espaço Cidadania e nesta rubrica, estava orçamentado para 2023, pela Câmara Municipal de Sesimbra, um valor de 1.583.100€. Perguntou onde seria reinstalado este espaço e se tinha algo a ver com a loja do cidadão.

-----Quanto ao Turismo, estavam atribuídos 120.000 € para o Centro de Artes da Quinta do Conde, e que ao ser iniciado em 2023 com este valor, tinha o seu término previsto para 2027, havendo assim 5 anos de construção. Questionou o porquê e onde se localizaria. -----

-----Em relação às Comunicações e Transportes, disse estarem previstos 250.000€ para a reabilitação da rede viária da Quinta do Conde, e perguntou o que é que estava perspetivado nesta reabilitação? ----

-----Na defesa do ambiente, referiu 15.400€ para o espaço da Feira Festa e perguntou se no próximo ano já se iria começar a obra do novo espaço da Feira Festa. O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde questionou ainda se não seria uma contradição iniciar-se o Auditório em 2023 e o novo espaço da Feira Festa, conforme indicado nas GOP's, que só estaria terminado em 2027, tendo ainda perguntado onde se iria realizar a Feira Festa no período entre 2023 e 2027. -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que cumprimentou todos os presentes e agradeceu a hospitalidade do Centro Cultural e Social e Recreativo “Voz do Alentejo” e as palavras amáveis do seu Presidente, bem como a forma como tinham recebido a Assembleia Municipal. Em seguida, disse que já tinha percebido na reunião das comissões, que este era um Orçamento que tinha o “seu quê” de estranho, o que não era um facto muito agradável, por estar a ser discutido tão tarde. Disse que se no ano passado, esta era uma questão que até era admissível em função da proximidade que tivera com a realização das eleições autárquicas, este ano já não era tão admissível e deveria haver um esforço para que, no próximo ano, não decorresse tão tarde. Referiu que era estranho porque sendo um orçamento anual, e tal como já havia sido explicado pelo Vereador José Polido, apenas em algumas rubricas, 50% ou menos, era da despesa prevista, nomeadamente em despesas correntes como a energia e outras que tinham sido aqui enumeradas. Foi também explicado pelo Executivo que essa opção decorria da necessidade de incluir rubricas de investimento para vários Projetos que a autarquia tinha em carteira, ficando a cobertura dessas despesas subvalorizadas e salvaguardadas com a incorporação, no decurso do próximo ano, do saldo necessário que resultasse do fecho do exercício de 2022 que, tal como era sabido, seria positivo e excedentário, ou seja, o orçamento abria rubricas para poder concretizar obras cofinanciadas que podiam cair no decurso do ano de 2023, mas que “aldrabava” propositadamente as despesas para que não se chegasse ao orçamento.-----

-----O Deputado disse que não iria julgar a opção ou se esta ginástica orçamental era mais necessidade que opção à luz das exigências do sistema de gestão das contas públicas, nomeadamente das autarquias, mas sabia que se ia votar um orçamento que não era plenamente real e isso já tinha sido aqui assumido, e admitiu que as opções tomadas estavam claras e que não existem omissões por parte do Executivo, que expôs os artifícios usados e a aritmética orçamental seguida, mas o documento que terá que ser aqui votado hoje, era um exercício contabilístico incompleto, ou propositadamente adulterado, para cumprir com pressupostos que não estavam vertidos, pelo menos na sua plenitude, nos números apresentados.

----- Referiu ainda haver a questão que se levanta aqui, e que era uma questão de retórica, era para que é que servia um documento assim e se esta era a melhor forma de transmitir transparência até aos eleitores e aqueles que estavam a ver a transmissão desta sessão, e questionou se não seria já tempo de um sistema de gestão contabilística estar mais adequado àquela que era a gestão corrente das autarquias. Disse que, certamente, isso não era uma resposta que o Executivo pudesse dar, mas a verdade era que, neste caso, admitindo que a autarquia acabava por limitar-se a jogar este jogo algébrico que acabava por ser desadequado, e em certa medida até falacioso daquilo que era a realidade do orçamento autárquico,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquilo que seria a gestão autárquica em 2023 não estava totalmente plasmado, pelas razões que enunciara, no orçamento que será votado. -----

-----Foi cedida a palavra à **Deputada Sílvia Montanha**, que cumprimentou todos os presentes e disse ter ficado muito confusa com a apresentação do orçamento por parte do Presidente da Câmara. Afirmou concordar com várias intervenções já feitas, e que achava um orçamento pouco claro que, no seu entender, não compreendia aquilo que deveria ser o apoio às famílias e às empresas. Disse que, por outro lado, o plano de investimentos da autarquia visava unicamente medidas eleitoralistas e esquecia, por completo, os interesses dos habitantes e as obras estruturais necessárias, nomeadamente, implementar em sede de Educação, em sede da Juventude e Desporto, Inovação, Economia circular, Saúde, Cultura, entre muitas áreas fundamentais. Referiu tratar-se de um orçamento de cegueira ideológica e de atraso para Sesimbra, principalmente para as periferias como a Quinta do Conde. -----

-----Tomou depois do uso da palavra, o **Deputado Paulo Caetano**, que cumprimentou todos os presentes e agradecer a hospitalidade e este acolhimento nesta sala, que era, de facto, muito simpática. Disse que iria repetir-se mais uma vez, porque isto era quase um “*déjà vu*” todos os anos e que por esta altura, em dezembro, sentia exatamente a mesma coisa, um desafio enorme em conseguir seguir esta quantidade de documentos. Disse que, se calhar de há dois anos para cá, havia um índice, o que já ajudava um bocadinho, só que o mesmo aparecia num documento chamado Relatório Orçamental, que até estava duplicado, pois tinha 66 páginas, quando no fundo, eram apenas 33 páginas de texto e, portanto, o próprio PDF estava duplicado e não era que se desse por isso rapidamente, mas tornava-se confuso e que remetia para pontos que não estavam nesse próprio documento e estariam noutros ficheiros PDF que não eram identificados, e, portanto, perceber que a nota introdutória, que era logo o primeiro ponto do dito índice, não estava em nenhum ficheiro que se chamasse “*nota introdutória*”, mas num ficheiro que se chamava “*GOP’s 2023 CMS*” e que era parecido, para não dizer igual, a documentos semelhantes, em todos os anos em que se apresentavam as *GOP’s*, o Orçamento e o Plano, etc. -----

-----Referiu que esses documentos mudavam de nome todos os anos e este ano, o seu nome era “*GOP’s 2023 CMS*”. O Deputado disse já ter assumido aqui as suas limitações em relação a documentos deste tipo e até Relatórios com estas características de orçamento, porque não era claramente, um local onde se pudesse movimentar à vontade, mas gostaria, pelo menos, de conseguir compreender como é que tudo isto se articulava e continuava a ter uma enorme dificuldade. Referiu que as coisas podiam, eventualmente, estar a melhorar, mas não estavam perfeitas e não se tinha 24 membros desta Assembleia com competências elevadas nesta área, e ainda bem, porque precisava-se de uma diversidade que cobrisse uma

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

série de outras áreas. -----

-----Disse que estes documentos, depois de ter ido ver as versões anteriores, eram basicamente, um “copy paste” e que este ano até tinha algumas gralhas, referindo-se a coisas que iriam começar em janeiro de 2022 e que a referência “nota introdutória” parecia uma citação e perguntou de onde ou de quem era esta citação, porque tinha variado ao longo dos anos. Disse também que, em todos estes documentos, havia objetivos estratégicos e modelo de desenvolvimento, e que nestes últimos seis anos, se assumia sempre que eram válidos e que a lista destes objetivos estratégicos, com exceção de um que tinha sido adicionado no ano passado, e que tinha a ver com a atualidade em implementar medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas e transição energética, eram exatamente iguais nestes últimos anos, e isto que num orçamento que nestes últimos anos havia crescido 50%. -----

-----Referiu que neste momento, para o ano de 2023, tinha-se um orçamento 50% superior ao de 2017 e havia uma sensação de que não existia nenhuma evolução nos objetivos estratégicos ou no modelo de desenvolvimento, que era, basicamente, sempre o mesmo, embora o Orçamento fosse crescendo, mas não parecia ser ajustado a estes objetivos estratégicos, em que alguns pudessem já ter sido concretizados efetivamente e que pudessem ter sido diversificados de alguma forma, mas mais uma vez, nestes objetivos estratégicos, para além daquele que já tinha enunciado, promover uma política sustentada de urbanismo, ordenamento e requalificação urbana, promover a defesa do património natural e cultural numa perspetiva identitária, mas promover a valorização da cultura e da qualidade do turismo integrado neste território eram, pelo menos, objetivos estratégicos claramente enquadrados e desenvolvidos no âmbito de um Plano Diretor Municipal (PDM). -----

-----O Deputado repetiu a mesma pergunta que tinha feito em todos os anos, em que se faziam GOP’s atrás de GOP’s ano após ano, sem haver um PDM revisto e se seria possível garantir que próximo conjunto de GOP’s já seria aprovado com o novo PDM, pois continuava a ser um ponto que não se podia deixar passar e que já se tinha as explicações e sabia o que tinha acontecido, com justificações dadas todos os anos, mas na verdade, nunca era por demais lembrar que a CMS tinha um Plano Diretor Municipal do qual dependiam muitos objetivos estratégicos destas GOP’s e destes documentos previsionais ou de todas estas Opções e que estava em revisão, entrando no seu 16º ano. -----

-----Disse depois que tinha alguma dificuldade em perceber a lógica de certas coisas funcionarem e variarem de uma determinada maneira, mas por exemplo, os impostos diretos, pelo que se percebera na reunião das comissões, aumentavam em função do IMT e ao longo destes últimos anos, a variação tinha sido muita, tendo ficado com a ideia de que a previsão do aumento desta receita, explicitamente

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

relacionada com o IMT, justificaria um valor mais próximo dos 6.000.000€.-----

----- Relativamente aos impostos indiretos, o Deputado disse que andavam sempre na ordem dos 200.000€, tendo desaparecido em 2020 e que este ano, andavam nos 4.000€, tendo perguntado o que é que podia justificar isto. Referiu que associado a esta matéria, havia uma rubrica de Taxas, Multas e outras Penalidades que tinha chegado a diminuir 470.000€ no orçamento, e que depois tinha aumentado 1 milhão de euros em 2021, no ano passado aumentara 300.000 e este ano 1.572.00€. Perguntou que taxas multas e penalidades eram estas e quem é que as estava a pagar o que é que poderia justificar esta variação. Havia depois o orçamento propriamente dito, que tinha subido de ano para ano, à volta dos 4%, 7%, 2%, 5%, 8% e de repente, 20% este ano, dando um total de 50% ao longo destes últimos cinco anos e que pelo que se percebera na reunião de comissões e também aqui com a apresentação do Presidente da CMS, grande parte deste aumento da receita tinha a ver com a descentralização, mas a pergunta que fizera na reunião de comissões e que julgava que não ter sido cabalmente respondida, era o que é que seria este Orçamento para 2023 sem a descentralização e qual é que seria o aumento do ano passado para este ano, que eram 20%, mas a grande parte explicada pela descentralização que gostaria de saber era se podia ter-se um valor deste aumento sem a descentralização, ou seja, se seriam os 2%, 3%, 5% ou 8% de aumento que tinha vindo a acontecer nos últimos anos. Salientou que com esta pergunta, não estava a dizer que esse orçamento estava empolado, mas realmente, havia alguma dificuldade em compreender isto.-----

-----Em relação às despesas, a sua intervenção tinha a ver com o aumento da despesa associada à gestão de resíduos e à Amarsul, que era uma grande preocupação para o município e era necessário planear a forma de encarar esta situação inevitável. Desta forma, questionou o que é que havia nas GOP's que pudesse, por exemplo, estar cabimentada alguma verba para promover a redução da produção de resíduos, porque seria, claramente, uma opção para combater este problema, que seria se revertesse exclusivamente para os municípios, mesmo discutindo se os valores eram esses ou não.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Andredina Cardoso**, que cumprimentou todos os presentes E disse que na página 14 dos documentos previsionais de 2023, havia uma perspetiva dos anos de 2021, 2022 e 2023, notando-se que havia valores que subiam e valores que desciam. Disse querer perceber, ao nível dos vários valores que desciam na Saúde, a razão por isto acontecer de 2022 para 2023, passando-se o mesmo relativamente à higiene pública e às atividades económicas. -----

-----Interveio o **Presidente da CMS** que em relação à intervenção do Deputado Carlos Oliveira, disse que este tinha feito um bom exercício de retórica porque se se “espremesse” aquilo que tinha dito, a única coisa que se tinha ficado a perceber era que, como agora não se tinha ninguém no Executivo,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

provavelmente, não havia condições para aprovar este orçamento, sendo necessário encontrar um mecanismo que permita fundamentar aquilo que vai ser a opção da Câmara Municipal. Referiu que, se lhe fosse perguntado se estava preocupado com este orçamento, diria que sim e que lhe transmitia inquietação porque sabia que se estava perante um conjunto significativo de investimentos num curto espaço de tempo, que provavelmente poderiam crescer.-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Carlos Macedo, disse que a CMS tinha, de forma deliberada, ficado a aguardar alguns pressupostos de algumas das intervenções que poderiam surgir, ou não surgir, no orçamento de 2023, nomeadamente de algumas Candidaturas e de algumas negociações com a Administração Central que poderiam, de certa forma, adulterar aquilo que era o documento apresentado, que era um documento previsional e dinâmico. Disse que orçamento de 2022 e as GOP`s haviam tido 22 alterações orçamentais sendo verdade que quando a Câmara dizia que tinha sido sua intenção e que se o objetivo e o entendimento não tinham sido esses, diria que se calhar, a CMS teria de se reservar, embora já se fosse habituando a isso, apesar de não ser aquilo que gostasse de fazer. Disse ter havido clareza, transparência e explicação do exercício matemático feito, e que podia-se ter feito outro, não pondo nada no Auditório da Quinta do Conde ou na escola, e no dia 3 ou 4 de janeiro, colocar-se todo o valor na deposição dos resíduos e na energia elétrica e se no dia 3 de Janeiro fosse necessário lançar o Procedimento do Auditório da Quinta do Conde, e ter 600.000€ para cabimentar, porque se assim não fosse, não se poderia lançar o Procedimento, indo-se assim à iluminação pública, retirar 600.000€ e colocar na rubrica do Auditório da Quinta do Conde.-----

-----Referiu que os Deputados municipais tinham que perceber que a dinâmica do orçamento era esta e não a poderia explicar de outra forma, portanto, era por isso é era um documento provisional daquilo que se previa para o ano económico e seguintes e por isso é que era possível fazer alterações e revisões orçamentais. Quanto às revisões orçamentais indubitavelmente, tinha de ser a Assembleia Municipal a apreciá-las e a aprová-las e depois, existia o Relatório de Contas que pode ser comparável com aquilo que tinha sido o documento inicialmente aprovado, ou discutido, e votado nesta casa e, obviamente, também no órgão executivo. Disse haver a perceção de que existia aqui um conjunto de procedimentos já lançados e, portanto, já cabimentados ou de procedimentos que se queria iniciar no primeiro semestre e que se se estivesse a aguardar a inserção do saldo, para ter uma ideia, no quadro do PRR, quis-se plasmar, nas GOP`s, todas as rubricas identificadas exatamente como “PRR” para efeitos de Prestação de Contas com as respetivas entidades gestoras. Disse terem sido plasmadas nas GOP`s, nem mais nem menos do que aquilo que tinham sido as Candidaturas aprovadas com o cronograma previsível das mesmas e como exemplo,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

disse que o colocado na Biblioteca da Quinta do Conde tinha sido um valor residual, sabendo que se queria lançar o Concurso este ano e que não haveria obra este ano e que todo o impacto financeiro ocorrerá no ano 2024, mas esta questão estava muito presente e que se, por hipótese, se em janeiro ou fevereiro fosse lançado o Procedimento para uma obra com um custo de 1.600.000€ que era a Biblioteca da Quinta do Conde e se no final do ano a obra estivesse adjudicada e com o visto do Tribunal de Contas, não seria mau e não dependia só dos trâmites nem dos prazos da Câmara Municipal, sendo os prazos legais e partindo do pressuposto que nem sequer havia reclamações, porque se existissem, seria complicado.-----

-----Disse que a CMS chegara a ter processos durante três meses no Tribunal de Contas e não se recordava, pelo menos nos anos em que estava no exercício das suas funções no município, de ter havido algum Procedimento que não tivesse o visto do Tribunal de Contas, mas também não houvera quase nenhum Procedimento que tivesse passado à primeira, colocando-se questões sobre a forma como se tinha chegado aos valores base e sobre os Cadernos de Encargos, ficando o próprio com a sensação de que queriam ganhar algum tempo para poderem avaliar todos os Procedimentos em carteira para ter que avaliar Procedimentos de contratação pública. -----

-----Continuando a sua intervenção e respondendo ao Deputado Carlos Oliveira, disse estar inquieto porque ao longo deste ano, em todas as grandes obras, tinha havido em média, 30% de aumento do valor do custo das mesmas, o que não estava no orçamento, tendo sido necessário ir buscar a outro lado. Houve rubricas que tiveram de ser “espremidas” para se poder compensar com revisões de preços, alterações, trabalhos complementares e as omissões, estando-se a falar numa média de 30%, embora houvesse obras que iriam atingir os 40% legais.-----

-----Disse também que quem estava no setor, e não tinha de ser no setor público, perceberia a dificuldade da Câmara neste momento, do ponto de vista de ter empresas, do ponto de vista dos custos dos materiais e para se ter uma ideia, a adjudicação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho tinha sido de 3,2 milhões para terminar a atual fase e o empreiteiro que ganhara o Concurso apresentou, de imediato, a revisão de preços, tendo em conta o hiato do tempo entre aquilo que tinha sido o lançamento do Concurso e a adjudicação, de quase 700.000€. Disse estar preocupado porque havia coisas do quotidiano que deixariam de ser feitas e estava-se em simultâneo com a Escola Navegador Rodrigues Soromenho, o Auditório da Quinta do Conde, a Capela a terminar, o edifício de habitação pública no Largo 2 de Abril, a mata da Vila Amália que há anos que se queria intervencionar com mais de 700.000€, o Spot das Artes que se pretendia fazer, este ano, no parque da Vila na Quinta do Conde, o Passadiço do Porto de Sesimbra que tinha Concursos que eram mais de 400.000€, a Unidade de Saúde de Sesimbra, que eram quase mais 3

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

milhões de euros, a rotunda da Cotovia da toda a gente falava, com um custo de mais 400.000€ e mais 1 milhão de euros de pavimentações que estava, neste momento, em curso e que, manifestamente, era insuficiente. Referiu que a obra da Lagoa de Albufeira custaria quase 800.000€, a requalificação de 70 fogos da Almoinha, que já tinha sido adjudicada, com um custo de mais de 1.300.000€, e sobrando-se depois a isto, a Biblioteca da Quinta do Conde, compromisso assumido e financiamento garantido do PRR no valor de 1.700.000€, um novo pavilhão desportivo para substituir o pavilhão de Sampaio em mais de 1,5 milhões de euros com a sua construção dentro da Escola Sampaio, o novo Auditório no Parque Augusto Pólvora, orçamentado em meio milhão de euros, uma Loja do Cidadão na Quinta do Conde, estimada em mais de 1 milhão de euros, estando-se a aguardar a validação e abertura de um Aviso para a Autarquia concorrer, desde que tenha o Protocolo com a Agência de Modernização Administrativa (AMA) já com um Projeto de execução validado por todas as entidades. Esta espera devia-se à alteração do Conselho de Administração da AMA e, neste momento, estava-se há 4 meses sem qualquer resposta, mas os serviços também tinham estado parados para fazer isto.-----

-----Referiu ainda o compromisso da CMS para lançar o Concurso da nova Unidade de Saúde da Quinta do Conde, que se fosse aprovado, teria de se lançar o Concurso no próximo ano, e no entanto, não estava qualquer verba indicada no orçamento, correspondendo a 1,5 milhões de euros. Relativamente ao Posto da GNR da Quinta do Conde, tendo a Autarquia andado “para trás e para a frente” para fazer o Projeto cujo prazo havia passado.-----

-----Disse estar bastante preocupado, pois entre o Posto da GNR da Quinta do Conde, a Loja do Cidadão, e a Casa do Infantado na Lagoa de Albufeira assumida pela Autarquia, havia apenas dois anos para iniciar a obra. Salientou que, neste momento, a Câmara tinha uma boa capacidade financeira, havendo muitas vezes dificuldade de acompanhar tecnicamente, pois havia engenheiros e arquitetos que saíam da Administração Pública porque as remunerações e os salários face àquilo que eram os preços do mercado, neste momento, eram meramente insuficientes. Referiu que, atualmente, o Serviço de Gestão Urbanística tinha apenas dois arquitetos que lá pertenciam há seis anos e que os restantes já eram todos novos, estando-se a falar de jovens saídos da Universidade. Quanto à questão de o Deputado ter dito que nem o Presidente, nem a Vereação acreditavam no documento, disse perceber o desabafo, mas no caso da Autarquia, o compromisso era sempre o mesmo, sendo sabido que independentemente das circunstâncias, havia uma total abertura para trabalhar com todos aqueles que estivessem eleitos no órgão executivo. -

-----Sobre a questão colocada pelo Deputado Vítor Antunes sobre a inserção do saldo, disse que, estando a dois dias no final do ano, o saldo orçamental seria na ordem dos 9 milhões de euros e que desse

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

valor, para fazer aos acertos aritméticos que aqui tinham sido falados, seriam necessários entre 4 e 5 milhões de euros. Disse ser prematuro dizer que o remanescente seria para pavimentações, mesmo percebendo que isso era uma das questões mais difíceis de gerir, até com a opinião pública, com as pessoas, com o sentimento, com as necessidades e com o reconhecimento do terreno havia uma grande dose de imprevisibilidade, a quem alguém chamara “inquietação”, do ponto de vista de novos investimentos ou de investimentos que não se tinha a certeza se iriam surgir, e com a incerteza maior sobre aquilo que eventualmente podiam ser alterações àquilo que era o preço contratual inicialmente fixado com o empreiteiro. -----

-----Disse que este ano, do ponto de vista orçamental, o facto de não se ter avançado na obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e que tinha sido pedido de suspensão por parte do empreiteiro, permitiu que essa verba fosse descabimentada para fazer face a outras rubricas com um crescimento superior porque quando o Auditório da Quinta do Conde estava com 600.000€ cativos no orçamento, não podia ser feito mais nada até haver uma decisão, da Câmara, de não adjudicação do Processo e abertura do novo Processo concursal, e portanto, o dinamismo e a dinâmica eram muitas vezes difíceis de explicar, mas eram o dia-a-dia da gestão de qualquer Administração Pública e não de uma Câmara Municipal.-----

-----Relativamente às questões sobre o Auditório da Quinta do Conde colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia, e sobre as questões de Cultura, disse que o Auditório tinha um prazo previsto de execução de 520 dias no Caderno de Encargos, número redondo desde 2019 e atualmente, estava-se a fazer a revisão das peças, tendo em conta o conjunto significativo de contestações que tivera o Procedimento concursal e de dúvidas sobre omissões do mapa de quantidades e portanto, estava a ser revisto e com certeza que se iria rever também o tempo, mas não acreditava que fosse uma coisa muito inferior, passando de 520 para 300 dias e mesmo que a Câmara lançasse já o Concurso, haveria muita satisfação se, no final do ano, já estivesse adjudicado e com alguma coisa no terreno, que era o estaleiro e pouco mais do que isso. Portanto, de 2 milhões de euros, que era o preço que custava, estando lá 600.000€.

-----Sobre as construções diversas, disse que rubrica acima mencionava a Candidatura “EEA Grant`s” e que tinha a ver com o Centro Cultural Costeiro, com um financiamento de 75% do seu valor tratando-se de uma obra já adjudicada e em execução. -----

-----Sobre as atividades culturais na Quinta do Conde, referiu que não estava na parte da Cultura, mas ao reparar-se no resto das rubricas, nomeadamente a partir do Capítulo 8 das GOP’s, a Feira Festa da Quinta do Conde representava um investimento para o município de Sesimbra, na ordem dos 300.000€. Disse que nunca se havia colocado, nem iria colocar, salvo melhor opinião, em mais nenhuma iniciativa

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

noutra freguesia ou noutro sítio do Concelho um gasto deste valor. Tratava-se de opções que tinham de se tomar e que tinham que se fazer, mas não iria agora fazer este exercício porque já não estava no exercício de funções, mas iria fazê-lo enquanto estava, lembrando-se de ter discutido esta questão muitas vezes e de haver alguma atividade cultural na freguesia do Castelo, promovida pela Junta de Freguesia, e que sempre tivera a mesma postura, nunca tendo sido necessário pedir nada à Câmara porque o fazemos num quadro de autonomia clara porque nem a Câmara tinha a ver com aquilo que a Junta fazia, nem a Junta tinha a ver com aquilo que a Câmara fazia e que aquilo que pudessem fazer em parceria, muito bem, e aquilo que fizessem por imposição de um lado ou do outro, muito mau e que quando se colocava que se ia fazer algo e depois pedia-se apoio à Câmara, havia que ficar claro que a Autarquia não tinha um “poço sem fundo” e, portanto, havia opções que se tomavam e se havia opções que se tomavam no quadro daquilo que era, na sua opinião, a emancipação da Feira Festa, não se podia ter os encargos a aumentar que, com certeza, iria aumentar ainda mais, independentemente do local onde se realizava, e depois, obviamente querer-se as outras coisas como se não houvesse uma festa com uma dimensão orçamental como aquela que era o evento cultural, económico e recreativo em que o município, do ponto de vista estritamente financeiro, mais investia e no ano passado tinha rondado os 300.000€ diretos, ou seja, não se estava a falar de custos com o pessoal nem de apoios logísticos, nada obstando, na sua humilde opinião, porque o fizera enquanto Presidente da Junta de Freguesia, tendo optado por construir um espaço cultural na freguesia do Castelo, com atividades para os mais jovens, com concertos, nunca tendo pedido nada à Câmara para esse efeito, sendo portanto, uma opção política que também não chegava a todas as aldeias, uma dificuldade da freguesia do Castelo, mas tomada em detrimento de fazer outras opções e que tinha de ser este quadro de autonomia a ter na gestão das instituições. -----

----- Quanto do Desporto, disse que o Pavilhão Municipal da Quinta do Conde levava uma fatia de pouco mais de 100.000€ e aquilo que a Câmara iria vai fazer, em sede PRR, seria a reabilitação de todos os campos existentes, sendo que só existia um campo municipal no Concelho e que os restantes pertenciam a Clubes.

----- Quanto às verbas, disse ser uma Agora também deixar esta nota que. discussão que muitas vezes se tinha e que era legítima, mas que muitas vezes, só revelava a face de uma moeda e olhando para 1,5 milhões de euros, muitas vezes a Câmara era legitimamente confrontada com a falta de equipamentos públicos na área do desporto, nomeadamente equipamentos municipais. Referiu que esta confrontação era regular, significando a existência de uma grande dinâmica do Movimento Associativo, que tinham sido criadas modalidades, sobretudo desportivas, que tinha havido uma grande adesão de público jovem a essas modalidades e às modalidades tradicionais e que os equipamentos

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

existentes eram insuficientes. Explicou que fazia mais sentido ter mais um pavilhão na Quinta do Conde, face às necessidades existentes e a dimensão da freguesia, sem prejuízo de achar que a revisão do pavilhão multiusos devia ser exatamente nesse contexto e que devia ser um pavilhão ligado, quotidianamente, à área desportiva e que depois pudesse ser revertido e convertido em atividades culturais e económicas. Disse que o Projeto existente, e que o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde conhecia, não estava projetado para esse fim, sem prejuízo de todo o bom trabalho feito e da perspetiva da Junta que estava a apontar fazer aquela obra por uma opção que tivera e que não tinha sido feito, por muita responsabilidade sua, que tinha pedido ao anterior Presidente da Junta para deixar esse processo em banho-maria para se fazer outros e rever-se o Projeto, mesmo contra muita vontade do Vítor Antunes, mas a verdade e sem prejuízo disso, quando se perguntava porque é que não se construía mais equipamentos, e dando o exemplo do Seixal, que se conhecia bem, a CMS revertia a medalha na parte desportiva e perguntava qual é que era o investimento que o Seixal fazia nas despesas correntes dos clubes e das associações desportivas, ficando a anos-luz daquilo que Sesimbra dava. Disse ser um tema merecedor de debate, se o investimento devia ser feito na despesa corrente do Movimento Associativo Desportivo, tendo sido assim há muitos anos para aguentar o funcionamento das Entidades, ou se devia ser mais retraído e apontado para o investimento de equipamentos públicos.-----

-----Disse ser uma discussão legítima, mas não se podia era ver, quando dava jeito, só um lado da moeda e não se ver o outro lado. Salientou que esta orçamentado meio milhão de euros só para o apoio a Associações.-----

-----Sobre a Ação Social, disse que o Espaço Cidadania era uma instalação, que a Câmara já tinha um processo de arrendamento e que estava a ser preparada. Essencialmente, iria centralizar o atendimento da Ação Social, onde se incluía o atendimento relacionado com as matérias que vinham descentralizadas, aparentemente, a partir de abril, de acordo com a informação que tinha. Tratava-se de um espaço que era para ter sido inaugurado já em dezembro, mas como faltavam algumas questões meramente logísticas e como só haveria técnicos em janeiro, prevendo-se também ter apenas dois funcionários, aquilo que a Câmara iria fazer, seria gerir a atribuição de rendimentos sociais de inserção, ou seja, o pessoal deixaria de ir à Segurança Social para passar a ir bater à porta do município, e gerir também as ajudas e emergência. Disse que este espaço nada tinha a ver com a Loja do Cidadão.-----

-----Sobre o espaço do Spot das Artes, disse estar previsto para este ano e que havia uma duplicação nas GOP's, em 2 rubricas, sendo que o que tinha Projeto e estava no PRR para 2023, era o equipamento junto ao Parque da Vila.-----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à rede viária da Quinta do Conde, disse não saber precisar, mas que tinha ideia que seria qualquer coisa na Avenida da Liberdade e na zona junto aos CTT Portanto, uma pequena via que teria uma pavimentação. Quanto ao espaço da Feira Festa, contrariamente àquilo que inicialmente se pensava, disse haver uma coisa que não seria feita, e que era a intervenção do ponto de vista de infraestruturação do espaço enquanto não fosse da Câmara Municipal. Referiu que há cerca de duas semanas tivera a oportunidade de falar com os proprietários e havia entendimentos e questões que tinham a ver com um potencial terreno junto mais ao “Continente” que teria sido vendido e que estava nas contas iniciais das duas partes e até essa situação ser resolvida, não havia forma de se fechar um acordo entre as partes. --

-----Sobre a questão de se estar a aprovar um orçamento que não era real, disse que se não tivesse havido uma total transparência e abertura, provavelmente a Câmara seria acusada de estar a ocultar uma despesa que, eventualmente, teria e que não a estava a ser colocada no orçamento. Disse já ter sido explicado que existiam vários mecanismos para fazer isto e que este valor podia ser incluído e na primeira ou na segunda reunião de Câmara, fazer-se-ia o acerto necessário para lançar o Procedimento. A intenção foi uma clareza na apresentação a todos os Deputados municipais para não haver dúvidas, o que já tinha acontecido em outros anos, quando o próprio esteve sentado do outro lado, em que os orçamentos tinham uma execução financeira da receita de 40%, porque toda a dívida de curto prazo tinha de caber dentro do orçamento e isto é que era uma coisa irreal, em que não se sabia o que é que se ia aprovar. Referiu que isso já não era possível e, felizmente para todos, incluindo o Deputado Paulo Caetano, acabava por aproximar mais a perceção daquilo que estava do orçamento. Felizmente que hoje existe uma regra que era a regra dos 85%, sem consequências, não é, portanto, a não ser, eventualmente, uma retenção de 10% nas transferências do orçamento de Estado até à Revisão orçamental, o que era obrigatório fazer se fossem ultrapassados os 100% de execução orçamental, o que não existia no anterior POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), tendo de se trazer à Assembleia Municipal, ainda antes de aprovar as Contas, uma Revisão orçamental do ano que já passara. Disse que o Deputado Carlos Macedo tinha colocado bem estas questões, pois havia questões que eram do ponto de vista legal, que tinham de ser apresentados e não se podia fugir das mesmas, correspondendo às regras orçamentais.-----

-----Em relação à intervenção da Deputada Sílvia Montanha, o Presidente da Câmara disse que se atrevia a dizer se a mesma fosse de outro Partido, teria trazido aqui uma cassete, mas não era, e até sabia que a Deputada já tinha passado “por estas bandas”, mas tinha-se dado mal, e dizer que este orçamento tinha uma cegueira ideológica que esquecia as infraestruturas quando a CMS enumerara que as dificuldades eram ter um conjunto de infraestruturas nas áreas que a Deputada tinha enunciado, era no

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

mínimo, caricato para quem tivesse ouvido. Na Saúde, com o Centro de Saúde a finalizar 3 milhões de euros, com outro em Candidatura, com obras em pavilhões, com obras de novas de novos pavilhões, com o Auditório da Quinta do Conde, com área patrimonial, com habitação pública, disse que, ou não se tinha lido, ou alguém disse para a Deputada dizer isso, e que se assim tivesse sido, o seu conselho era que, da próxima vez, antes de ler o que lhe mandavam, lesse primeiro o orçamento para depois adequar as palavras que lhe pedem para dizer ao respetivo orçamento. Quanto às medidas eleitoralistas, disse que nem era ano de eleições, a CDU tinha essa perspetiva, porque a preocupação que todos tinham era a existência de um grande conjunto de investimentos em simultâneo e de outros. Explicou que quando a Autarquia era confrontada a possibilidade de fazer um Centro de Saúde, o ónus ficaria para cima da Câmara e não estava em causa só a questão meramente financeira de se ter 1 milhão de euros para fazer um Centro de Saúde com um custo de 2 milhões de euros, com 1 milhão do orçamento municipal. Disse ter também a ver com a estrutura da Câmara e que se se estava a fazer um Centro de Saúde, com os recursos humanos afetos à sua construção e à gestão e fiscalização e acompanhamento de uma obra, não se teria estes recursos para outra, portanto, quando se dizia que havia uma Loja do Cidadão para fazer, não é a Câmara quetinha de a fazer uma loja do cidadão. Disse ainda que, se amanhã fosse colocada a possibilidade de fazer uma Escola Secundária na Quinta do Conde ou ampliar a Escola Michel Giacometti, por muito que custasse à Autarquia, não era por muitos cabelos brancos que se viesse a ter ou por muita preocupação relativamente ao orçamento, a Câmara não recusaria esta possibilidade. Também seria fácil dizer que, nesta altura do campeonato, não se queria a Casa do Infantado, mas foi assumido que se faria, mas também não se estava a “forçar” nada com a Forpescas, porque se caísse em cima da Câmara, seria mais uma situação para resolver, mas se acontecesse, aconteceria. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano, disse que a “Nota Introdutória” estava assinada e, portanto, estava identificado quem a escrevia, concordando-se, ou não com a mesma. Referiu que, de todos os dos documentos que faziam parte daquilo que esta Assembleia Municipal tinha de aprovar, era o único dispensável porque não fazia parte daquilo que a Assembleia Municipal teria de aprovar. Portanto, se os Deputados quisessem retirar a Nota Introdutória para efeitos de melhor compreensão, podiam fazê-lo, porque os outros eram, efetivamente, os fundamentais para as GOP’s e documentos provisionais. -----

-----Quanto à questão do PDM (Plano Diretor Municipal) disse que o Deputado sabia dos problemas e questões associadas à revisão do PDM, e que tinha conhecimento daquilo que eram os pressupostos enunciados no novo Plano Diretor Municipal porque houvera o cuidado de apresentar aquilo que era a

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Proposta da Câmara a esta Assembleia Municipal que hoje iria discutir o Parecer da Assembleia Municipal à Comissão Consultiva. Disse que esta Proposta era discutível, mas a Proposta feita pela Autarquia era conhecida, não tendo nada sido omitido daquilo que eram os órgãos autárquicos. Era óbvio que havia uma reserva relativamente à mesma vir para a rua, até porque tinha ainda um caminho grande para trilhar e se no próximo ano iria estar, ou não, da sua parte, gostaria que estivesse despachado no ano 2023. Disse, no entanto, ter dúvidas de tal mas que também o Presidente da Assembleia Municipal, teria gostado que a CCDDR-LVT, quando recebeu em Março a Proposta e realizou a primeira reunião, não apontasse para quase um ano depois, a reunião da Comissão Consultiva, mas que a mesma se tivesse realizado 3 ou 4 meses depois, pois ter-se-ia ganho muito tempo, o que não tinha sido possível, e quem fazia a gestão a partir daquele momento não se chamava Câmara Municipal de Sesimbra. Disse que a Câmara Municipal de Sesimbra era uma Entidade como outra qualquer na discussão que se teria nos próximos tempos. -----

-----Disse também ser verdade quando o Deputado dizia que o processo da Revisão do PDM se tinha iniciado em 2007 e aprazia-lhe dizer que os instrumentos territoriais mais recentes e contemporâneos que o município tinha eram de 2011 e 2012, tendo sido elaborados num quadro de apresentação do Plano de Revisão do PDM, e que o Deputado também não concordava com eles, provavelmente por questões diferentes, mas vir dizer-se que o PDM já devia estar aprovado, estando os dois de acordo, e dizer que a Estratégia devia estar assegurada pelo PDM tal como tinha sido apresentada a esta casa no atual Mandato, exatamente aquilo que era a proposta integral do PDM. -----

-----Salientou que, mais do que ninguém, a CMS queria aquele PDM aprovado e, garantidamente, não seria pacífico, não só pelos motivos que o Deputado Paulo Caetano, provavelmente gostaria que fosse e até antagónicos a questões e dimensões que o Deputado até defendia, mas esperava-se que estivesse concretizado e publicado o mais brevemente possível, pois era uma ferramenta fundamental para todos, até do ponto de vista de Candidaturas a Fundos, sendo também importante que pelo menos os objetivos estratégicos estivessem claramente identificados. Disse terem sido construídos em linha com aquilo que era a Estratégia Metropolitana, a visão do PRR e a visão do próximo Quadro Comunitário. Referiu que ficava a um horizonte de um ou dois anos e quando se dizia que se tinha um PDM a esta distância de tempo e devíamos tê-lo já revisto há muito tempo, era o mesmo Deputado que também sabia que estes dois documentos datados atualmente eram da sua discordância, mas logo imediatamente a seguir a ter sido publicado, o Deputado também discordava deles e, portanto, não era só ter um instrumento, e no caso do Deputado Paulo Caetano, era ter um instrumento na visão que via para o Concelho de Sesimbra. -----

-----Relativamente às questões colocadas sobre a Saúde pela Deputada Andredina Cardoso, disse que

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

o valor que ficava inferior, face a 2022, tinha a ver exatamente com o Centro de Saúde de Sesimbra, e estava-se a falar do último ano de pagamento de empreitadas que, se tudo corresse bem, terminaria também em fevereiro de 2023 e, tal como dissera, o da Quinta do Conde não estava aqui incluído, porque só podia ser incluído quando a Candidatura estivesse aprovada, bem como o contrato de financiamento.

-----Sobre as Atividades Económicas, disse ter a ver com a Unidade Técnica de Apoio ao Empresário e que tinha baixado ligeiramente, sendo daquelas coisas que se ajustavam. Estava-se a falar em valores residuais, serviços que não tinham grandes obras e grandes investimentos do ponto de vista de dimensão financeira, mas para outras subirem, algumas tinham de descer. Era um equilíbrio e para que todos tivessem esta noção, disse que havia a parte formal e técnica, a parte política de inquietação, se calhar demasiado ambiciosa e com expectativas de poder ser mais, mas como esta ambição e inquietação, não havia dúvidas que se estava perante um instrumento que, para além das questões técnicas, representava um grande salto qualitativo do ponto de vista de infraestruturas, do ponto de vista de equipamentos, do ponto de respostas para o Concelho e assim se conseguisse concretizar grande parte delas. Disse que se lhe fosse perguntado se, de entre todas as elencadas, havia a perceção de que todas avançariam e estariam prontas durante o período do Mandato, tinha dúvidas tenho dúvidas, e não tinham de estar, e se estivessem em curso, já era muito bom. Referiu que o desenvolvimento do Concelho não começava nem se extinguia com um horizonte de quatro anos, podendo haver mutações e acertos.-----

-----Disse ter existido e ainda existir um trabalho, que devia ser feito de convergência, exigente no atual contexto e que devia-se olhar para as coisas que, eventualmente, eram aquelas que mais se convergia mais e isso era dito em muitas reuniões de Câmara, e se havia muita coisa que, do ponto de vista do compromisso que se apresentava às populações, existiam convergências do ponto de vista dos princípios e dos objetivos, porque é que haveria a Câmara de se centrar naquelas que eram disruptivas, havendo a necessidade de se centrar também naquelas que eram convergentes? Disse que era esse o trabalho que também tinha vindo a ser feito e, na sua opinião, tinha corrido razoavelmente bem.-----

-----Foi cedida a palavra ao **Vereador José Polido** que referiu a sua preocupação relativamente às tarifas, em que, no ano de 2019, a CMS pagava 20,48€ à Amarsul e que este ano, uma tarifa de transição já eram 43,58€ e para o próximo ano seria 64,77€, estando já previstos 79,18€ para 2024, sendo que a isto acrescia a chamada TGR (Taxa de Gestão de Resíduos) e ainda o IVA. Referiu que teria de ser também o Estado a criar as soluções para estes problemas e disse ainda que quando a tarifa se situava nos 20,48€, a empresa dava lucro e hoje, com 43,58€ ou 64,77€, dava prejuízo e era disto que se estava a falar e que antigamente, a CMS pagava 600.000€ ou 700.000€ e agora temos pagava 1,5 milhões ou 2 milhões de euros

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

à Amarsul, mesmo investindo na Recolha Porta a Porta, e sendo Sesimbra o primeiro Concelho no que à separação de resíduos dizia respeito na Península de Setúbal. -----

-----Em relação à intervenção do Deputado Paulo Caetano, disse que as reuniões das Comissões serviam, exatamente, para tirar todo o tipo de dúvidas com a presença de todos os Técnicos da autarquia e percebia que na Assembleia Municipal se estava num palco mais mediático e que tinha de se fazer algum tipo de questões, mas no conjunto das 112 páginas, estava patente na página número 2, um valor de 6.200.000€ correspondentes às transferências de competências e mais à frente, na rubrica número 10 relacionada com o investimento, estavam cerca de 7.000.00€, dos quais o município ia-se tentar candidatar a Fundos comunitários e se estes dois valores fossem retirados ao orçamento, ficava com uma taxa de execução sem essas áreas.-----

-----Em relação ao Deputado ter referido da apresentação feita de forma diferente, o Vereador disse que a Câmara Municipal não tinha culpa que o Estado tivesse alterado as regras, em que, antigamente era POCAL e agora era o SNC-AP e que a própria autarquia tinha muita dificuldade em “checkar” dezenas, para não dizer quase, centenas de relatórios, sobretudo na Prestação de Contas, em que a CMS era obrigada a fazê-lo e que, na prática, ninguém ia ler. Salientou que o Orçamento tinha 112 páginas e perguntou quantos dos Deputados tinham lido tudo até ao fim, acrescentando que se o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde o tinha lido, certamente teria verificado viu que estavam estipulados 492.000€ para a Junta de Freguesia na página 53 ou 56 e disse ainda que no orçamento da Junta, o Presidente Carlos Pólvora havia colocado 136.544€ no Fundo de Financiamento de Freguesias e que na Transferência de Competências tinha sido colocado 249.485€. Disse também que, para quem não estava muito à vontade com este Orçamento, que neste momento havia uma execução de 92% face àquilo que estava previsto há um ano e salientou que todos os Vereadores haviam votado, por unanimidade, e tinham concluído que esta era a melhor forma de se fazer este Orçamento, não pondo em causa, quer os Serviços, quer a contratação de recursos humanos e depois, tentando dividir nos investimentos pelas diferentes áreas para que todos pudessem ter verbas suficientes para poder trabalhar, tendo isto sido dito na reunião das Comissões da Assembleia Municipal, que as verbas estavam dotadas em algumas rubricas, tal como o Presidente da CMS havia dito, para o pagamento da fatura da Amarsul, da Simarsul, do gasóleo, da EDP, estando aqui previstos, no mínimo, seis meses para essas rubricas e estava-se à espera do saldo orçamental para fazer a Revisão e para reforçar essas rubricas e outras que, eventualmente, fossem necessárias. Relembrou que tudo isto tinha sido dito a todos os membros presentes na reunião das Comissões e que ninguém tinha escondido rigorosamente nada. Disse ainda ter referido nessa mesma reunião, que o

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Orçamento tinha sido feito com base nas regras contabilísticas do SNC-AP e que em algumas rubricas, se tinha incluído alguma da dívida que existia perante a Autarquia e que se os Deputados quisessem, podia dizer, rubrica a rubrica, aquilo que tinha sido incluído, para além das médias qua a Câmara era obrigada a fazer de acordo com as regras contabilísticas.-----

-----Sobre a intervenção da Deputada Sílvia Montanha, disse que se o orçamento não era claro com 69 páginas de GOP's em que vinha tudo discriminado, precisamente por isso havia rubricas com 100€, 200€ e 1.000€, estando estas abertas e que, por vezes, causava alguns problemas, sendo necessário fazer alterações orçamentais, porque por vezes faltavam 100€ ou até 1 cêntimo para dotar essa rubrica com os valores necessários para se poder realizar uma obra, comprar uma viatura ou dar um apoio. O Vereador salientou a transparência neste orçamento com 112 páginas de orçamento, 69 de GOP's e cumprindo todas as regras. -----

-----Ainda em relação ao Deputado Paulo Caetano ter referido que a CMS tinha subido o orçamento em 50% face a 2017, disse ser verdade, mas que a carga fiscal não tinha sido aumentada, o que já não acontecia há muitos anos, bem pelo contrário, em que este ano a mesma tinha sido diminuída com o Regulamento dos benefícios fiscais. Disse ainda que se a Câmara estivesse à espera de que o Estado transferisse verbas para se realizar a obra em Sesimbra, estaria "tramada" porque este ano, a verba que estava contemplada era de 181.049€. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Carlos Oliveira**, que disse ter anotado o interesse do Senhor Presidente da Câmara e do Vereador José Polido em tentar dissuadi-lo em votar a favor do Orçamento, com várias indiretas, nomeadamente o facto de o próprio também ter sido Vereador e de, na altura, ter votado o orçamento, por unanimidade, na Câmara, mas isso tinha a ver com o facto de as pessoas participarem e se comprometerem. Neste momento, e no caso do PSD, disse que o PSD não tinha participado e o pouco que quisera participar relativamente ao orçamento tinha sido com a colocação de quatro propostas relacionadas com a área social, tendo conseguido identificar apenas uma delas e que era exatamente a questão das bolsas de estudo em que havia um valor que podia ser identificado. Quanto ao resto, nomeadamente a questão do Plano de emergência social, disse que a proposta apresentada pelo PSD andava à volta de 280.000€ e que constavam apenas 35.000€. Era sabido que o orçamento não se podia andar a esticar para um lado e para outro e que a questão do apoio às IPSS's relativamente ao crescimento em termos de custos da energia que as IPSS's teriam de suportar durante o próximo ano, era outra das nossas iniciativas e pedidos desta força política relativamente ao orçamento. O Deputado disse que o PSD não podia participar porque tinha ficado sem Vereador, mas quando queria participar e dava

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

um aporte para o orçamento, mesmo sendo pouco, sentia que essa participação não tinha interesse e, portanto, se não tinha interesse, também anotaria essa questão. -----

-----Por outro lado, disse ainda que cada um apresentava os números da forma que queria e que não existia diferença nenhuma entre este orçamento, em que se cumpria 85% e aqueles orçamentos em que se cumpria 40% ou 50%. Acrescentou que só existia a forma de contar porque antigamente, os orçamentos eram empolados e fazia-se obras e empolava-se as receitas, fazia-se "trinta por uma linha" e punha-se 80.000€, e agora, fazia-se outra coisa que eram determinadas receitas e despesas, mas depois havia uma série de coisas que se podiam mudar e andar de um lado para o outro, porque podia-se chegar ao fim do ano e ter mudado do orçamento todo com alterações orçamentais e dizer-se que se continuava a cumprir 85%, mas não eram as rubricas, as obras nem os investimentos que inicialmente tinham vindo a esta Assembleia. Referiu que cada um "comia" aquilo que queria e ao olhar para estas coisas, via a forma como se conseguia fazer estes malabarismos, especialmente ao dizer-se que se cumpria com 85% do orçamento.

-----Quanto a este orçamento, disse que a questão era muito simples, fazendo um cabaz e colocando "n" situações e "n" investimentos, "n" obras e "n" atividades e depois, se fossem feitas, eram, e se não fossem feitas, não eram, e a grande questão era o que é que se a Assembleia aprovava, pois estava-se a aprovar 50 rubricas, das quais apenas se iriam fazer 30, ou seja, uma aprovação sem comprometimento, sem intervenção e sem responsabilização de participar na construção deste orçamento. Disse que aquilo que se estava a aprovar era um cheque para ser utilizado como a CMS quisesse dentro daquilo que estava no orçamento, sendo exatamente isso que o grupo municipal do PSD não queria fazer. Referiu ainda que o PSD não estava disponível, depois de não ter sido levado a sério, em passar um cheque em branco relativamente a um orçamento deste tipo, ou seja, estava-se a aprovar um cheque em branco. Para concluir, disse que isto poderia parecer retórica, mas para a bancada do PSD, era mais importante que o orçamento e a sua execução e que no final, depois da apresentação das contas, quando se olhasse para o orçamento do ano passado, se diria que o mesmo tinha sido cumprido a 85%. Por outro lado, era evidente que havia coisas que não se podia mudar e que tinham de ser de determinada forma, mas que não fosse pedido para aprovar um orçamento com esta capacidade ou esta possibilidade de se mudarem as rubricas, os investimentos, etc. Realçou que era evidente que a bancada do PSD não inviabilizaria o orçamento, até porque estava mais que aprovado, mas a sua posição seria de alguma dúvida relativamente àquilo que estava a ser apresentado. -----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Ricardo Mendes** que cumprimentou todos os presentes e disse que aquando da elaboração de um orçamento, devia ser o instrumento previsional mais importante

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para o município e devia corresponder à realidade o máximo possível e aquilo que se tinha verificado, se se fosse ao Relatório do orçamento de 2023/2027, era possível ter a comparação daquilo que era a receita orçamentada e a receita cobrada e ver-se as taxas de execução, e nada tinha a ver com a realidade plasmada dos 85%. Disse ver-se, claramente, uma curva descendente de 2020 até ao passado mês de novembro 2022, e que havia uma coisa que não se conseguia explicar e que era aquilo que, por acaso, se fazia sempre muitas críticas ao Governo Central, mas curiosamente, uma das primeiras intervenções que tivera neste plenário, tinha sido, precisamente, falar sobre a estratégia. Disse que a carga fiscal seria reduzida, mas curiosamente, estava-se a contar com uma receita extraordinária em termos de IMT, que por acaso, era contra aquilo que a CDU defendia, a especulação imobiliária.-----

-----O Deputado perguntou como é que, em 2021, a Câmara fizera um orçamento com uma previsão de cerca de 7.000.000€ para receitas em termos de IMT, altura em que as taxas de referência de Euribor eram negativas, e que há um ano, as taxas ainda continuavam negativas, quase perto dos 0%, tendo sido a previsão de 12.000.000€ que, seguramente que vai ser superado, e que este ano, se previa 13.000.000€ com taxas de referência de 3%. Disse ficar feliz pelo Senhor Presidente da Câmara, que devia ter visto a mensagem de Natal do Senhor Primeiro-ministro, porque estava entusiasmado em que se iria cumprir esse objetivo, porque a base de quase 20% da receita deste município era o IMT e gostava de perceber como é que acontecia esta variação tão grande de 7.000.000€ para 12.000.000€ neste espaço temporal, e agora que as taxas estavam a aumentar, passava-se para 13.000.000€. Acrescentou que quando se fazia um orçamento, não se podia olhar para o histórico, mas sobretudo para aquilo que eram os efeitos macroeconómicos à nossa volta e, claramente, era sabido que os portugueses iriam perder poder de compra no próximo ano. Afirmou que se calhar a estratégia, mais uma vez, e aquilo com o qual, seguramente, não concordasse que fosse totalmente assim, mas que a Vila de Sesimbra continuasse com fenómeno de gentrificação, em que fosse ocupada por estrangeiros e aqueles que eram da “nossa terra” tivessem de sair, e que uma da grande fatia era sobretudo das casas transacionadas por mais milhares de euros em que aconteciam estas situações e que representava grande parte da receita de IMT. -----

-----Para terminar a sua intervenção, o Deputado disse ficar espantado por se fazer um orçamento em que uma das principais rubricas de receita, tendo em conta que tinha uma volatilidade tão grande e, tendo em conta o contexto macroeconómico que se estava a viver e que se viveria no próximo ano, era um valor tão avultado e que poderia condicionar aqui também algumas das rubricas que estavam previstas, bem como orçamentos e investimentos, tendo em conta o avultado valor de dinheiro contemplado nesta receita e q eu era o IMT. -----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Madalena Serra**, que cumprimentou todos os presentes e disse que gostaria de deixar claro que era oposição e não estava a defender ninguém, e que queria apenas agradecer e reconhecer o esforço que fizeram quando desoneraram os munícipes nos impostos e que não os iriam sobrecarregar em taxas urbanas com o acréscimo dos tarifários. Disse também que não era crente nem ingénua para acreditar que todas estas rubricas que estavam aqui dotadas de forma simbólica iriam passar disto, mas acreditava ainda assim, que tudo aquilo que eram obras dotadas e cabimentadas seriam exequíveis e boas para o município.-----

-----A Deputada reconheceu também o esforço da CMS em liquidar a dívida porque, obviamente, este Executivo não estaria cá eternamente e quem viesse a seguir não tinha de levar com dívidas de gestões anteriores e esse esforço era de louvar. Nesse sentido, agradeceu que tivessem sido cumpridas todas as regras impostas pelo SNC-AP, que muita gente não compreendia e achava serem absurdas, bem como a incorporação e a sobra de saldos. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que cumprimentou todos os presentes e disse que o momento de apresentação das grandes opções do Plano e Orçamento de 2023 e Mapa de Pessoal deveria ser aquele em que se traduzem as políticas em ações e as ações em valores monetários distribuídos entre custos e investimento e que as GOP's deviam ser preparadas para dar resposta às atividades a desenvolver durante o ano pelos Serviços, pelo que era natural que os membros do Executivo com Pelouros atribuídos participassem no mesmo e estranho era se assim não fosse, mas não devia haver ilusões sobre o que era o momento de preparação e aprovação das GOP's e Orçamento. Referiu que se estava a analisar um documento assim com tanta importância e que se fosse tão importante, o documento manter-se-ia minimamente estável durante o ano, até que fosse o momento de ser apresentado o respetivo Relatório. Na prática, esta era uma peça pelo menos a dois atos, já que em abril haveria uma nova versão com a inclusão de um saldo positivo do ano de 2022, ficando-se por isso, com poucas certezas sobre a defesa de um documento que mudava ao fim de tão pouco tempo. -----

-----O Deputado referiu que, tal como já havia sido dito aqui, tratava-se de um documento dinâmico com várias mudanças ao longo do ano e era sabido por todos, assim como por quem tinha de gerir este documento, que o dia-a-dia obrigava a que estes documentos não fossem estáticos e pudessem ter alguma margem para evoluírem face àquilo que eram as contingências que tinham de ser geridas. -----

-----Disse que da análise que se fazia, e à exceção daquilo que eram as alterações resultantes da transferência de competências, não se identificavam alterações estratégicas face aos documentos provisionais anteriores e que, até tirando daqui um excerto daquilo que foi escrito: "(...)consideram-se por

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

isso, válidos em 2023, os objetivos estratégicos e o modelo de desenvolvimento do Concelho anteriormente definidos(...)", passando-se depois a citar aquilo que eram esses objetivos, significando que este era um documento de continuidade face àquilo que tinham sido os exercícios e documentos provisionais anteriores. Sabendo que este não era um documento definitivo, é também referido neste documento que as dotações orçamentais, que em definitivo, iriam prever as atividades que viessem a ser aprovadas, apenas poderiam ser definidas na sua plenitude após aprovadas as contas de gerência relativas ao exercício de 2022. Referiu que, mais uma vez, se estava a relativizar este momento aquilo que se estava a votar não era exatamente aquilo que iria ser, e por vezes dava-se demasiada importância a este momento, porque o documento depois ia sofrendo essas alterações ao longo do ano. O Deputado disse que os Deputados reconheciam que o exercício da produção dos documentos provisionais impunha desafios ao Executivo, mas esse era mesmo o seu papel. Salientou que o contexto nacional e internacional era difícil e a incerteza era muita, desde a inflação, a falta de recursos humanos e, que também se tinha atingido mínimos históricos na taxa de desemprego, o que era importante e de ressaltar, mas naturalmente que isso introduzia também algumas dificuldades em quem tinha de gerir orçamentos e pessoas. Em termos gerais, verificava-se um aumento de 20% nas receitas da despesa, de cerca de 12,9 milhões de euros com a incerteza da receita, em particular do IMT, enquanto a despesa apresentava uma grande rigidez e tinha tendência a propagar-se no tempo, e a preocupação devia ser esta face àquilo que eram estes aumentos que, naturalmente, resultavam em grande parte, daquilo que tinha sido a transferência de competências, mas que também vinha acompanhada, em parte, com aquilo que era o envelope, para fazer face a esse aumento das competências. -----

-----Deixou ainda uma nota, porque o Executivo referia e ressaltava o rigor financeiro e a importância deste rigor financeiro e, mais uma vez, esta infelizmente, nem sempre era a posição da CDU que na Assembleia da República tanto criticava aquilo que era a tentativa de rigor financeiro das contas do Estado e depois daqui, vinha fazer bandeira daquilo que, normalmente, não defendia. Relembrou um pouco o que dizia nos documentos, em relação à gestão rigorosa dos recursos financeiros, sendo possível continuar a promover o investimento necessário, portanto, a gestão rigorosa dos recursos financeiros era qualquer coisa que se deveria pautar aqui, mas também noutras paragens por onde passassem. -----

-----Relativamente às GOP's, o Deputado Sérgio Faias disse que não iria discutir se os documentos estavam melhores ou piores, mais visíveis ou menos visíveis, mas de facto, a Educação aparecia como principal opção, mas esta resultava precisamente daquilo que tinha sido a transferência de competências e do município, atualmente, poder desempenhar um conjunto de competências que lhes tinham sido

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

transferidas do Estado Central. Em segundo ou terceiro lugar havia 14% do valor do plano de investimentos eram para investimento nas águas e o PS ressaltava aquilo que era o abastecimento de água e a necessidade de investimento, mas que resultava muito daquilo que tinha sido a falta de investimento ao longo de vários anos e que se hoje se via que havia uma redução no saneamento face ao investimento nos anos anteriores, tinha precisamente a ver com aquilo que tinham sido os investimentos em anos anteriores, enquanto no caso do abastecimento de água, infelizmente, nos últimos anos, não se tinha feito aquilo que se devia fazer e por esse motivo, havia a necessidade de reforçar e o peso que se tinha naquilo que eram as GOP's. -----

-----Referiu também que, neste documento, sobre a Transferência de Competências, era referido que os 6,2 milhões de euros transferidos das áreas de educação, ação social e saúde, eram feitos através do Fundo de Financiamento da Descentralização, precisamente para fazer face àquilo que eram essas despesas. Mais uma vez, voltando ao quadro da Receita, o Deputado deixou a nota que a previsão da variação nas transferências correntes era de 8 milhões de euros, sendo 6,2 milhões resultantes da transferência de competências. Referiu que quando se olhava para a Receita, o IMT e o IMI tinham, em particular o IMT, tal como havia dito o Deputado Ricardo Mendes, ao qual se deveria ter alguma atenção, uma vez que aquilo que havia em termos de panorama, e com o aumento das taxas de juro, poderia verificar-se uma retração naquilo que era a aquisição de imóveis e, portanto, devia-se ter algum cuidado face àquilo que pudesse vir a ser a receita do IMT. Em seguida, disse também que, naturalmente, que o exercício de fazer um orçamento era tentar prever aquilo que se iria fazer, e quando se fazia as previsões, podiam ser colocados quaisquer números. Era claro que essa não era a prática e, normalmente, o que se fazia era um orçamento com base naquilo que existia em novembro, mas como também já foi aqui referido e olhando aqui para a página 18 deste documento, constituído por 66 páginas, era a existência de um diferencial entre a receita orçamentada e a receita cobrada. Disse que, de facto, ela existia e estava bem patente, e o mesmo acontecia também na despesa, significando que, no exercício de tentar fazer os documentos provisionais, aparecia precisamente um diferencial entre aquilo que se estava a fazer no momento da elaboração dos documentos provisionais e depois a realidade daquilo que acontecia. -----

-----Ainda sobre a Receita, o Deputado disse não ter ficado com a certeza se esta pergunta colocada pelo Deputado Paulo Caetano tivesse sido respondida, e disse que nas taxas, multas e outras penalidades, verificava-se um aumento de cerca de 1,5 milhões de euros face ao ano anterior e questionou do que é que se estava a falar: se as taxas tinham aumentado, se teria deixado de existir isenções de taxas, ou se iria haver uma “caça” à multa.-----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Continuando a sua intervenção, e abordando a despesa com o pessoal, o Deputado disse que, e observando o quadro nº7 do documento das 33 páginas, se verificava um aumento de cerca de 50% face à despesa com pessoal no ano de 2022. No entanto, também neste documento, quando se falava daquilo que tinha sido o aumento de pessoal resultante da transferência de competências, existia uma referência em que era dito que o aumento dos trabalhadores resultante da transferência de competências havia sido de 40%, o que significava que, para além das pessoas que tinham vindo com a descentralização, havia outros aumentos aqui incorporados, designadamente as progressões nas carreiras e a alteração de posicionamento remuneratório, mas questionou o valor resultante desse aumento. Perguntou também, uma vez que o aumento da remuneração base na função pública passara para 761,58€, correspondendo a um aumento de cerca de 52€, ou de 2% se fosse inferior a esse valor, e perguntou se tinham sido feitas estas contas e qual o impacto nas contas do município, se a proposta defendida na semana de luta da CGTP-IN (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional), no passado dia 10 de dezembro, tivesse ido para a frente e se tivesse um aumento de 10% ou de 100€ para toda a gente e que o salário mínimo nacional fosse de 850€.

-----Em relação ao investimento, o Deputado referiu que, possivelmente, deveria ser explicado depois pela Revisão a ter em abril, mas ao fim de vários anos, se verificara uma inversão naquilo que era a tendência do investimento de ir crescendo de ano para ano e agora, a previsão para 2023, era uma redução no valor do investimento em cerca de 6,3%, estando-se a falar em menos 1,3 milhões de euros de investimento. Disse que, normalmente, se considerava que o investimento era bom e até se poderia relacionar isto com outras coisas, por exemplo, com aquilo que era dívida e devia-se dizer que a dívida nem sempre era má quando se tratava de fazer investimento, e em determinado momento, quando era necessário e quando se estava em condições de ativos muito deteriorados, talvez também valesse a pena fazer algum endividamento a médio/longo prazo para uma melhoria aquilo que eram as condições dos ativos.

-----Disse que se verificava um desinvestimento, significando um aumento do tempo de vida dos ativos e menores condições para fazer face às necessidades da população, e que possivelmente, viria a ser corrigido em abril, mas o documento hoje apresentado era precisamente este. O Deputado referiu que quando se falava do empolamento da despesa no “Gráfico 4”, entre a despesa orçamentada e a despesa paga, verificava-se que em 2020 havia uma variação de cerca de 10 milhões de euros e depois de depois de 20 milhões de euros, sendo que este ano estava um pouco maior, não percebendo se se tratava de um erro de perceção do gráfico ou do próprio gráfico. Referiu ainda que os documentos eram provenientes do

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Executivo da Câmara e estava a ser feita a leitura possível face à documentação que tinha sido entregue.

-----Relativamente ao endividamento, disse faltar uma tendência para um endividamento “zero” e claramente, era sabido que o serviço da dívida era sempre um custo associado, mas como dizia, por vezes para melhorar aquilo que eram as condições do ativo e para fazer investimento, podia não ter de se garantir que havia endividamento “zero”, sendo que este endividamento seria, naturalmente, benéfico quando as condições dos ativos e quando os equipamentos tinham as condições para servir a população. Em relação aos encargos futuros, disse que em 2026, parecia existir um esforço muito elevado para o pagamento do empréstimo da DGTF (Direção-Geral do Tesouro e Finanças), que pensava estar associado ao PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) e ao BCP. Disse também que o previsto neste “salto” de 2026 para 2027 não poderia ser faseado e havia essa necessidade de pagar os dois empréstimos de uma vez só ou, mais uma vez, estar-se-ia a ler mal aquilo que constava no gráfico ou haveria alguma falha na sua interpretação.-----

-----Ainda sobre a questão do investimento, o Deputado disse que se verificava uma inversão da tendência do investimento e que analisando o Plano Plurianual de Investimentos para 2023, e que dos quatro principais objetivos, o primeiro identificava-se (com 14% do investimento) como o abastecimento de águas, a Cultura com 13,1%, 13% para as instalações municipais e equipamentos, e 10,7% para a Educação. Quanto a este último investimento, destacou a ampliação da Escola Michel Giacometti, com 100€ em 2023 e questionou, uma vez que se pretendia fazer o Projeto, se haveria um reforço da verba no mês de abril, uma vez que seria difícil apenas com 100€. Mais adiante, relativamente à Cultura, estavam orçamentados 100.000€ para investimento em equipamento de iluminação para o castelo, mas não se via mais nada, e mais uma vez, gostava que o castelo do Concelho não continuasse a ser um parente pobre e que, para além de iluminação exterior ao castelo, não se vira mais investimento, nos últimos anos, dentro do mesmo e que o papel daquele património, que era de todos, deveria ser mais valorizado. -----

-----Sobre o Desporto, que representa 3,3% daquilo que era o investimento, o Deputado disse que se resumia a relvados de futebol e esperava-se, pelo menos, que este investimento incluísse também sistemas de rega mais eficientes face àquilo que tinham sido as dificuldades na gestão da água ocorridas nos últimos anos e não queria dizer que este momento, por se ter mais pluviosidade, significasse que estes problemas de água pudessem vir a ficar resolvidos para o futuro.-----

-----Quanto ao investimento na Juventude, disse que num total de 20 milhões de euros para investimento, estavam canalizados apenas 9.200€ para a Juventude. Relativamente aos resíduos sólidos, que representam cerca de 2,8% do investimento, o Deputado disse que gostava só de perceber no que

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

consistia o material informático, pois era o principal investimento, ou seja, os resíduos sólidos tinham um investimento de cerca de 140.000€ em aquisição de material informático num total de 500.000€. -----

-----Continuando a sua intervenção, e sobre um tema que nem sempre era simpático, mas que se tratava de uma preocupação da população e que se prendia com os cemitérios, e porque estavam orçamentados 40.000€ para a construção de ossários, questionou onde seriam feitas essas construções.

-----Relativamente à Proteção Civil, disse que depois de ter assistido a alguns excertos daquilo que tinha sido a reunião de Câmara onde este documento havia sido aprovado, e quando chegara ao investimento de 12.000€ para esta área, tinha ficado com algumas dúvidas de como é que o Vereador tinha mostrado tanta satisfação face aos documentos. -----

-----Quanto à energia, referiu 100.000€ em “outras infraestruturas” e já tinha percebido que era pouco, mas não percebera para o que seria, motivo pelo qual perguntou quais eram estas infraestruturas e para que é que seria investido este valor. -----

-----Em relação à rede viária, que o próprio pensara que também seria reforçada em abril, por aquilo que já tinha ouvido, surgia com cerca de 1 milhão e meio de euros no plano de investimentos, em que tinha 300.000€ para a freguesia do Castelo, 250.00€ para a freguesia da Quinta do Conde e 150.000€ para a freguesia de Santiago para a reabilitação da rede viária. Perguntou depois quais tinham sido os critérios para a distribuição e para a escolha daquilo que seriam as vias a pavimentar e se haveria outras “na calha” e, havendo disponibilidade para tal, quais seriam e com que critérios se iriam distribuir essas verbas. ----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado João Castanho**, que cumprimentou todos os presentes e disse estar um bocado baralhado, pois parecia que se estava a ouvir falar disto pela primeira vez devido à quantidade de interrogações e de questões que tinham sido colocadas e que, em relação ao MSU, disse ter sido convidado para uma reunião, numa primeira fase, presumindo que o mesmo tivesse acontecido com as restantes bancadas, todas com direito à oposição, e que o MSU tinha sido bem recebido pelo Presidente da Câmara, tendo o mesmo esclarecido alguns planos, desenvolvimentos e Projetos de médio prazo. Numa segunda fase, realizou-se uma reunião das comissões alargadas com a presença do Vereador José Polido, tendo sido respondidas uma série de questões colocadas e era natural que hoje haveria mais algumas questões complementares. No entanto, parecia haver uma falta de comunicação entre os grupos municipais e tratava-se de uma coisa séria, pois enquanto membros de uma Comissão, devia haver comunicação entre todos. -----

-----Em relação às GOP's, disse ter sido referido o Partido da Câmara e era fundamental que neste tipo de assuntos houvesse mesmo um Partido da Câmara, que houvesse uma conciliação e um acordo entre as

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

forças vivas e quem estava no poder. Disse ser sabido que num orçamento, qualquer que fosse e mesmo na nossa vida particular, havia sempre desvios e ajustes a fazer e a esta escala, isso era impossível de não acontecer e não lhe parecia nada de extraordinário. Era normal passar-se verbas de um lado para o outro como já ouvi para aqui. Parece que é um crime, não é assim, é normal e é normal passar verbas no lado para o outro porque o que interessava era o bem comum e eram as grandes opções que tinham de ser tomadas. Referiu que o mais importante era o Concelho, e que com um sentido de responsabilidade, o MSU apoiaria este documento.-----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Carlos Macedo**, que lembrou que esta discussão e a consequente votação dos documentos em causa eram atos políticos e, na sua opinião, dos mais relevantes daqueles que eram trazidos anualmente a esta Câmara. Neste sentido, lembrou que nesta mesma Câmara e na sequência de uma intervenção feita por si, tinha sido assinalado o dia 12 de outubro como mais um dia negro para a sustentabilidade do Concelho de Sesimbra. Referiu que as decisões tomadas pelo Executivo Municipal nos últimos meses deste ano, nomeadamente a tomada no dia 28 de novembro, com a aprovação por unanimidade, sem quaisquer dúvidas, debate ou questões de qualquer dos membros do Executivo, da operação de loteamento, incluindo obras de urbanização e condições para a emissão do alvará de loteamento da Mata de Sesimbra foi um episódio que adensava negritude sobre a sustentabilidade do Concelho. Disse que o terreno a loteamento tinha 1.309.000 m² e estava descrito na Conservatória do Registo Predial de Sesimbra com o nº9662 na freguesia do Castelo, inscrito na matriz rústica sobre o artº 8, Secção B1 e tratava-se de uma área de quase 1,3 km quadrados, ou seja, uma área superior à ocupada pela Vila de Sesimbra, a sede do Concelho. Referiu que o loteamento previa a construção de dois aldeamentos turísticos, um hotel e um campo de golf, num total de 138.000 m² de construção, dos quais 122.000 m² eram destinados aos aldeamentos turísticos e os restantes 16.000 m² ao hotel e apoio do campo de golf. O Deputado disse também que fazendo uma conta rápida, tornava-se evidente que dividindo os 122.000 m² destinados aos aldeamentos por 122 m² por fogo ou habitação, se estava perante um acréscimo de construção à volta dos 1000 fogos nesta área, e considerando uma média de 3 habitantes por fogo, estava-se a falar de um acréscimo de população equivalente a cerca de 3.000 habitantes, ao contrário daquilo que se tentou passar de forma mais ou menos cabulada ou pecando por omissão. -----

-----Disse que a concretização desta operação não implicava nenhuma redução sobre a capacidade construtiva existente no plano de urbanização para a mata Sul e que a intenção de reduzir a possibilidade de construção inscrita nesse documento era mera ficção e esta concretização era um faseamento parcial e

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

não o resultado de uma redução aceite pelo promotor e o que estava em causa era a capacidade construtiva, não da já referida, mas de mais de 600.000 m² só na zona sul da mata de Sesimbra. Por isso, estava em causa a maior operação de conversão a prazo, de solo natural em solo urbano do Concelho e das maiores da Área Metropolitana nos últimos tempos. -----

-----Referiu que a questão do promotor era outro dos pormenores obscuros de todo este processo, em que da “Pelicano”, se tinha passado à “Greenwoods”, ambas na esfera do Grupo Espírito Santo, e agora havia a “Magna Woodlands”, uma empresa recente, de quem não se conhecia ou reconhecia intervenções relevantes nem se conhecia os acionistas, mas a quem este Executivo concedera a possibilidade de urbanizar uma área superior à Vila de Sesimbra. Os compromissos e as contrapartidas assumidas pelos promotores, em 2007, na ordem dos 15 milhões de euros, não haviam sido cumpridas até ao dia de hoje. O Deputado questionou o que é que tinha mudado e qual a razão para toda esta precipitação e por que razão se parecia repetir erros do passado. Disse ainda que a demora em obter resposta às questões e pedidos de informação solicitadas no âmbito desta Assembleia não ajudavam a compreender tudo o que estava em causa com estas tomadas de decisão e quão profundos eram os danos e os custos para o Concelho. Referiu que os pedidos de informação, datados de 30 de novembro e 7 de dezembro, não tinham obtido ainda qualquer resposta ou comentário e aquilo que tinha sido efetivamente aprovado e os pareceres técnicos de suporte às decisões não haviam sido apresentados aos membros desta Assembleia, mesmo após o pedido expresso da bancada do Bloco de Esquerda e que esta informação não carecia de tratamento ou compilação e bastava apenas ser disponibilizada, pelo que, para que constasse na ata desta Assembleia, o Deputado renovou o pedido para que fosse enviado, com caráter urgente, para todos os membros desta Assembleia, a cópia do Projeto de urbanização e as condições para a emissão do alvará de loteamento aprovados na Câmara no dia 28 de novembro, nomeadamente a planta síntese do loteamento, a planta de cedência, os quadros de quantificação e síntese do loteamento, e a cópia dos pareceres dos Técnicos sobre esses mesmos documentos. Acrescentou ainda que se a documentação existisse, como tinha de existir, não havia nenhuma razão para não ser disponibilizada no imediato e todos estes desenvolvimentos decorriam num momento em que se entrava naquela que se previa que fosse a fase final de revisão do PDM, como já tinha sido aqui referido, quer pelo Senhor Presidente da CMS, quer por outras bancadas e que devia ser o principal documento estratégico para o desenvolvimento futuro do Concelho, mas que já estava condicionado por Planos de urbanização desadequados já desatualizados à data da sua aprovação, tal como se tinha comprovado pela sua não concretização durante todos estes anos. -----

-----O Deputado disse que o tempo tinha concedido a possibilidade de corrigir as más decisões

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

tomadas, permitindo a revisão dos planos de urbanização para a mata Sul e Norte, enquadrados num novo PDM, virado para um futuro mais sustentável que desse uma resposta mais adequada e em linha com as mais modernas perspetivas de evolução, mas este Executivo recusava-se a evoluir e agarrava-se a um passado fora de moda, guiado pela ambição de exhibir obra em resultado das cedências feitas aos privados, mas que iriam gerar enormes custos futuros para o erário público. Lamentou profundamente esta opção pelo imediato e da forma aparentemente despreocupada com que se hipotecava o futuro do Concelho e se onerava as gerações futuras e que mais do que fazer contas de merceeiro, as decisões sobre o orçamento e as GOP's eram atos políticos, como dissera no início, e sobre esta forma de fazer política e de gerir o território, votaria sempre contra. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Ricardo Mendes** que disse que, como era sabido, havia um conjunto de membros que já tinham saído, ou previa-se que iriam sair desta Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), e pelo que tinha consultado no documento do ano passado, o valor era exatamente o mesmo, ou seja, 119.000€ e questionou se havia alguma previsão de aumento pelo facto de haver menos associados nessa Associação. -----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Carlos Pólvora** tomou do uso da palavra que retificou que nunca tinha dito "*com a cabeça e com os dedos*" ao Senhor Vereador José Polido, pois não tinha percebido que este estava a falar do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) e que era verdade que a Junta de Freguesia da Quinta do Conde iria receber 135.000€, tendo depois pedido desculpas. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues**, que cumprimentou todos os presentes e disse que este orçamento dava continuidade aos orçamentos apresentados pela CDU ao longo destes anos e que tinha posto o Concelho de Sesimbra como um dos concelhos mais apetecíveis para viver no nosso país. Referiu que o saneamento básico chegava, praticamente, a 90% da população e o abastecimento de água chegava a 100% da população. Era um facto que o concelho de Sesimbra tinha algumas carências, mas as mesmas iam sendo colmatadas ao longo dos anos e trata-se de um concelho que pouco ou nada e quem conhecia bem, sabia que o abastecimento de água era praticamente inócuo no início dos anos 80 e não chegava a 50% da população, tendo este investimento sido feito ao longo dos anos, assim como o saneamento. -----

-----Por outro lado, o Deputado disse ter assistido a uma intervenção do Deputado Sérgio Faias, e que a chamava demagógica porque ao querer "colar" o investimento que esta Câmara Municipal fazia na Educação à Transferência de Competências, era no mínimo, demagógico, porque bastava ver que no ano



Assembleia Municipal de Sesimbra

passado, ainda sem esta transferência de competências, o investimento da Câmara na área da Educação havia sido de 4.668.000€ e este ano eram pouco mais de 100.000€ já com a descentralização de competências. No entanto, estes valores não chegavam porque, mais uma vez, se a Câmara Municipal de Sesimbra e se o Concelho de Sesimbra quisesse um Parque Escolar adequado às necessidades da população, teria que investir, tal como estava a investir na Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho e teria que investir na Escola Secundária Michel Giacometti e, diga-se de passagem, que os 100€ que estavam orçamentados para este equipamento, não eram para a Câmara fazer a obra, mas seria à espera que o Governo dissesse à Câmara Municipal de Sesimbra havia disponibilidade para realizar um investimento na Escola Michel Giacometti e que a Autarquia comparticiparia com “x” e o Governo com “y” e era por isso que esta verba estava aberta. Disse ainda que, tal como o Senhor Presidente da CMS já havia explicado em várias ocasiões, havia verbas abertas em outras rubricas para que, à espera de muito daquilo que viria do Estado Central, como era o caso do Centro de Saúde da Quinta do Conde, que também tinha uma verba aberta, mas se esperava uma resposta do Ministério da Saúde, que dissesse que faria a obra.-----

-----Afirmou que este se tratava de um Orçamento de continuidade e que a CDU não se envergonhava do mesmo, assim como o PS também não se devia envergonhar porque este orçamento, em anos anteriores, tinha tido a participação do PSD e este ano, tinha a participação do PS e dava resposta às necessidades da população do Concelho de Sesimbra. -----

-----Já em relação às “contas certas”, referiu que era o que se pretendia, mas o PS, mas no Governo não era um Partido de “contas certas”, ou seja, era um Partido de “contas certas” só para aquilo que lhe convinha, para as Parcerias Público-Privadas (PPP’s), para a Banca, para a TAP e para outros afins. Disse que a CDU era dois Partidos de “contas certas” porque queria as “contas certas” para servir a população e não para servir os grandes interesses económicos do País e não para aquilo que se passava todos os dias na televisão, em que a última tinha sido pagar indemnizações chorudas a quem queria vir embora. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse que o Deputado Carlos Oliveira tinha a maturidade, conhecimento e experiência necessária para ter o pragmatismo, também evidente, de que não era nesta Assembleia que se iria influenciar um voto que já se trazia de casa e, portanto, seria uma novidade para todos que isso acontecesse. Cada um tinha de ter a sua retórica e, obviamente, justificar o sentido de voto em função daquilo que iria apresentar numa discussão que tinha de ser pública e que mostrar a divergência ou a convergência de opiniões num conjunto de matérias. -----

-----Retificou que nos orçamentos em que era permitida a inclusão da dívida e o empolamento, sempre tinham sido permitidas alterações orçamentais, portanto, não havia nenhuma novidade, sendo que a única

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

alteração existente entre aquilo que se passava empolando os orçamentos e esta regra de uma execução orçamental de receita, é que o Procedimento era exatamente o mesmo só que se encurtava a receita para ser o mais realista possível. Referiu que quando o Deputado tinha sido Vereador, passava-se exatamente a mesma coisa e tinha uma vantagem em que empolando a receita e tendo GOP's disponíveis, o exercício era muito mais facilitado e não tinha a ver com questões de Tesouraria ou contabilísticas, mas com questões meramente orçamentais. -----

-----Disse não se esconder que sempre tinha havido dinâmica nos orçamentos autárquicos, o que, aliás, era uma regra básica e mal seria se não houvesse porque era ingovernável. Referiu que a questão de fundo que aqui se colocava é que não era nesta fase que se ia apreciar aquilo que ainda não iria acontecer. Alguns Deputados, e inclusivamente o Deputado Carlos Oliveira, tinham dito bem que em março ou abril de 2023, cá estaríamos a dizer e a comparar entre aquilo que tinha sido apresentado e votado e aquilo que, eventualmente, se tinha executado com as justificações que se tinha, que se queria ouvir ou aceitar, mas não se podia extrapolar, nem para abril, nem para o final do ano aquilo que era uma questão que, neste momento, era um mero documento provisional em que houvera um esforço enorme de ser o mais realista possível em que as ações que lá estavam correspondiam àquilo que era a perspetiva, do ponto de vista da sua execução ao longo do ano, do seu cronograma e, portanto, que podiam existir desvios. É um facto que podia existir um investimento novo a meio do campeonato, o que podia levar a que outro pudesse ficar mais tempo na gaveta e a capacidade de explicar à Assembleia Municipal e a capacidade de avaliar aquilo que havia sido esta previsão e aquilo que era a sua execução, era uma matéria que se colocava na Prestação de Contas, não num documento. -----

-----Disse que quando se dizia que se estava a passar um cheque em branco, então, todos os anos, sempre que houvera um orçamento municipal, passara-se sempre um cheque em branco. Referiu recordar-se que quando o Deputado Carlos Oliveira era Vereador, houvera anos em que se chegava às 40 alterações orçamentais em situações difíceis e muito complexas e não tinha sido num passado muito recente, tratando-se de situações que, sendo praticamente no limite daquilo que eram os Fundos disponíveis para poder pagar as contas. Hoje, felizmente para a Câmara e para os eleitos, isso já não acontecia, não querendo dizer que amanhã não acontecesse.-----

-----Voltando àquilo que era importante, não se podia extrapolar aquilo que era uma avaliação que esta Assembleia teria que fazer na Prestação de Contas, e também na inserção do saldo, que sempre acontecera, embora a única diferença fosse, se se fizesse uma relação causa/efeito olhando para aquilo que eram os saldos de gerência dos últimos anos e aquilo que tinha sido a arrecadação de receita

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

proveniente do IMT, que tinha sido esse saldo a transitar para os anos seguintes, mas esse não tinha sido o motivo. -----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado Ricardo Mendes, disse que a regra da execução dos 85% era na receita e que tinha sido cumprida nos últimos anos e que ainda há pouco, o Vereador tinha referido que o ano 2022, estando-se ainda a tramitar a última documentação, iria ultrapassar os 90%, não querendo dizer que a execução das GOP's e do Plano Plurianual de Investimentos tivesse corrido na perfeição, mas houvera uma previsibilidade muito próxima dos 100% na Receita, significando que quando se previa a Receita, independentemente das condicionantes do quotidiano ao longo do ano económico, felizmente que o município não tinha contado nem com mais, nem com menos, do que aquilo que se perspectivava e mantinha, há largos anos, esta regra quase de ouro, que era uma regra prevista com penalizações, pelo menos até acertar ou fazer uma Revisão orçamental, se assim tiv esse que ser. ----Referiu que há dois anos, se chegara a fazer uma Revisão orçamental, em plena pandemia, exatamente porque se tinha percebido que iria perder-se Receita e podia-se não atingir os 85% e porque havia a perceção que, quer do ponto de vista da receita, quer do ponto de vista também da despesa, mas sobretudo da receita, iria claramente diminuir. Disse que para além da questão do ponto de vista da regra orçamental, a Câmara tinha de ser o mais previsível possível e não teria nenhum problema, caso se verificasse a existência de uma alteração substantiva daquilo que era a estrutura da receita do município a meio do ano económico, em vir à Assembleia Municipal dizer que havia uma alteração substantiva e teria de se retificar o orçamento. O Presidente explicou que isto acontecia a nível nacional, e no caso de Sesimbra, não iria fugir à regra e tinha de se ter esta capacidade. -----

-----Quanto às Receitas e a estrutura da receita, disse que obedeciam a uma regra entre o ano “n-1”, o ano “n-2” e o ano em curso, fazendo-se uma fórmula de cálculo que dava a média desses mesmos anos. Neste caso, por forma a ter essa visão otimista e comprovadamente ter colocado a dívida existente em algumas rubricas do orçamento de 2023, a Câmara tinha-o feito na perspectiva de poder vir a arrecadar o valor da dívida e o IMT não era nenhuma especulação que a Câmara estava a fazer para o ano de 2023, estando a cumprir a regra de aplicação e se houvesse uma dívida que a Autoridade Tributária tivesse comunicado, havia 744.000€ de dívida do IMT, tendo esta sido a considerada, não havendo ninguém a ter uma visão otimista nem uma visão inflacionista. Disse ainda que se durante os primeiros meses do ano houver nessa e noutras, tendo-se falado nas taxas, multas e outras penalidades, o grosso desta rubrica eram as taxas urbanísticas e, portanto, a aplicação da regra era exatamente a mesma que se aplicava para o IMI. Portanto, as taxas recolhidas até novembro deste ano, as recolhidas no ano passado, o remanescente

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

do ano “n-2”, faltando o ano em curso. E, portanto, se houve um aumento das taxas urbanísticas, estava a ser refletido também nas taxas, multas e outras penalidades com a mesma regra e se se chegasse a meio do ano ou no primeiro trimestre e se verificasse uma oscilação considerável na estrutura da receita, não havia outra margem, senão apresentar-se um orçamento retificativo e isso iria implicar, com certeza, opções que o Executivo teria que fazer quando apresentasse à Assembleia, porque era a sua função de ter que cortar, se calhar, em algumas estradas, em algumas questões de investimento da água ou noutras ações que eventualmente tivesse previstas para o ano de 2023.-----

-----Quanto ao facto de ter sido utilizada, tantas vezes, uma frase que poderia parecer uma verdade e que era a questão de que os que estavam na nossa terra, estariam a sair da Vila de Sesimbra porque a Câmara os estava a “empurrar” para tal. Disse discordar profundamente dessa frase, embora não deixasse de ter alguma realidade face ao contexto daquilo que hoje era o custo dos imóveis na Vila de Sesimbra, assim como era o custo dos imóveis na freguesia do Castelo e isto dependia de uma questão chamada atratividade e não se conseguia ter um Concelho com a atratividade que se tinha e, simultaneamente, um mercado imobiliário que a Câmara não controlava e não podendo controlar o mercado imobiliário, se havia atratividade, a mesma refletia-se naquilo que era o valor dos imóveis e era bom que um dia, porque conhecia muitos casos, e a Câmara tinha-os também, em tudo o que tinham sido operações e a Câmara também tinha responsabilidade e teria que assumir, assim como a CDU, mas colocando-se ao lado das pessoas.-----

-----Disse que num conjunto significativo de operações existentes, algumas até bem recentes, de estratégias de fixação, nomeadamente com a construção de habitação para renda apoiada ou renda acessível na Vila de Sesimbra para venda, o resultado tinha sido que as pessoas, na sua larga maioria, por procurarem melhores condições de habitabilidade, venderam o seu imóvel através dessa inflação imobiliária, procurando condições de melhor habitabilidade noutra freguesia e isso era uma opção das pessoas, não é uma questão de “empurrar-se”. -----

-----O Presidente deu o exemplo do edifício “Varandas Felizes”, onde a Câmara já tinha adquirido um imóvel, mas existia um conjunto de jovens que não se importavam de o vender pelo preço do mercado imobiliário e só não o faziam porque a Câmara, ou os colocava em Tribunal porque existiam escrituras que não tinham Direito de Preferência à Câmara, tendo já os ameaçado, ou porque aqueles que tinham Direito de Preferência, neste caso a Câmara, teria que readquirir o imóvel pelo valor da aquisição não só vendiam por isso, estando-se a falar de jovens, alguns deles pouco mais velhos do que o Deputado Ricardo Mendes e, portanto, não se transformasse esta questão do ponto de vista populista. -----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Disse haver uma pergunta que gostava de fazer quando se colocava esta questão. Referiu que Sesimbra estava a fazer 20 fogos e na Estratégia apontava-se para mais 50, 60 ou 70 fogos e que o Regulamento de Benefícios Fiscais já isentava o IMI durante 5 anos, no caso da Vila de Sesimbra o que, de certa forma, potenciava o mercado de arrendamento, sendo de reconhecer que também era inexistente. A pergunta que colocava era que se houvesse casas, existiriam muito mais fogos de habitação pública na Vila de Sesimbra do que existia noutras freguesias do Concelho, entre as quais com grande relevância na Quinta do Conde, a freguesia com maiores necessidades de realojamento de famílias para renda apoiada e que estavam nos primeiros lugares da lista, e se existissem em Sesimbra num quadro considerado de repovoamento, combate à desertificação, os residentes da Quinta do Conde não teriam, também, preferência para virem para a Vila de Sesimbra? Seriam munícipes de segunda ou era só para voltar os que lá viviam? Disse ser bom que todos respondessem a esta questão, pois os residentes do Concelho eram residentes do Concelho e se a aposta era na Vila de Sesimbra, se tinham direito, se estavam em primeiro lugar, se os fogos eram construídos na Vila de Sesimbra, com certeza que teriam de ser fixados na Vila de Sesimbra, e se os fogos eram construídos na Quinta do Conde, também se os de Sesimbra tivessem em situação de elegibilidade de acordo com aquilo que era o seu agregado familiar e a tipologia do fogo, teriam, obviamente, a resposta adequada naquilo que eram os fogos disponíveis. Portanto, não se devia fazer disto um aspeto populista, porque já tinha ouvido esta afirmação muitas vezes, sobretudo por uma força política, poderia parecer uma realidade, o que não era o caso. -----

-----Quanto à pergunta sobre a Associação de Municípios, disse que esta tinha uma importância relevante naquilo que era a coesão dos municípios da Península de Setúbal e mais para a frente, até dos municípios do distrito de Setúbal. Percebera que não tinha sido esse o entendimento de pelo menos três dos municípios que faziam parte desta Associação. Referiu que o valor da cota se manteria e a proposta era até reduzir, em linha com aquilo que tinha sido acordado num trabalho feito em conjunto com as duas forças políticas representadas nessa Associação e, portanto, o trabalho havia sido feito. Disse ter sido o próprio a assumir a Presidência da Assembleia Intermunicipal por indisponibilidade da Presidente e que o orçamento tinha sido aprovado por unanimidade pelas Câmaras Municipais associadas, que eram da CDU e as Câmaras Municipais associadas do PS, tendo estas reconhecido que tinham um papel importante em reconhecer o orçamento, que previa uma redução previsível das quotas e um conjunto de atividades em que todos se haviam revisto, com exceção de três municípios. -----

-----Relativamente às questões colocadas pela Deputada Madalena Serra, disse que o esforço da Câmara Municipal do ponto de vista daquilo que era a estrutura orçamental dos documentos provisionais,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

quer era a questão do Regulamento de Benefícios Fiscais no aumento das taxas e tarifas, quando houvessem estruturas de receita que, provavelmente, tinham um carácter que não era regular como as que tinham sido aqui levantadas, e bem, como o IMT, das duas uma, ou teria que se começar a cortar, ou ter que se reajustar alguma coisa. Disse não se cansar de dizer e que o Vereador José Polido já tinha referido há pouco, no quadro da Venda de bens e serviços, onde se incluía os serviços urbanos, como a água, resíduos e saneamento, havia uma dimensão denominada “Resíduos” que, neste momento, tinha um défice tarifário e que, na opinião generalizada dos nove municípios do sistema, se devia muito à privatização do sistema em alta da Amarsul, mas que apresentava um défice do ponto de vista daquilo que era a recuperação de custos entre os 30% a 40% e que se as regras eram 10%, o município de Sesimbra iria até onde lhe fosse permitido porque podia-se chegar a determinado momento em que fosse imposta uma tarifa ao município de Sesimbra, sob pena também de redução, quer dos financiamentos do orçamento de Estado quer, sobretudo, da possibilidade de candidatura a Fundos Estruturais. -----

-----Sobre as questões colocadas pelo Deputado Sérgio Faias, disse que quando se quando se falava em dois atos, o ato de dezembro e o ato de abril, é que estes eram uma peça de teatro que sempre havia tido tivera estes atos e até podia ter mais se houvesse a necessidade de uma Revisão orçamental por questões de uma alteração conjuntural ou mesmo estrutural daquilo que era a receita municipal ou outra necessidade, e de certa forma, teria de se fazer um ajuste ao orçamento, sendo a coisa mais banal que existia e, portanto, no quadro da competência da Câmara, estava a fazê-lo no quadro das competências acometidas ao Executivo Municipal e particularmente delegáveis pelo Presidente no Vereador, como as alterações orçamentais, que eram a mera reestruturação dentro dos valores orçamentais sempre que se mudava a estrutura global dos atuais 77 milhões de euros, quer fosse para cima, ou para baixo, esta Assembleia teria que apreciar e votar, não havendo outra forma e, portanto, estava no quadro das competências da Assembleia.-----

-----Quanto à questão colocada sobre o rigor financeiro e a gestão rigorosa, disse que sempre tinha sido um apanágio do PCP e da CDU ter um grande rigor financeiro nas contas. Aquilo que não se acompanhava e que se fazia uma diferença era não ter uma obsessão por incumprimento de défice abominava-se, quer se gostasse, ou não, ingerências que pudessem estar presentes naquilo que era uma gestão, que deveria ser autónoma, de um País, tal como abominava, na sua opinião, que houvesse ingerências brutais na autonomia do Poder Local, tal como já chegara a haver, em períodos infelizes, particularmente em Governos que tinham acompanhado a Troika. Disse que da mesma forma que a Autarquia achava que o Governo não devia se imiscuir e devia ter uma tutela meramente administrativa e

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

de fiscalização sobre a Administração Local, era a mesma coisa que também achava que não devia haver instâncias supranacionais que devessem ingerir-se naquilo que era a gestão do nosso País, havendo aqui uma divergência de fundo, mantendo, provavelmente, a mesma dimensão que achava que todos os partidos faziam, e mal seria se não o fizessem, que era terem um grande espírito, até para a garantia do cumprimento daquilo que era a sustentabilidade das gerações futuras, e ter uma grande gestão rigorosa e um grande rigor financeiro na gestão da coisa pública. -----

-----Em relação à questão da Educação, retificou que não tinha referido que a opção do município tinha sido um maior investimento na Educação, mas que a área da Educação era a área que levava a fatia maior do orçamento, mas falando com clareza, disse que se fosse colocado, no orçamento de 2023, na Biblioteca da Quinta do Conde em detrimento da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, já se invertia para a Cultura e isto era uma constatação de um facto e não se escondia isso, e os dados dos últimos anos demonstram esse ganho, e ao nível da Educação, tinha sido sempre uma área que, no caso de Sesimbra, tinha tido não só um carinho especial, mas um investimento não apenas do ponto de vista da construção de escolas que estavam sobre a responsabilidade do município de Sesimbra, mas sobretudo também num conjunto de Projetos que levaram o concelho de Sesimbra a ser amplamente reconhecido, do passar da cauda, sobretudo do abandono e insucesso escolar no 2º e 3º ciclo, para o município que não tinha nenhum abandono e insucesso escolar nesses dois ciclos de ensino. -----

-----Sobre o aumento da despesa com o pessoal, disse ser um facto, mas não sabia se a percentagem era exatamente essa, mas que dos 50% de aumento, cerca de 40% correspondiam àquilo que era a transferência dos trabalhadores, sobretudo das escolas do 2º, 3º Ciclo e Secundárias para o município. Disse que pouco mais de 10% correspondia a um conjunto de outras rubricas. Referiu não conseguir desagregar todas pelo orçamento da despesa, mas que algumas eram explicadas e tinha a ver com alterações, obrigatórias e facultativas, do posicionamento remuneratório. Deveria ter-se atenção quando se dizia “facultativas”, pois sempre que os orçamentos de Estado o tinham deixado de permitir e desde que deixou de haver ingerência das sucessivas Leis do orçamento de Estado nesta matéria, o município tinha aplicado, desde sempre, a Opção Gestionária, tratando-se de uma ferramenta que permitia aos trabalhadores da Administração Pública, por via qualitativa e não quantitativa de pontos, poderem abreviar um bocadinho aquilo que era a progressão na carreira. Acrescentou ainda que as alterações de posicionamento remuneratório correspondiam, de grosso modo, a cerca de meio milhão de euros em que mais de 350.000€ correspondiam às facultativas, ou seja, à aplicação da Opção Gestionária, e apenas 80.000€ correspondiam às obrigatórias. -----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Quanto ao recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, disse estarem previstos cerca de 1.200.000€, um valor considerável, mas bastava olhar-se para o Mapa de Pessoal e percebia-se aquilo que estava previsto em novas contratações, não sendo preciso fazer muitas mais contas. Havia ainda as alterações por mobilidade na carreira ou na categoria que, também todos os anos, se aplicava a partir de julho e de grosso modo, mais de 10% correspondiam a estas áreas. -----

-----Sobre a questão relativamente ao impacto se fosse aprovado os 10% que a CGTP reivindicava de aumento do salário dos trabalhadores da Administração Pública para o próximo ano, disse que os trabalhadores teriam melhores rendimentos para fazer face àquilo que, efetivamente, eram as dificuldades do dia-a-dia e que a Câmara cumpriria, e ainda que esses trabalhadores seriam melhor remunerados e, garantidamente, teríamos trabalhadores com outras condições de trabalho e muito mais disponíveis, porque aquilo que hoje era a falta de rendimento e os baixos rendimentos na Administração Pública era gritante e não era preciso ser um especialista em recursos humanos para se perceber claramente que, para um licenciado que fosse trabalhar para a Administração Pública e na Administração Local, conseguiam ter muito melhores remunerações no privado, pois receber pouco mais de 900€ era completamente irrealista. Referiu que o município preferiria que trabalhadores com rendimentos compatíveis com o exercício de funções do que fazer investimentos, que muitas vezes tinha de fazer também, mas que não consegue ter os trabalhadores muitas vezes motivados para os fazer. Disse não ter sido inocentemente que dissera que as ferramentas que o município de Sesimbra tinha ao seu dispor nessa matéria, que se chamava Opção Gestionária, não havia nenhum ano que a Lei não tivesse impedido, e que todos os anos em que tinha sido permitido, o município de Sesimbra aplicava a Opção Gestionária e, portanto, não tinha problema nenhum em fazê-lo, porque considerava ser uma forma, acima de tudo, de valorizar os trabalhadores, tal como a questão da subida do salário mínimo nacional que se registava, e que ainda hoje era curta, não ser acompanhada numa atualização nas restantes posições remuneratórias. Salientou que, neste momento, o diferencial entre um Técnico altamente especializado e licenciado em qualquer área, com exceção da parte informática, tinham uma diferença de pouco mais de 100€ face ao salário mínimo nacional, um Assistente Técnico em funções na Câmara de Sesimbra há 30 anos, recebia mais 60€ do que alguém que entrasse agora com o salário mínimo nacional e um Assistente Operacional que estivesse há 25 anos no município, perdera 30 pontos no Sistema de Avaliação de Desempenho com a atualização do salário mínimo nacional, recebendo o mesmo de alguém que entrasse amanhã, e tinha dúvidas que isto se pudesse chamar de “justiça”.-----

-----Disse que por essa via, existia um sentimento de grande descrédito, de grande insatisfação, quase

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

como uma depressão coletiva nos trabalhadores das Autarquias locais, e não era só no município de Sesimbra. Referiu que para resolver esta questão, a Câmara Municipal de Sesimbra não havia pedido mais ao Estado, mas também ninguém tinha perguntado à CMS como se havia transferido as Assistentes Operacionais das escolas com um défice de meio milhão de euros, de que forma é que a CMS iria pagar, mas pagava-se a estas funcionárias.-----

-----Quanto às questões dos 100€ para o Projeto da Escola Michel Giacometti, disse que a Câmara tinha incluído esta rubrica no orçamento de 2020 e estava apenas aberta, à espera do Protocolo de descentralização de competências prometido há dois anos porque a Câmara não podia pagar um Projeto para um investimento que não era da sua responsabilidade, e no mínimo, teriam que ter um Protocolo que delegasse na Câmara, a elaboração do Projeto e que se este chegasse amanhã, nem sequer era preciso que houvesse transferência, sendo apenas necessário legitimar. -----

-----Relativamente ao Castelo de Sesimbra, disse não saber se o Deputado Sérgio Faias iria ao castelo há alguns, mas que havia terminado no ano passado, o investimento financiado pelo Lisboa 2020, de quase meio milhão de euros e não estava a contar com a reparação da via de acesso, com a criação de passeio e uma nova iluminação decorativa e de presença. Admitiu que, embora não fosse visível, tinha sido feito um investimento que relevava toda a infraestruturação inexistente para dentro do Castelo, como água, saneamento, resíduos, iluminação, rede elétrica e postos de transformação, sendo que, atualmente, existiam condições para se fazer aquilo que não tinha há uma série de anos e que era uma linha elétrica que não aguentava com um sistema de som, uma rede de águas nem rede de esgotos. -----

-----Relativamente ao futebol, disse haver, essencialmente, três clubes porque um dos equipamentos era municipal (o campo da Maçã), sendo, curiosamente, o que estava num mau estado, mas ainda aproveitável. Referiu que haver dois clubes numa situação mais gravosa, o ADQC (Associação para o Desenvolvimento da Quinta do Conde), o Grupo Desportivo de Alfarim quase igual e a ACRUTZ (Associação de Cultura e Recreio União Trabalhadora Zambujalense) muito idêntica, que já há dois ou três anos a esta parte, vinha a solicitar à Câmara o apoio, que não podia ser 25% do Regulamento por não ter capacidade financeira, a exemplo daquilo que tinha sido o arrelvamento dos respetivos campos de futebol, em que o Município atribuía o valor total do material necessário, bem como a obra para o arrelvamento. Disse que aquilo que a CMS tinha visto, havia sido uma janela de oportunidade, em que o PRR permitia financiar a 100% a reabilitação desses pisos, o que iria acontecer, através de um Protocolo com os 3 clubes, pois neste caso, o quarto equipamento não precisava porque era municipal, senão, estar-se-ia a dizer que, provavelmente, para resolver o problema, teria que se deixar de utilizar os recintos desportivos ou,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

efetivamente, o orçamento municipal suportar mais meio milhão de euros, sendo que não estava previsto, na Candidatura, ir mais além da substituição do piso. O Presidente adiantou, que existiam com os clubes algumas apreciações que poderiam, eventualmente, ver acertado mais algum pormenor por parte da Autarquia, que sairia do orçamento municipal ou de alguma obra do PRR que não fosse realizada, mas isso era muito difícil de sustentar, sobretudo nesta fase no primeiro ano e que seria na Quinta do Conde, a possibilidade de se poder deslocalizar o campo no sentido nascente/poente para da norte/sul com possibilidade de ficar dois campos de futebol 11, em detrimento de um campo de 11 e outro de 7. Relativamente à Maçã, aproveitar-se-ia a parte melhor da relva para fazer o arrelvamento do campo de futebol de 7, que não estava a ser utilizado e no caso de Alfarim, estava-se a ver se também era possível a reabilitação da pista de atletismo, significando que o investimento não ficava só para o futebol e que era também um encargo para o município suportar as equipas com atletismo, como a Cotovia e a Azoia, com o ónus que isso representava com deslocações para a Sobreda, que, neste momento, também não estava em condições, para a “Carla Sacramento”, ou para Setúbal, percebendo-se que era cerca de 200.000€.--

-----Em relação à Juventude, o valor não seria de 9.000€ e era provável que estivesse numa rubrica diferente, até na Cultura, porque a requalificação do Anfiteatro da Boa Água visava a implementação, entre outros, do Spot Jovem na Quinta do Conde em cerca de 200.000€.-----

-----Sobre os cemitérios, salientou que na sua intervenção inicial, particularmente o da Aiana, tinha problemas estruturais, sobretudo ao nível da relva e do coberto vegetal, tendo previsto um investimento na ordem dos 300.000€, que teve de ser adaptado, prescindindo de alguns investimentos no cemitério de Santiago com a substituição das ossadas. -----

-----1,50 Quanto à questão sobre a Proteção Civil e a satisfação do Vereador, disse que a satisfação era do orçamento municipal, e não era por ter mais, ou menos da sua área e, portanto, a satisfação devia ser global, porque se conseguia ter um grande investimento nas águas, apesar de ser quase idêntico ao dos anos anteriores, porque se conseguia, apesar de tudo, pavimentar algumas estradas longe daquilo que é necessário, mas porque se conseguia realizar um conjunto de investimentos, e mal seria se não houvesse uma convergência que era necessária existir. Referiu que o exercício do orçamento para este ano era uma inquietação, e o Deputado Carlos Oliveira tinha razão nisto, porque quando a Câmara era confrontada com a oportunidade de fazer uma Loja do Cidadão e um Centro de Saúde, tudo fazia falta e se fosse perguntado ao município de Sesimbra se tinha alguma expectativa de, num quadro próximo, construir um pavilhão para substituir o Pavilhão de Sampaio, a resposta era negativa porque tinha surgido uma oportunidade do PRR, sabia--se lá porquê, que em três meses se tinha transformado numa coisa que era para investimento

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

e material, em investimento físico e havia uma rubrica do PRR que só estava disponível para as duas Áreas Metropolitanas, que de um investimento previsto e muito dedicado aos grandes núcleos urbanos dos grandes bairros sociais das grandes cidades para terem ações imateriais do ponto de vista de empregabilidade e emponderamento, conseguiram sempre transformar isto, e bem, porque mesmo aqueles a quem se dirigiam perguntavam onde é que se iria gastar tanto dinheiro em ações imateriais, tendo-se transformado esta questão em 66% de investimento e 33% de ações imateriais. Em regra geral, o que se estava a fazer era dar apoio aos espaços de habitação pública e aquilo que se tinha conseguido havia sido a integração destes espaços de habitação pública à escala de uma dimensão de uma freguesia, tendo-se feito duas Candidaturas, uma para a Quinta do Conde e outra para Sesimbra com o financiamento de uma Biblioteca, do Spot Jovem, do Spot das Artes, ou seja, equipamentos que faziam falta. Disse ainda que se fosse questionado dessa possibilidade se não houvesse financiamento, teria dúvidas e achava que a satisfação era conseguir, apesar de tudo, nesta grande dificuldade com tantas coisas para fazer, ter de se fazer escolhas e o difícil tinha sido retirar coisas do ponto de vista estratégico, financeiro e orçamental. -

-----Sobre a rede viária, reforçou aquilo que tinha dito ao Deputado Vítor Antunes, e não tomava como líquido, acha que era transversal a apreciação de todos sobre a dificuldade existente na rede viária. Referiu que a opção tomada há 5 anos de, em cada intervenção que se fizesse na via pública, quer fossem repavimentações, novas pavimentações, criação de passeios, sempre que possível reabilitar toda a rede e toda a infraestrutura de rede de águas no subsolo, colocando-se depois as questões das pessoas do porquê de uma obra numa rotunda de 5m ter um custo de 400.000€, mas o que estava no subsolo era bastante caro. Disse não poder afirmar, por muito que se gostasse, que em abril, uma parte do resultado do saldo de gerência, fosse para a rede viária, mas neste momento, não se sabia como seria o comportamento da receita nem o comportamento de um conjunto destas obras de grande dimensão e quando falava em “comportamento”, referia-se às revisões de preços, sendo necessário que houvesse cautela, pois a gestão rigorosa assim obrigava. Quanto à escolha, disse não ter sido fácil, mas que tivera duas dimensões em conta, tendo sido a primeira a maturidade do Projeto, incluindo aqueles que já tinham Projeto da rede de águas e que se sabia que poderiam avançar mais rapidamente e depois, não menos importante, a questão financeira, estando-se a falar de alguns arruamentos na Vila de Sesimbra e na Maçã, onde já havia Projetos feitos, e era isso que constava no orçamento, sendo esses os que estavam em curso com mais quatro ou cinco.--Relativamente à questão colocada pelo Deputado João Castanho, disse que a Câmara não concordava nem tinha de concordar com tudo, mas tinha de haver um esforço de convergência, independentemente das diferenças existentes, pois acima de tudo, estava a possibilidade de se avançar

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

com o conjunto de investimentos de Projetos. Referiu que esta questão tinha uma parte significativa em termos da continuidade da gestão da CDU, mas tinha também de se ter uma quota-parte de convergência, tendo em conta a correlação de forças existente. -----

-----O Presidente da CMS salientou também que, devido ao elevado nível de exigência, era necessário encontrar-se espaço para ter um orçamento, um Plano de atividades e GOP's que entendia não serem aquelas que se gostaria, mas tinham sido aquelas que, entre todos, não teria sido um cheque em branco, mas quase um livro em branco, que era transpor o orçamento da receita, compromissos assumidos e, a partir daí, olhar-se para os Projetos estruturantes dentro da estratégia e dos compromissos, pois muitas vezes chegava-se a esta discussão e passava-se uma borracha sobre aquilo que eram os Programas eleitorais de cada um, e se havia coisa que fazia parte daquilo que deveria ser o léxico e a apreciação num quadro de convergência, seria olhar-se para os Programas eleitorais de cada um. -----

-----Quanto à questão do Deputado Carlos Macedo, na sua opinião, completamente desfasada da discussão que se estava a ter, disse que nem as obras desses empreendimentos faziam parte do orçamento municipal, nem dos Planos Plurianuais de Investimento, mas percebia que era o espaço que tinha para colocar esta questão, sem prejuízo da divergência que era histórica, aspeto que lhe parecia insanável, se bem que a leitura que se fazia ao atual Executivo e ao atual Presidente da Câmara mantinha exatamente o mesmo pensamento de que se mantinha há uns anos atrás, o que não era verdade, mas também não o transformava pela apreciação e avaliação que o Bloco de Esquerda fazia, mas sim pelas questões de procura, adaptação e não pelas questões de fundo e que o caminho podia ser parecido ou poder-se chegar a soluções intermédias, aquilo que tinha sido o objetivo da Câmara Municipal. -----

-----Disse que o Projeto era estritamente turístico, não podendo ser de outra forma e podendo haver habitantes, não podiam ser considerados habitantes de Concelho de Sesimbra. Disse também que se o processo fosse para avançar na sua plenitude, aquilo que estava aprovado era um contrato de urbanização para a totalidade do empreendimento e, em bom rigor, o Banco que era proprietário até à alienação, defendia, tendo sido feito um contrato de urbanização para a totalidade do empreendimento, que era uma coisa simples, com a assunção dos compromissos, sobretudo do cumprimento do Plano de acessibilidades ao Concelho de Sesimbra e o empreendimento era feito por fases. Referiu que se lhe fosse perguntado se, neste momento, havia algum instrumento legal que permitisse inviabilizar essa operação, diria que não, a não ser a negociação que se tivera, quer com o Novo Banco, quer com os compradores do ativo do Novo Banco e que ficasse claro que o Presidente da Câmara de Sesimbra tinha sido apresentado ao Administrador, e conforme aquilo que tinha sido referido pelo Bloco de Esquerda, não sabia se tinha

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

capacidade ou não, mas havia uma coisa que sabia, que as taxas já tinham sido pagas e a garantia bancária já havia sido entregue, e portanto, se dúvidas houvesse, também não podia ser de outra forma, e que se não tivesse sido feito desta forma, não haveria alvará de loteamento.-----

-----Referiu não lembrar a ninguém, no quadro em que foi feito a negociação durante quatro ou cinco anos, que se agora se quisesse alterar em baixa uma capacidade construtiva que tinha, teria que fazer uma nova guia e podia haver divergências sobre o processo desde a sua génese e até sobre o *modus operandi* que a Câmara havia tido agora e que tinha sido no quadro daquilo que havia sido pedido, e que o Processo de loteamento estava na Câmara desde 2020 e já se estava em 2022, e portanto, quando se falava do tempo que demoravam as aprovações, os Deputados deveriam ter uma perceção que o Processo dera entrada no início de 2022, e que versão inicial do contrato de urbanização era para a disponibilidade do empreendimento e esta questão tinha sido longa e difícil, em que tinha cá estado mais de uma dezena de promitentes compradores com o Novo Banco e a todos eles tinha sido explicado que a CMS não aceitava mais do que esta primeira fase, em que faziam a primeira fase e abandonavam o seguinte, e no limite, o que faziam era rever o Plano Pormenor em baixa para aquilo que o PDM iria prever. -----

-----Disse que a Revisão do PDM previa uma redução em 50%, o que não previa há três anos atrás, e que esta revisão, a ser feita desde 2005, previa a inclusão dos Planos de Pormenor, que até eram mais contemporâneos do que o próprio PDM, para além do Processo judicial, que ainda hoje, a Autarquia não sabia de que forma se resolveria, em que havia direitos construtivos que resultavam de um Plano que era do município, e não de promotores privados. Acrescentou que a Câmara entendera permitir uma parte, de menos de 25% da totalidade da capacidade construtiva que estava prevista no Plano pormenor num modelo de concentração naquela área, com a execução negociada das infraestruturas externas, como havia sido a estrada dos Almocreves, mas tinha sido a opção tomada e que fazia parte dos Programas eleitorais do Partido Socialista, da CDU e do Bloco de Esquerda, havendo uma igualdade de circunstâncias, em que o mesmo era defendido por estas Forças políticas. Referiu ainda que a jornalista do “Expresso” já tinha os documentos, e informou o Deputado Carlos Macedo que esses documentos iriam chegar, mas não seria em formato que pudesse ser editável porque já não iria correr esse risco porque os contratos de urbanização que tinham ido à Câmara, podiam ser pedidos por qualquer cidadão, necessitando de ser depurados de alguns elementos, nomeadamente naqueles que diziam respeito à Proteção de dados, mas todos eles tinham ido parar aos jornalistas, e isto, só se tivessem sido distribuídos pelos membros do Executivo. -----

-----O Presidente salientou o facto de ter estado quatro horas a falar com a responsável por esta notícia,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

a jornalista Carla Batista, que no final desta conversa lhe dissera ter percebido, mas que neste momento, não iria alterar nada daquilo que tinha feito, facto que o Presidente da CMS considerava irremediável porque mais ninguém se interessava e aquilo que tinha sido posto em causa, havia sido a idoneidade de todos os elementos do Executivo e do Presidente da Câmara, o que não era justo porque aquilo que tinha aparecido na notícia foi que a Câmara Municipal estaria a aprovar um Projeto contra o PDM, sem qualquer enquadramento legal, completamente inenarrável, e isso tinha partido de pessoas daqui. Afirmou que se podia discordar de algo, mas que esta discordância devia ser discutida e estes documentos estavam a ser preparados, pois não havia nada a esconder sobre esta matéria, nem havia nada ilegal face aos instrumentos atuais. Havia divergências políticas, mas que não se fosse ao fundo do pior que existia, que era utilizar a dúvida da suspeição para o combate político.-----

-----Havia que ser claro, sendo que, neste momento, não havia nada de enquadramento para o remanescente da operação nem podia existir, como era normal, e tal como em outras matérias, se fosse necessário, o próprio viria a esta casa explicar tudo para que não houvesse dúvidas. Relativamente a esta matéria, disse ter sido feito um esforço, em que o Promotor queria, obviamente, garantir a capacidade construtiva total, sendo um banco e tendo vendido a parcela 1 ao 4 ao melhor preço onde se incluía este loteamento e por aquilo que sabia, neste momento, existia um Contrato-Promessa Compra e Venda (CPCV) que terminaria no final do ano, com o mesmo grupo imobiliário e já teria havido dois ou três eventuais interessados e que, inclusivamente, um deles (um Grupo chinês que já tinha estado na primeira fase) havia dito que queria que depois disto, se revertisse e revogasse o Plano de Pormenor, porque queria fazer cerca de 40 quintas dentro do espaço das parcelas da “Greenwoods”, bastando 30.000 a 40.000m de superfície total de pavimento (STP), não sendo preciso mais nada a não ser o PDM atual. Com esta proposta, o Presidente questionou sobre as infraestruturas, e quem levaria para lá a água, tendo-lhe sido respondido que o pretendido era fazer fossas e não infraestruturas porque seria para vender como quintas ou retalhar.

-----Afirmou não saber se esta seria uma opção, e que seria debatida, mas estava-se a falar com promitentes interessados e não havia nada a esconder, e que apesar das divergências, devia colocar-se questões quando havia dúvidas, e a questão tinha sido esta, em se tinha realizado mais de quarenta reuniões com este Grupo Sueco e a opção da Câmara foi, já que o PDM iria permitir 50%, sem se conhecer o modelo, se seria de concentração ou de expressão, era discutível, sendo que havia depois questões do ponto de vista de escrituras de cada uma das parcelas de terrenos que tinham ónus que pendiam uns sobre os outros, que como se sabia, era público porque refletia aquilo que era a operação prevista no Plano Pormenor, em que 50% de 650.000m eram são 325.000m e estava-se a permitir 125.000m que se sabia

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o Promotor faria muito menos, mas só se podia afirmar isto depois deste lá estar, mas mesmo admitindo que podia fazer 125.000m numa coisa que provada de 650.000m, e a CMS diria que era para rever tudo, pois a Câmara considerava ser essa a melhor opção num quadro que, ainda hoje achava ser adequado, não no modelo de Resort turístico fechado em si próprio, mas aberto à comunidade, assim como e os Promotores também consideravam o mesmo, uma vez que sabiam mais do que a Autarquia sobre aquilo que era a procura. -----

-----Disse ter-se colocado a estrada dos Almocreves no orçamento porque se assim não fosse, não seria tão cedo que era feita e tinha uma estimativa de custo de 7 milhões de euros, com o objetivo de resolver o problema da Mata de Sesimbra e isto eram decisões que, neste momento deviam competir, gostando-se, ou não delas e, infelizmente era este Executivo que cá estava para as tomar, embora gostasse de as deixar para outros, e o entendimento tinha sido esse e, na sua opinião, tinha sido o melhor entendimento sobre esta matéria, estando-se, no essencial, a ter menos de 50% e disse-se o que se dissesse, não estava nada aprovado para o remanescente, nem tinha havido entrada de nada, nem tão pouco a Câmara admitiria que houvesse um contrato de urbanização para o remanescente porque aquilo que seria a opção do Novo Banco era fazer todo o empreendimento faseado, numa segunda fase não seria com este faseamento, mas assumir o contrato de urbanização pagando os direitos construtivos, mas a CMS não o tinha permitido. Disse que, neste momento, havia um contrato de urbanização que se restringia às parcelas, de 1 a 4, e nada mais.-----

-----Ainda sobre a questão colocada pelo Deputado Carlos Pólvora, disse que aquilo que o Vereador José Polido tinha querido dizer era que as transferências da Câmara de Sesimbra eram maiores do que as transferências do Fundo de Financiamento das Freguesias, o que sempre tinham sido. Afirmou existir uma grande dívida do Fundo de Financiamento das Freguesias para a Quinta do Conde, e dava-se pelo nome de Administração Central. -----

-----Relativamente às questões do Deputado Rui João Rodrigues disse que nestas coisas, não bastava aparecer, e tinha de se ser e assumir aquilo que corria bem, mas também aquilo que corria mal. Referiu que, neste momento, do ponto de vista de gestão era exigente, mas não corria mal, embora não soubesse o dia de amanhã. Apesar desta exigência, disse ter sido feito um excelente exercício, muitas vezes, difícil, combativo e divergente, mas com um interesse coletivo em primeiro lugar, e se era a isto que se chamava “Partido da Câmara”, então que assim fosse enquanto lá estivesse, e que o próprio era do partido da Câmara e representava a CDU, tal como a Vereadora Felícia Costa e o Vereador José Polido, enquanto os Vereadores Nélson Polvora, Argentina Marques e Miguel Fernandes representavam o PS e o Vereador

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Márcio Souza representava-se a ele próprio, uma vez que já tinha deixado o Partido que representava. Apesar disto, o Presidente da Câmara disse que gostaria mais de ouvir que era o Partido da população de Sesimbra.-----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que muitas das coisas que tinham sido aqui ditas eram intenções ou afirmações com base, se calhar, nas 40 reuniões e noutras decisões tomadas e que a Assembleia Municipal não tinha tido conhecimento e que a redução do PDM para aquela zona era de 50%, mas não havia conhecimento da planta de classificação dos usos. Disse que o Projeto de urbanização e as condições do alvará também era desconhecido, por isso, era legítimo que se levantassem dúvidas, motivo pelo qual tinha reforçado o pedido de informação.-----

-----O **Presidente da CMS** disse que a CMS não era contra as divergências e que estas sempre haviam existido, não sendo uma novidade e sempre houvera discussão. Voltou a dizer que estava tudo a ser preparado porque se tratava de *dossiês* grandes em formato de papel e esperava também que o Deputado compreendesse porque, com certeza, seria distribuído por todos os membros e não havia nenhuma forma sequer de edição daqueles documentos, portanto, eram os aprovados pela Câmara, em que havia uma proposta em papel, todos os anexos, até porque hoje não era, de todo o dia para discutir as matas de Sesimbra. Disse também que não havia uma linha sobre matas de Sesimbra, nem estrada dos Almocreves, nem obras feitas por promotores privados nas GOP's e Orçamento, mas a Câmara não se refugiava a discutir. Referiu que em detrimento de se criar suspeição sobre o funcionamento da Câmara e sobre os seus eleitos, não custava nada perguntar e pedir os documentos como o Deputado havia feito, e deixou claro que a única coisa que existia não era nem intenções, nem deixar de ser intenções, mas um loteamento nas parcelas 1 a 4 e um contrato de urbanização, que dizia respeito a estas parcelas. Salientou que não havia nada revogado, nem o da mata Norte nem o da mata Sul e acrescentou que a mata Norte tinha um contrato de urbanização pronto para a totalidade do Plano, com 600.000m de STP (Segmentação, Targeting e Posicionamento) e que também era público. Referiu que a CMS podia facultar também o contrato de urbanização da mata Norte se tal fosse pedido e que a Autarquia não tinha problemas em assumir as suas ações e disse ainda que se lhe fosse perguntado se tinha ficado satisfeito com a publicação do “Expresso”, a resposta era negativa, pois ninguém ficava satisfeito com essa notícia que já não voltava atrás, pois tinha saído em formato de papel e em formato digital e ninguém apagaria a suspeição que tinha sido criada e o entendimento que as pessoas tinham agora era que se estavam a justificar sobre uma justificação daquilo que tinham feito e era nisto que era necessário ter cuidado. Disse que, na sua opinião, se a notícia referisse que não havia uma concordância por ser um excesso, porque representava algo que não era aceite, seria

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aceitável, o que se colocara em causa tinha sido a questão de concordar com o Plano, se o PDM estava, ou não, em vigor, e a jornalista, que já por conhecimento histórico da própria ainda metera ao barulho que haveria um acordo do Meco e a CMS parecia uma série de malfeitores que tinha utilizado o município de Sesimbra para beneficiar alguém.-----

-----Foi depois cedida a palavra ao **Deputado Sérgio Faias** que disse que todos os temas relacionados com a mata ou com as matas ao longo dos anos, sempre tinham estado envolvidos e envoltos em polémica. Portanto, o que motivara dúvidas tinha sido a necessidade de, num determinado momento, ter de votar na reunião de Câmara, acabando por suscitar as mesmas, quando se soube que tinha havido pedidos para ser adiado e não houvera essa abertura. Disse terem ainda sido colocadas suspeições de que os documentos teriam saído de alguém desta Assembleia e afirmou que do lado da bancada do PS, não tinha havido qualquer acesso aos documentos, tendo acrescentado que já soubera que havia pessoas que não tinham nada a ver com a AMS e que já tinham visto os documentos, portanto, alguma coisa haveria de acontecer, se calhar no meio das fotocópias a fazer, em que algumas poderiam ter ficado na fotocopadora, tendo chegado a alguém. Referiu que era certo que havia pessoas que não estavam presentes nesta sala, que lhe haviam dito que já tinham visto estes documentos, e que não se viesse levantar suspeições sobre as pessoas que estavam aqui e que nem sequer haviam tido acesso aos documentos. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que a jornalista responsável por esta publicação no “Expresso” se chamava Carla Tomás, com quem falara por telefone, sem a conhecer pessoalmente. Disse que a bancada do PS, não tinha pensado levantar a questão dos contratos de urbanização e do loteamento na sessão hoje porque tinha a informação de que haveria a proposta da Atividade Municipal passar para a sessão do dia 13 de janeiro e que este assunto seria guardado para esse momento. Contudo, não podia deixar de referir que a intenção da bancada do PS era pedir um conjunto de esclarecimentos para além das respostas às perguntas já colocadas pelo deputado Carlos Macedo porque havia inúmeras dúvidas esses esclarecimentos seriam pedidos numa reunião da Comissão de Planeamento, Ordenamento do Território e Ambiente, da qual o próprio era coordenador e que no momento da apreciação da Atividade Municipal, seria, solicitada uma reunião dessa mesma Comissão para esclarecimento de uma série de pontos.-----

-----Disse também que se revia, totalmente, na intervenção do Deputado Carlos Macedo em relação a esta situação e que iria manifestar a sua profunda preocupação em relação a todo este processo, reforçando aquilo que já tinha dito na reunião, que o passado dia 12 de outubro tinha sido um dia negro para a sustentabilidade do Concelho de Sesimbra e voltaria a dizê-lo as vezes que fossem necessárias,

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

porque isto não era uma questão de gosto ou de camisola, e era fundamentado em questões técnicas em opiniões de inúmeras pessoas ligadas a estes assuntos, com imensa experiência e formação e que, na verdade, ainda não tinha conseguido encontrar uma que dissesse que este processo tinha pernas para andar e já se tinham passado, pelo menos, quinze anos à volta deste assunto, não conseguindo deixar de ter esta nota pessoal e reforçar aquilo que já tinha dito numa reunião anterior. -----

-----O **Presidente da CMS** reforçou que o procedimento devia ser exatamente esse, em que a Assembleia Municipal pedia à Câmara os esclarecimentos e documentos na reunião e a Câmara enviava e pedia agora publicamente. Voltou a dizer que a jornalista tinha os documentos todos integrais e que não sabia quem lhos teria dado e que sabia quem não tinha sido, tendo a notícia saído da forma como saíra. Afirmou que a divergência que se podia ter relativamente a este Projeto não podia ser combatida com suspeição e o caminho era de explicar, tirar-se as dúvidas, divergir, porque tinha sido aprovado e havia 18 meses para concluir as obras de urbanização no âmbito do alvará e a Câmara estava cá para responder, assim como também os Técnicos cá estariam para responder. Disse ainda que grande parte do processo tinha sido acompanhada por quase toda a equipa Técnica da Câmara de Sesimbra e não havia problemas nenhuns em levar toda a equipa a explicar as perguntas, o que é que se fizera, o que se fazia, as dúvidas que se tinha, e se no final, continua a levar uma divergência insanável, que com certeza iria continuar, não era a reunião da Assembleia Municipal que iria reverter uma deliberação da Câmara, o que era perfeitamente normal, e isto era a democracia a funcionar. Reiterou que sempre que esta Assembleia tinha feito perguntas sobre este tema no mandato passado, nunca se refugiara a responder sobre o ponto de situação, o que é que se estava a pensar e o que é que se estava a tentar. Disse ter-se sentido completamente arrasado com as notícias expressas no jornal. Referiu que havia uma segunda notícia já depois de 4 horas de conversa a explicar “tim-tim por tim-tim”, para pedir todos os documentos que quisesse, para se fazer uma retificação, mas a própria jornalista dissera que, como era sabido, não podia retificar uma coisa e que faria uma notícia, se tivesse margem para tal. Confirmou que existia uma segunda notícia que, em parte, retificava a primeira, mas o mal estava feito. -----

-----Para concluir a sua intervenção, disse que no dia 13 de janeiro teria a informação em papel e que se a Assembleia Municipal entendesse que, nessa reunião, deveria estar presente o conjunto de Técnicos em detrimento da Comissão “2” e ser dada uma explicação a toda a Assembleia, até porque havia uma transmissão pública, e a Câmara teria todo o gosto que assim fosse. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Vereador José Polido** que, respondendo ao Deputado Carlos Oliveira, disse que no ano de 2022, as GOP's eram de 38 milhões de euros, dos quais já tinham sido cabimentados

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

36 milhões de euros, tendo a CMS um compromisso de 33 milhões de euros, correspondendo a *uma taxa de execução bastante elevada. Disse também que a sua preocupação das questões sociais nas GOP's "0301", a Câmara Municipal Sesimbra dotara essa mesma rubrica de 1.126.000€.* -----

-----Em relação ao material informático para os resíduos, esclareceu que tinha a ver com uma candidatura aos bio-resíduos. Sobre a questão da resolução dos lixos e os preços, disse que o Governo tinha tido uma oportunidade excelente de ter utilizado o PRR para resolver o problema de todos os sistemas de norte a sul do País financiando os investimentos necessários nos sistemas em alta, e não só, para desonerar todos os municípios de norte a sul do País e esta tinha sido uma decisão excelente para toda a gente, achando até que todos iriam votar por unanimidade em todo lado.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Ricardo Mendes sobre o IMT, disse que este ano, a CMS iria receber, 14.600.000€ de IMT, e tinha 13.500.000€ para o próximo ano e tal como já havia dito, a Câmara era obrigada a fazer o orçamento tendo as regras contabilísticas, que eram 24 meses fazendo a média e, se possível, incorporando alguma dívida nesse mesmo valor, tendo sido exatamente aquilo que tinha sido feito e que se a regra estava mal feita, não tinha de ser a CMS a fazê-la. Disse ainda que se se tinha esta receita de IMT, era porque o Concelho de Sesimbra era atrativo.-----

-----Sobre a intervenção do Deputado Sérgio Faias em relação às taxas, multas e outras penalidades, disse ter explicado na reunião da Comissão, e sabendo que o Deputado não tinha estado presente, que havia uma rubrica que tinha a ver, exatamente, com os loteamentos e obras onde se tinha um valor, porque existi uma dívida à Câmara Municipal, nomeadamente das AUGI's, de cerca de 8.000.000€ e, existia também a tal regra, tendo sido colocado um valor dessa mesma dívida, o que estava aqui plasmado.-----

-----Quanto ao investimento inexistente nos últimos anos no setor das águas, disse não concordar minimamente com aquilo que o Deputado tinha afirmado, porque se houvera setor onde tinha tivesse sido feito o investimento desde sempre, tinha sido exatamente no setor das águas. Referiu que no mandato passado, tinha sido remodelada a aldeia inteira da Azoia, tinha sido feito um furo na Aiana, começou-se a fazer a telegestão e remodelado todas as condutas em todas as zonas em que se fazia passeios, tendo sido feito um investimento brutal na Apostiça, nunca tendo faltado uma pinga de água nas nossas torneiras, às vezes com muita dificuldade.-----

-----Relativamente à questão do pagamento dos vencimentos, o Vereador referiu-se àquilo que estava no Orçamento de Estado, dizendo que as despesas com pessoal, do orçamento de Estado, eram de 19 milhões de euros, os juros da dívida pública portuguesa eram de 7.000 milhões de euros e o que vinha para a Administração Local, de despesas correntes, eram 4.000 milhões de euros. Referiu que a amortização da

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

dívida pública era de 136.000 milhões de euros, e que do total daquilo que o orçamento tinha, que correspondia a 227.000 milhões de euros, 153.000 milhões tinham a ver com o chamado serviço da dívida, ou seja, na realidade, o orçamento seria 74.000 milhões de euros se não houvesse o serviço da dívida. Disse ser opções que se faziam e que a CMS iria buscar 153.000 milhões de euros para pagar 143.000 milhões e era desta forma que o Orçamento de Estado estava construído para fazer face ao défice que tinha que, neste momento, era de 125% do PIB (Produto interno bruto) português e que se as coisas fossem feitas de forma diferente, se calhar haveria financiamentos para outras coisas. -----

*-----De seguida, colocado à votação o 1º ponto da ordem de trabalhos: “Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal” a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar, por **maioria**, com 11 votos a favor (10 CDU e 1 MSU), 2 votos contra (1 BE e 1 da Deputada do CHEGA, Sílvia Montanha) e 11 abstenções (8 PS, 2 PPD/PSD, e 1 da Deputada do CHEGA, Madalena Serra) os documentos respeitantes às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR’S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal. -----*

*-----O Grupo Municipal da CDU apresentou Declaração de Voto, tendo a **Líder de bancada, Sandra Carvalho**, dito que a declaração de voto deste Grupo Municipal ia muito no sentido daquela que tinham sido as duas intervenções desta bancada, onde se relevava o enorme sentido de responsabilidade dos eleitos do Executivo Municipal, qualquer que fosse o Partido, pois neste momento, era o Executivo Municipal que geria os destinos da Câmara Municipal de Sesimbra, contrariamente àquele que era o populismo, a demagogia e a filosofia barata que aqui se tinha discutido, porque as opções verdadeiramente estratégicas e desenvolvimento para o Concelho não tinham sido discutidos. Referiu ainda que tinham sido discutidos documentos com mais ou menos folhas, Projetos que nada tinham a ver com este Orçamento, tendo discutindo-se uma série de coisas, exceto as opções de gestão, o que era um ótimo sinal de que se continuava no caminho certo e que os sesimbrenses continuavam a reconhecer o rumo certo para um futuro cada vez mais risonho e mais atrativo e mais desenvolvido do nosso Concelho. -----*

-----O Grupo Municipal do PS apresentou Declaração de Voto, que apesar de ter sido solicitada, não foi entregue aos Serviços. -----

-----O Grupo Municipal do MSU apresentou a seguinte Declaração de Voto: -----

-----“O MSU ao abrigo do artigo 49º do Regimento da Assembleia Municipal de Sesimbra apresenta a seguinte declaração de voto sobre as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal, aprovada



Assembleia Municipal de Sesimbra

na assembleia de 28 de Dezembro de 2022: -----

----- Após todos os esclarecimentos prestados pelo executivo sobre o tema em apreço, quer seja na reunião particular do direito à oposição, quer depois na reunião alargada das comissões e na sessão da assembleia para o efeito, entendemos contribuir favoravelmente nesse sentido.-----

-----A proposta que veio a discussão tinha sido aprovada por unanimidade no executivo, sabemos que existem sempre aspectos que podem ser sempre melhorados (sempre em qualquer tema ou acção), mas consideramos que isso são questões de pormenor no todo. Esta unanimidade leva-nos ao que realmente importa, os interesses comuns acima dos individuais, para o bem do nosso Concelho.-----

----- Não podemos, apesar das nossas visões serem diferentes em algumas matérias, sacrificar o todo e colocar tudo em causa quando devemos olhar de forma mais “macro” para o momento que vivemos e para as decisões a tomar. Um orçamento é um guião que à semelhança de tudo nas nossas vidas deverá ser adaptado e ajustado sempre que necessário.-----

----- Foi “estranho” constatar a falta de comunicação existente entre membros dos grupos municipais, que não partilharam as informações recolhidas nas reuniões preparatórias, tornando esta sessão repetitiva e longa. O MSU na sua intervenção também apelou a uma melhoria futura nesta área. -----

O MSU com sentido de total responsabilidade apoiou o documento.” -----

-----A Deputada do CHEGA, Madalena Serra, apresentou a seguinte Declaração de Voto:

-----“A Líder de bancada do CHEGA, na sessão ordinária do dia 28 de Dezembro com o seguinte ponto na ordem de trabalhos: Grandes Opções do Plano (PPI e AMR'S) 2023 e anos seguintes, Orçamento do ano de 2023, 2024, 2025, 2026 e 2027 – Mapa de Pessoal -----

-----Votou com abstenção este ponto.-----

-----Ora sendo o orçamento um documento previsional que serve para planear a governação deste município e que tem carácter meramente indicativo, não fica espelhado claramente o que será efetivamente realizado durante o ano a que se refere.-----

-----Este orçamento na despesa tem inscrição de dotação orçamental em rubricas de suma importância com valores meramente simbólicos na esperança de serem cabimentados futuramente para permitir a realização desse compromisso, não crê o CHEGA que muitas dessas rubricas cheguem á obrigação e pagamento, mas também acreditamos que não seja por falta de vontade do executivo municipal mas sim pelo atual desinteresse dos empresários se sujeitarem a participar no concurso de contratação publica para determinada obra, as condições exigidas pelo caderno de encargos de determinado procedimento concursal aberto são cada vez mais desinteressantes e assim os concursos ficam desertos e a obra por realizar.

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Percebe-se também que muitas das obras agora programadas o estão a ser, apenas e só porque existe um fundo de apoio para tal, o PRR, mas ainda assim mau seria não se aproveitar ao máximo este estímulo ao desenvolvimento e crescimento do município. -----

-----Lamenta o CHEGA que os apoio aos Jovens do concelho na pratica de atividades desportivas seja feito apenas nas associações que exploram a pratica do futebol, não existe um estímulo á criação de espaços para outras praticas desportivas e gratuitos para as crianças com um agregado familiar com mais dificuldades, as instituições apoiada por este orçamento têm receitas próprias e não permitem utilização dos espaços financiados pelo dinheiro de todos nós munícipes, de forma livre e gratuita , assim não me parece que esteja a ser bem distribuído o apoio a instituições em que apenas uma pequena quantidade de residentes pode usufruir. -----

-----As restantes obras em perspetiva são muito necessárias ao município e assim esperamos que possam efetivamente passar de uma rubrica aberta com dotação de valor residual. -----

-----Importa perceber também se na LFL é imposta uma taxa de execução da receita prevista no respetivo orçamento mínima de 85%, e o município cumpre até em maior percentagem, merece reconhecimento por realizar o seu trabalho com algum rigor. -----

-----A evolução positiva da receita fiscal que em 2022 foi sustentada pelo comportamento favorável do IMT, os impostos directos e merecerem também alguma atenção, o município está em crescimento apesar da conjuntura difícil para a aquisição de imoveis, existe a fixação de novos munícipes ou criação de receitas de turismo com os imoveis de segunda habitação para alojamento local, permite-se com isto a circulação de população consumidora em Sesimbra logo mais receita. -----

-----O passivo médio longo prazo é reduzido com um valor 1,960,331 € o que é também de considerar. -----

-----A despesa aumentou significativamente para o município com os resíduos Urbanos mas esse aumento não será de imediato refletido nos munícipes, é suportado por este orçamento ficando esta medida como um apoio aos munícipes que se deparam com os constantes aumentos, tal como carga fiscal por via do regulamento aprovado vai ficar também mais leve no próximo ano. -----

-----Não significa que esteja este orçamento, perfeito ou que é o ideal, mas foi previsto e planeado com bom senso e noção das necessidades de Sesimbra, que venha a ser executado, pelo bem do concelho, estão aqui espelhadas obras com grande importância e que merecemos e podendo ser feitas alterações ao OM e às GOPs ao longo do ano esperemos um trabalho árduo para um desenvolvimento e crescimento sustentado de Sesimbra O CHEGA realça a importância destes documentos para o futuro da governação do município e não se vai opor á realização da obra que é necessária para todos nos munícipes do concelho.”-----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A Deputada do CHEGA, *Sílvia Montanha*, apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O Partido CHEGA vota contra este orçamento, porque no nosso entender não compreende o que para nós deverá ser o apoio às famílias e às empresas. -----

----- Por outro lado o plano de investimentos da Autarquia, visa unicamente medidas eleitoristas e esquece por completo os interesses dos Municípios e as obras estruturais que são necessárias implementar, nomeadamente em sede de Educação, em sede de Juventude e Desporto, Empreendedorismo, Inovação, Economia Circular, entre muitas outras áreas que para nós são fundamentais um maior investimento. --

-----Este é um orçamento de cegueira ideológica e de atraso para Sesimbra.” -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD apresentou Declaração de Voto, que apesar de ter sido solicitada, não foi entregue aos Serviços. -----

-----O Grupo Municipal do BE apresentou Declaração de Voto, que apesar de ter sido solicitada, não foi entregue aos Serviços. -----

-----Em seguida, teve início o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos “**Parecer do Representante da Assembleia Municipal de Sesimbra na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra**”, tendo o Deputado Carlos Oliveira tomado do uso da palavra para propor, devido ao avanço da hora, que este ponto transitasse para a próxima reunião, tal como acontecera com a Apreciação da Atividade Municipal.-----

-----O **Presidente da AMS** disse que este ponto não podia transitar para a próxima reunião, uma vez que este Parecer tinha de ser entregue na CCDD-LVT até ao dia 06 de janeiro. Referiu que a Comissão de Líderes e os restantes Deputados haviam tido conhecimento deste Parecer através da PAM's e que tinha sido dado um prazo para alguns comentários. Disse tratar-se de um Parecer que não era técnico nem jurídico, tratando-se de um Parecer de um representante de um órgão de génese deliberativo e fiscalizador. Portanto, era um Parecer de análise e constatação àquilo que tinha sido o processo e os procedimentos, nomeadamente ao cruzamento com outros Planos e documentos de gestão territorial. Assentava em 7 pontos, ou seja, tinha um enquadramento e uma análise dos estudos de caracterização, os desafios multidisciplinares, objetivos de desenvolvimento equilibrado, eixo guia, ações, projetos estratégicos e uma apreciação final, sendo um documento extenso, mas sem ser político nem politizado.-----

-----Focando-se mais nesta apreciação final, salientou um dos últimos parágrafos da mesma e disse que era este o sentimento que tinha e partilhara também na reunião deste Conselho Consultivo e que tinha podido partilhá-lo também com a própria CCDD-LVT. Em seguida, fez a leitura teor final do Parecer: ----

-----“Sem prejuízo da discussão política, porque era isso que o Parecer tinha como objetivo, a ter lugar

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquando do envio do Plano à Assembleia Municipal para aprovação depois da análise dos resultados da discussão pública, considera-se que os elementos entregues pela Câmara Municipal de Sesimbra, designadamente a proposta do Plano e o relatório ambiental, apresentam condições para prosseguir o processo de tramitação previsto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, desde que esteja sempre salvaguardado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e a conformidade ou compatibilidade da proposta de Plano com os programas territoriais em vigor. A verificar pelas entidades representativas dos interesses setoriais do Estado com assento nesta Comissão consultiva ou por elas consultadas.”-----

-----Afirmou ainda que este teor final não tecia nenhuma opinião, o que aconteceria noutra fase do processo, sendo que aquilo que estava em causa era que, de facto, toda a documentação consultada e analisada tinha capacidade para prosseguir para aquilo que era a tramitação normal nestes processos e que haveria depois, a entrega limite para os Pareceres de todos os membros da Comissão Consultiva, que seria o dia 6 de janeiro, realizando-se depois uma reunião no dia 20 de janeiro. -----

-----Tomou do uso da palavra o **Deputado Sérgio Faias** que disse ter tentado consultar os restantes membros da Comissão de Líderes e disse que o documento não havia sido discutido na Comissão de Líderes, apesar de ter sido enviado no dia 16 para ser comentado até ao dia 21. Disse também ser importante percebe-se, pelo facto de ser um Parecer do representante, que significava que vinculava o representante ou vinculava a Assembleia, e o facto de estar presente no ponto da Ordem de Trabalhos, a leitura é que se fosse votado, vinculava a Assembleia. O Deputado questionou se era só para conhecimento ou para ser votado. -----

-----O **Presidente da AMS** disse que o esclarecimento do Gabinete Jurídico da Câmara Municipal era que este documento teria de ter deliberação para poder ser enviado, e que a Assembleia Municipal tinha um representante nessa comissão. Portanto, o Parecer era do representante, mas teria de ter uma deliberação em Assembleia Municipal. Disse ainda que, tal como em algumas Assembleias Municipais, havia também a hipótese de o representante da Assembleia Municipal não se pronunciar. Contudo, achava que a Assembleia Municipal tinha, nesta fase, também de se pronunciar sobre esta matéria. -----

-----Foi cedida a palavra ao **Deputado Carlos Macedo** que disse que a sua dúvida talvez tivesse a ver com a redação do próprio ponto na Ordem de Trabalhos, tendo depreendido que o Presidente da AMS estaria em representação da Assembleia e que teria de haver uma deliberação. -----

-----Sobre o documento em si, disse que lhe parecia estar bem redigido e que assinalava os aspetos mais importantes e que deviam merecer acompanhamento pela Assembleia, desde logo na identificação

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

das principais questões críticas para o desenvolvimento de um modelo de ordenamento sustentável, nomeadamente no que dizia respeito aos pontos 4.1 e 4.2, tendo passado a ler: -----

-----“Em resiliência do território face às alterações climáticas, com destaque para as soluções de adaptação do território, proteção e valorização dos recursos naturais e paisagísticos, assumindo como património que deve ser estimado, valorizado e divulgado, assim como a identificação específica dos projetos estratégicos para a concretização desse desenvolvimento”. -----

-----Assinalou também as ações 7ª e 8ª que se prendiam com turismo sustentável: “Propõe medidas para tornar a atividade turística adequada à qualidade do território em que se insere, dinâmica agrícola e florestal integra estas atividades como centrais na valorização e sustentabilidade territorial.”. -----

-----Disse que o problema, na sua opinião, era que a concretização destes aspetos tinha, por inerência, uma alteração profunda e voltava-se aos Planos de Pormenor da Mata de Sesimbra, quer na sua escala, conceção e objetivo de exploração, de forma a conformar com estas exigências que descrevera há pouco e que as decisões tomadas recentemente pelo Executivo, neste âmbito, não eram bom augúrio para a concretização destes objetivos, desenvolvimento sustentável. Por exemplo, a aprovação do Plano Pormenor da zona sul da Mata de Sesimbra estava condicionada à revisão do Plano de Gestão Ambiental, e que se soubesse, ainda não tinha sido feita. Disse que outro aspeto com relevância neste processo, e que o próprio gostaria de frisar, prendia-se com a recente aprovação em reunião de Câmara no dia 21 de dezembro, da alteração por adaptação do Plano Pormenor da zona sul da Mata de Sesimbra, decorrente da entrada em vigor do novo POC Espichel-Odeceixe e frisou que os Deputados municipais não conheciam o teor desta alteração e questionou quais as implicações que essas alterações teriam no Plano Pormenor da Mata. Recordou ainda que a aprovação destes Planos, assim como outros, eram da competência da Assembleia Municipal e tinha até algumas dúvidas que a sua alteração pudesse ser decidida sem votação da Assembleia Municipal, mesmo que fosse para adaptação de um programa à escala regional, como era o caso deste. Salientou que este assunto devia ser alvo de reflexão no âmbito da Comissão desta Assembleia que tratava destes assuntos, nomeadamente a Comissão presidida pelo Deputado Paulo Caetano, lançando, por isso, o repto ao seu Coordenador para que se diligenciasse a receção dos elementos relativos a esta revisão por alteração, bem como a aferição da real legitimidade de uma Revisão sem votação da Assembleia Municipal. Disse também que mais relevante do que este Parecer, não menosprezando o trabalho que lhe parecia estar bem feito, seria o zelar pela concretização dos pressupostos aqui definidos e que o próprio havia enunciado, no futuro PDM.-----

-----Tomou do uso da palavra a **Deputada Sandra Carvalho**, que disse que o Parecer estava adequado

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

para aquela que era a fase que tinha de se pronunciar, e aos elementos que lhe foram cedidos para poder analisar e se pronunciar. Relativamente às questões, disse que esperava que fossem discutidas num futuro próximo. Disse ter também algumas dúvidas, mas que da parte da bancada da CDU, o Parecer merecia total concordância, porque tinha sido feita uma análise àquele que era o prespeto das regras para início deste processo e que estava exaustivo q.b. e adequado àquilo que era o pretendido. -----

-----O **Presidente da CMS** disse que as alterações por adaptação para a inclusão das normas do POC Espichel-Odeceixe eram feitas ao abrigo do nº4 do Artº 121 e, se Assembleia Municipal não tinha ainda recebido, embora achasse que já teria acontecido porque as tinha assinado há dois dias, teria que o receber, pois esta tinha competência para deliberar. Este conhecimento deveria ser dado à AMS e à CCDR-LVT, neste caso, para conhecimento da Assembleia Municipal e também para a CCDR a confirmar essa adaptação. Era nestes termos que decorria a Lei, com as alterações por adaptação, ou seja, uma inclusão das normas do instrumento de gestão territorial. -----

-----O **Presidente da AMS** informou que a documentação estava no Serviço da AMS e que teria sido rececionada hoje e que em breve, estaria na posse de todos. -----

-----Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal deliberou, sob proposta do Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de Representante da Assembleia Municipal de Sesimbra na Comissão Consultiva da Revisão do PDM de Sesimbra, aprovar, por maioria, com 16 votos a favor (10 CDU, 2 CHEGA, 2 PPD/PSD, 1 BE e 1 MSU) e 8 abstenções do PS, o **Parecer do Representante da Assembleia Municipal de Sesimbra na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Sesimbra**, que se passa a transcrever: -----

-----“1. ENQUADRAMENTO-----

-----“A Assembleia Municipal de Sesimbra integra a Comissão Consultiva (CC) da Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Sesimbra, tendo como representante o seu Presidente.-----

-----No passado dia 24 de março de 2022, teve lugar no Auditório Conde Ferreira, em Sesimbra, a primeira reunião plenária da CC do processo de revisão do PDM de Sesimbra, onde foi apresentada pela Câmara Municipal o documento de proposta de revisão às entidades que integram a CC. Após a apresentação e como final de reunião, seguiu-se uma visita ao concelho para dar a conhecer “no terreno” algumas situações específicas do território aos representantes das entidades integrantes da CC. -----A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), entidade que preside à CC, solicitou às entidades que dela fazem parte, a emissão de um parecer à Proposta de Plano e ao Relatório Ambiental, com a finalidade de ser posteriormente preparado o Parecer Final da CC, conforme

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

previsto no Artigo 85º do Regime Jurídico dos Instrumentos Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo D.L. nº 80/2015, de 14 de maio.-----

-----É nesse sentido que surge o presente documento, elaborado tendo por base toda a informação e documentação disponibilizada pela Câmara Municipal à CC, dando desse modo seguimento aquilo que é a tramitação legal destes processos.-----

-----2. ANÁLISE DOS ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO-----

-----A proposta de revisão do PDM assenta em uma análise exaustiva das questões centrais para o município, organizada nos seguintes estudos de caracterização:-----

-----2.1. Enquadramento Regional, que situa territorialmente o município de Sesimbra face à sua envolvente próxima, na AML e em particular na Península de Setúbal;-----

-----2.2. Caracterização Biofísica, que evidencia os valores e recursos biofísicos do território municipal;-----

-----2.3. Estudos Demográficos, que analisam a dinâmica demográfica do município, tendo em conta os dados mais recentes;-----

-----2.4. Acessibilidades e Mobilidade, que caracteriza as condições de acessibilidade e mobilidade inter e intra concelhias;-----

-----2.5. Infraestruturas, que caracteriza as redes de infraestruturas que servem o território concelhio;-----

-----2.6. Equipamentos Coletivos, que caracteriza e analisa o parque de equipamentos coletivos que servem a população de Sesimbra e também os seus visitantes;-----

-----2.7. Alojamento, que analisa a evolução e caracteriza as condições de alojamento no concelho;-----

-----2.8. Propriedade do Solo, que distingue as diferentes estruturas fundiárias desde as zonas urbanas às zonas rústicas de minifúndio e de latifúndio;-----

-----2.9. Unidades de Povoamento, que caracteriza as áreas do território com características de alguma homogeneidade;-----

-----2.10. Estudos Económicos, que trata as atividades económicas, mas também a situação da população perante o emprego;-----

-----2.11. Património e Dinamização Cultural, que identifica, analisa e descreve o património local e as atividades culturais que o integram;-----

-----2.12. Caracterização Acústica, que define as condições acústicas consoante os emissores e recetores de ruído.-----

-----3. DESAFIOS MULTIDISCIPLINARES-----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Naturalmente que também o cruzamento de informação multidisciplinar permitiu conduzir ao diagnóstico concelhio, de onde se destacam as seguintes questões, que face ao cenário tendencial, assumem-se como principais desafios, com implicações diretas no modelo de ordenamento: -----

-----3.1. Aumentar a resiliência do território face às alterações climáticas, diminuindo as cargas, reduzindo a exposição aos riscos naturais e promovendo padrões de mobilidade menos poluentes; -----

-----3.2. Conciliar a atração residencial com a qualidade ambiental do concelho, valorizando as relações entre espaço urbano e espaço rústico, através da estrutura ecológica municipal; -----

-----3.3. Conciliar o crescimento populacional com novas soluções de mobilidade, qualificando, promovendo e privilegiando o uso do transporte público; -----

-----3.4. Compensar o aumento das deslocações para o exterior com a criação de melhores condições para a instalação de atividade económica no concelho, apostando na qualificação das infraestruturas. -

-----4. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO -----

-----Após terem sido identificadas as principais questões críticas para o desenvolvimento de um modelo de ordenamento sustentável, foram seguidamente identificados os objetivos a alcançar para um desenvolvimento equilibrado. -----

-----4.1. Resiliência do território face às alterações climáticas, com destaque para as soluções de adaptação do território; -----

-----4.2. Proteção e valorização dos recursos naturais e paisagísticos, assumindo-o como património que deve ser estimado, valorizado e divulgado; -----

-----4.3. Potenciação da estrutura produtiva local para uma maior afirmação metropolitana, promovendo as atividades ancoradas na especificidade geográfica de Sesimbra; -----

-----4.4. Defesa e afirmação da Identidade Cultural, com a valorização dos seus traços distintivos dos restantes territórios da AML e da Península de Setúbal; -----

-----4.5. Qualidade Urbanística, consolidando e valorizando as expansões urbanísticas das últimas décadas; -----

-----4.6. Construção e gestão das grandes redes de infraestruturas, apostando na eficiência das redes instaladas e planeando as necessárias extensões; -----

-----4.7. Melhoria das condições de mobilidade, adequando os modos usados às distâncias a percorrer, num território propício às curtas deslocações; -----

-----5. EIXOS GUIA -----



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A concretização desses objetivos levou à delineação de uma estratégia de desenvolvimento (o como atingir os objetivos), com base em cinco eixos:-----

-----5.1. Território, Coesão e Qualidade de Vida, tendo em conta as especificidades do povoamento de Sesimbra;-----

-----5.2. Conhecimento, Tecnologia e Inovação, valorizando os recursos naturais; -----

-----5.3. Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aliando estas duas dimensões sem que uma seja impeditiva da outra;-----

-----5.4. Marketing Territorial e Economia, aliar a atratividade económica à promoção do território nas suas diversas vertentes; -----

-----5.5. Redes de Conetividade e Cooperação, como base de sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento envolvendo atores tanto do município como externos; -----

-----6. AÇÕES/PROJETOS ESTRATÉGICOS -----

-----Foram ainda identificadas ações específicas articuladas entre si sob a forma de 14 projetos estratégicos:-----

-----6.1. Ação Climática e Resiliência Territorial: articula um conjunto de ações que visam mitigar os impactos provocados pelas alterações climáticas;-----

-----6.2. Património Natural, Cultural e Humanizado: integra a valorização, proteção e classificação de património nas suas diversas vertentes;-----

-----6.3. Acessibilidades, mobilidade interna e ligações intermunicipais: visa responder às necessidades em termos de acessibilidade e de mobilidade em diversas vertentes; -----

-----6.4. Habitação Acessível: define ações articuladas para fazer face à promoção de habitação a custos acessíveis; -----

-----6.5. Área Portuária e Expansão: equaciona de forma integrada as necessidades relacionadas com as atividades do Porto de Sesimbra, desde as limitações de expansão terrestre até às acessibilidades rodoviárias; -----

-----6.6. Parques de Inovação Tecnológica: Propõe condições para instalação de atividades de elevado potencial tecnológico;-----

-----6.7. Turismo Sustentável: propõe medidas para tornar a atividade turística adequada à qualidade do território em que se insere; -----

-----6.8. Dinâmica Agrícola e Florestal: integra estas atividades como centrais na valorização e sustentabilidade territorial;-----

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----6.9. *Sítio do Cabo Espichel: conjuga um conjunto de ações previstas para este território central em termos de património natural e arquitetónico;*-----

-----6.10. *Valorização da Lagoa de Albufeira: prepara a Lagoa de Albufeira enquanto espaço único no território concelhio e regional, tirando partido das condições únicas que oferece;*-----

-----6.11. *Quinta do Conde, Centralidade Metropolitana: reconhece o potencial da Quinta do Conde quanto à sua posição central na Península de Setúbal e por consequência na AML;*-----

-----6.12. *Sesimbra, Av. da Liberdade: conjuga um conjunto de intervenções urbanísticas, valorizando um dos principais eixos urbanísticos da vila;*-----

-----6.13. *Santana, Área Central: conjuga um conjunto de projetos para a valorização do centro do lugar de Santana;*-----

-----6.14. *Casal do Sapo, Reversão Urbanística: consolida a reversão da principal área urbana por legalizar.*-----

-----7. APRECIÇÃO FINAL-----

-----*Da correta análise da situação concelhia, do profundo conhecimento que conduziu à formulação do diagnóstico concelhio, da proposta de objetivos de ordenamento, articulados com uma estratégia e com projetos específicos para os alcançar, resulta o modelo de ordenamento ora em apreço, como tal se avalia que a estratégia de desenvolvimento territorial definida para o Concelho de Sesimbra apresenta-se bem definida e articulada, sendo evidente a preocupação em garantir o equilíbrio entre a competitividade territorial, através de mecanismos urbanísticos e fiscais, e a qualificação e coesão do território no plano social, urbano e ambiental com destaque para o enfoque na mobilidade e infraestruturação e no conhecimento dos riscos naturais, devidamente acautelados nesta proposta.*-----

-----*Cumprir ainda fazer referência sobre a Reserva Agrícola Nacional e a Reserva Ecológica Nacional, as quais surgem devidamente articuladas com o modelo de ordenamento através da estrutura ecológica municipal.*-----

-----*De salientar as questões relacionadas com as acessibilidades ao concelho, em particular à vila de Sesimbra e ao Porto de Pesca, infraestrutura de fundamental importância para o desenvolvimento do território e marca Sesimbra, o reforço das acessibilidades aos restantes territórios da Península de Setúbal bem como a divergência entre os perímetros urbanos do POPNA e os do PDM.*-----

-----*Sem prejuízo da discussão política a ter lugar aquando do envio do Plano à Assembleia Municipal para aprovação (depois da análise dos resultados da Discussão Pública), considera-se que os elementos entregues pela Câmara Municipal de Sesimbra, designadamente a Proposta de Plano e o Relatório*

Ata nº 19 – Mandato 2021-2025



Assembleia Municipal de Sesimbra

Ambiental, apresentam condições para prosseguir o processo de tramitação previsto no RJIGT, desde que esteja sempre salvaguardado o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis e a conformidade ou compatibilidade da proposta de plano com os programas territoriais em vigor (alíneas a) e b) do nº 2 do Artigo 85º do RJIGT), a verificar pelas entidades representativas dos interesses setoriais do Estado, com assento na CC ou por ela consultadas.”-----

-----O Grupo Municipal do BE apresentou a seguinte Declaração de Voto:-----

-----“O Parecer proposto responde a aspetos formais e não vai além de uma enumeração dos pressupostos que obedeceram ao desenho da proposta de revisão do PDM, não sendo embora consequente com todos os atrasos verificados no desenvolvimento deste processo e aos quais o executivo municipal não é obviamente alheio”.-----

-----**O Presidente da AMS** aproveitou para desejar a todos um Bom Ano de 2023 com saúde e agradecer a presença do Dr. António Mendonça, assim como ao Senhor Vítor Paixão, anfitrião desta casa, ao público presente e, quem sabe, também àqueles que seguiam esta transmissão. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, o **Deputado Rui João Rodrigues** solicitou a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram duas horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e dois.-----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----